



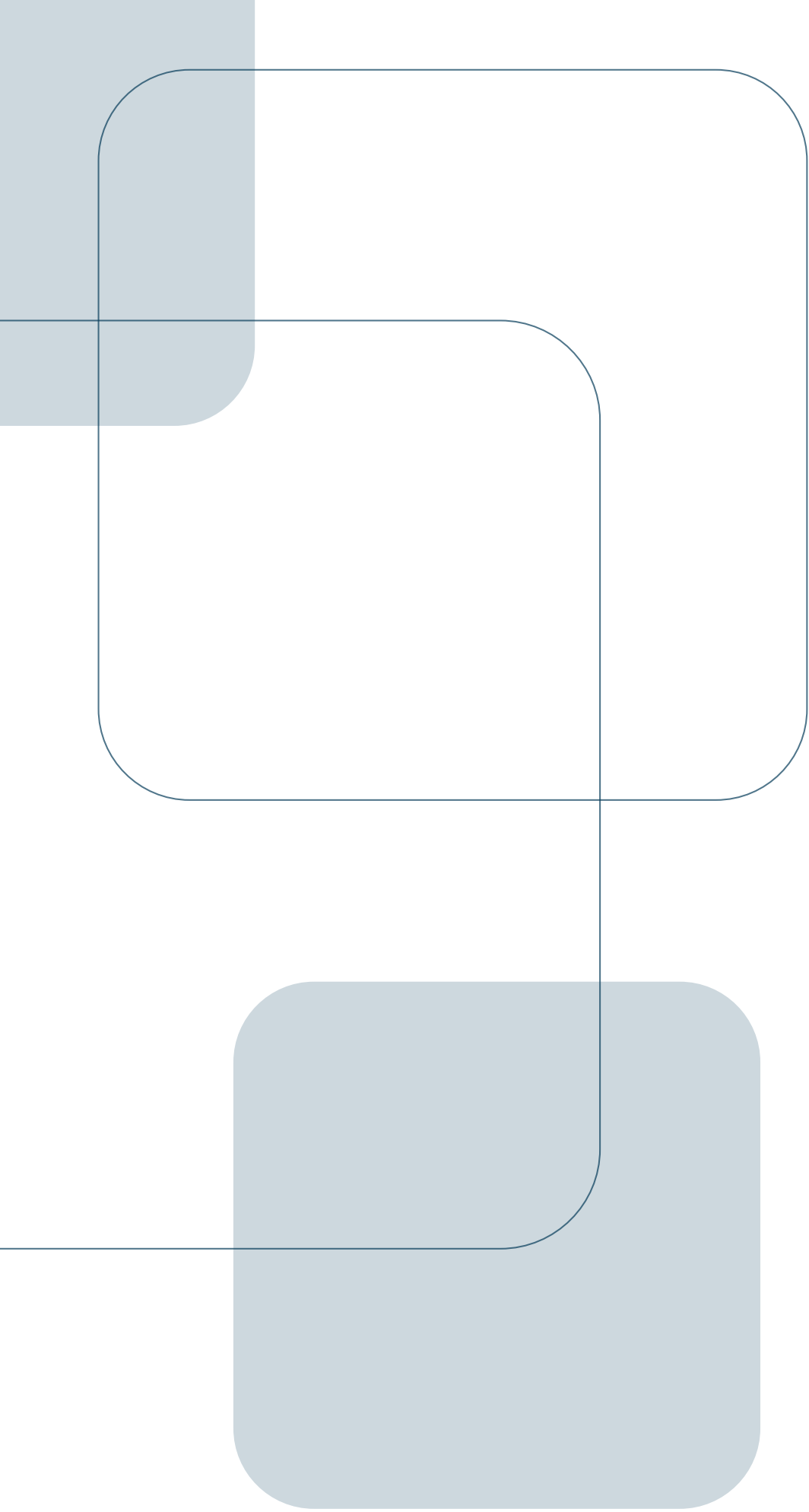
Relatório Unidades da Federação

2020/2022

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA



Relatório Unidades da Federação

2020/2022

Sistemas Penal e
Socioeducativo



FAZENDO JUSTIÇA



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça: Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanchotene

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral: Valter Shuenquener de Araujo

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mauro Pereira Martins

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Fernando Pessoa da Silveira Mello

Diretora Executiva DMF/CNJ: Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Renata Chiarinelli Laurino

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Anderson Gustavo Torres

Depen - Diretora-Geral: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Depen - Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel Sousa Barradas

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Oficial de ligação (equipe técnica): Nara de Araújo

FAZENDO JUSTIÇA – ESPECIAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO 2020/2022

Produção técnica: equipes estaduais Fazendo Justiça, Talles Andrade de Souza, Adrianna Figueiredo Soares da Silva, Vivian Coelho, Amanda Pacheco Santos, Luciana Melo, Natália Caruso Ribeiro, Sérgio Coletto, Vinícius Couto e Gustavo Bernardes

Especialistas em dados: André Zanetic, Natália Caruso Ribeiro, Thandara Santos e Vinícius Couto

Apoio técnico: coordenações e assessorias nacionais Fazendo Justiça

Produção: Débora Zampier, Nataly Costa, Natasha Cruz, Pedro Malavolta, Leonam Bernardo, Mariana Cristina Zampieri

Edição: Débora Zampier

Projeto Gráfico: Farol Conteúdo Inteligente

Revisão: Programa Fazendo Justiça

APRESENTAÇÃO

A Constituição brasileira alicerça nossas aspirações enquanto sociedade fundada no estado democrático de direito ao mesmo tempo em que fomenta o avanço social com respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana. Nesse sentido, é dever indelével das instituições, especialmente do Judiciário, zelar para que nossas ações apontem para esse norte civilizatório, não apenas rechaçando desvios a essa finalidade, mas agindo já para transformar o presente que almejamos.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que quase 1 milhão de brasileiros vivem à margem da lei máxima do país enquanto dentro de nossas prisões, com efeitos nefastos para o grau de desenvolvimento inclusivo ao qual nos comprometemos por meio da Agenda 2030 das Nações Unidas. É desse cenário que se ocupa o programa Fazendo Justiça, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional.

Mesmo durante a pandemia de Covid-19, o programa vem realizando entregas estruturantes a partir da colaboração e do diálogo entre diferentes atores em todo o país. São 28 ações desenvolvidas simultaneamente para diferentes fases e necessidades do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, que incluem a facilitação de serviços, reforço ao arcabouço normativo e produção e difusão de conhecimento.

Esta publicação é dedicada a apresentar os principais avanços obtidos nos últimos dois anos com um foco dedicado às unidades da federação. As ações coordenadas nacionalmente pelo CNJ foram desdobradas em planos executivos adaptados aos tribunais de cada unidade da federação e a cada corte regional federal, com objetivos bem definidos, demonstrando a capacidade de organização e de realização do Judiciário Nacional.

Esses avanços só se tornaram possíveis com a confiança e o apoio de tribunais, magistrados e magistradas, que mesmo com inúmeras limitações impostas durante uma pandemia global, acreditam em um projeto de Estado para responder aos desafios postos, trabalhando de forma articulada com outros atores do sistema de justiça e instituições com atuação no campo da privação de liberdade. Temos confiança de que estamos no caminho certo, encorajados por escrever novas páginas desta história e consolidar o que foi conquistado até aqui.

Luiz Fux

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
APEC	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APT	Associação para a Prevenção da Tortura
Arpen	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
CEIJ	Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude
CIAPA	Central Integrada de Alternativas Penais
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CJM	Circunscrição Judiciária Militar
CME	Central de Monitoração Eletrônica
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CPMA	Central Penal de Medidas Alternativas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEGASE	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DGAP	Diretoria-Geral de Administração Penitenciária
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
DP	Defensoria Pública
DPE	Defensoria Pública do Estado
DRESC	Direção Regional do Equipamento Social e Conservação
EAD	Educação a Distância
EAP	Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei
EJUD/Esjud	Escola Judiciária
EJUSE	Escola Judicial de Sergipe
EMES	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo
ESMA	Escola Superior de Magistratura
ESMAGIS-MT	Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso
FECCOMPAR	Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná
FUNAC-MA	Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão
Funpen	Fundo Penitenciário
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
GT	Grupo de trabalho
IAPEN	Instituto de Administração Penitenciária
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IML	Instituto Médico Legal
JR	Justiça Restaurativa
JSM	Junta do Serviço Militar
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo e Assexual
ME	Monitoração Eletrônica
MEPCT	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública do Executivo Federal
MP	Ministério Público
MSE	Medidas Socioeducativas
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
Nugespe	Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSC	Organização da Sociedade Civil
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPMSE	Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas
RAESP	Rede de Atenção ao Egresso do Sistema Penitenciário
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SEAP	Secretaria do Estado de Administração Penitenciária
SEAPEN	Secretaria da Administração Penitenciária
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SEDIHPOP-MA	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SEJUC	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
SEJUF-PR	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná
SEJUS	Secretaria de Justiça do Piauí
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SERIS	Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SETRE-BA	Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Bahia
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISTAC	Sistema Audiências de Custódia (CNJ)
SJ	Seção Judiciária da Justiça Federal
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Sumese	Superintendência de Medidas Socioeducativas
SUS	Sistema Único de Saúde
TCT	Termo de Cooperação Técnica
TJ	Tribunal de Justiça
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade da Federação
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VEMSE	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
VEP	Vara de Execuções Penais
VEPMA	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

PARCEIROS



FAZENDO JUSTIÇA



Conselho Nacional de Justiça

Coordena nacionalmente as ações do Fazendo Justiça, em articulação com parceiros e atores em diferentes níveis federativos, induzindo a consolidação de estruturas que permitem a continuidade dos resultados alcançados.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Coopera tecnicamente com a implementação do Fazendo Justiça, coordenando a equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento de estudos e metodologias, bem como pela implantação das ações em nível nacional e estadual.



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional

Departamento Penitenciário Nacional

Ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acordou ações específicas e repassou recursos necessários, contribuindo para a execução do programa.

APOIO



SUMÁRIO

Introdução	9
Atuação local	12
Eventos e capacitações	14
Missões e visitas técnicas	19
Fichas das unidades da federação	20
Tribunais Regionais Federais	96
Ficha técnica	99

INTRODUÇÃO

Trabalhar ações pautadas na cidadania e na garantia de direitos no campo da privação de liberdade não é tarefa simples, porém necessária em um país que precisa dar atenção a seus excluídos sob pena de cair em ciclos danosos de desenvolvimento social e econômico. Para além do relevante gasto público para manter milhares de pessoas presas — **são mais de R\$14,7 bilhões apenas para a manutenção anual, sem contar a construção de novas vagas** —, **há impactos negativos que extrapolam a pena, afetando a vida de familiares e de pessoas próximas.**

Nos últimos dois anos, por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), **o CNJ deu sequência a um portfólio de ações estruturantes iniciadas ainda em 2019, que hoje compõem o programa Fazendo Justiça.** Esta segunda etapa foi amplamente discutida e validada entre equipes do DMF/CNJ, do próprio programa e dos tribunais, de forma individualizada e customizada a cada realidade. Foram agregados planos para os cinco tribunais regionais federais, aproximando a Justiça Federal dos esforços em andamento.

O objetivo a ser construído coletivamente por instituições em diferentes níveis federativos, conforme determinou o Supremo Tribunal Federal, é a **superação do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.** Para além disso, o programa busca fazer valer leis e normas em vigor — incluindo a Lei de Execução Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo —, com ações alinhadas a um sentido de cidadania e garantia de direitos.

As incidências qualificam **tudo o ciclo penal e socioeducativo** por meio de apoio técnico e articulação institucional, trabalhadas para beneficiários de nível inicial (Judiciário e atores do Sistema de Justiça) e de nível final — mais de 750 mil pessoas no sistema penal e cerca de 120 mil no sistema socioeducativo. O trabalho segue desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

NÚMEROS DO PROGRAMA 2020/2022



20

normativas e atos administrativos publicados

35 no total



+ de 41 mil

participantes em eventos ou formações

+ de 58 mil no total



117

produtos publicados

150 no total



26

Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada em funcionamento segundo metodologia do programa



2

Centrais Integradas de Alternativas Penais facilitadas junto ao Executivo com recursos do Funpen

3 no total



10

órgãos de macrogestão de justiça restaurativa instituídos/fortalecidos nos Tribunais de Justiça



3

Centrais de Regulação de Vagas em negociação

e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional, além de outros parceiros executores, incluindo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no campo das audiências de custódia.

Nesta publicação, os avanços são relatados com enfoque local, com fichas detalhando as principais entregas em cada unidade da federação. O objetivo é garantir uma melhor compreensão das dinâmicas de implementação do programa em cada localidade. Para além da pandemia de Covid-19, que demandou reformulações de planejamento e virtualização das atividades, novas ações foram adicionadas totalizando uma grade com 28 iniciativas.

Também neste período, **houve redução na população prisional** em algumas unidades da federação, enquanto **no sistema socioeducativo, o mesmo fenômeno foi observado em escala nacional. Muito embora a redução do aprisionamento e das medidas de internação sejam um dos principais nortes do programa, esses dados precisam ser mais bem analisados e monitorados** para que se compreenda se esses fenômenos foram pontuais, potencializados pela pandemia, ou se representaram uma tendência a ser incentivada para os próximos anos e de forma sistêmica em todo o país.

Independentemente dos achados sobre as causas, a redução no uso da privação de liberdade sem registro de impactos na segurança pública reforça um caminho possível para o fortalecimento de respostas alternativas no campo da responsabilização penal e na justiça juvenil.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O **Fazendo Justiça** está alinhado de forma mais direta ao **Objetivo 16 (Paz Justiça e Instituições Eficazes)**. Dado o caráter abrangente do programa, que tangencia diversos temas relativos a pessoas e desenvolvimento, também há interface das atividades com metas dos objetivos 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).



22

Escritórios Sociais
pactuados em 12 UFs
36 unidades em 22 UFs
no total



13,7 mil

atendimentos a pessoas
egressas e familiares realizados



+ 5.000

downloads realizados
do aplicativo Escritório
Social Virtual



4

estados com Redes de Atenção
à Pessoa Egressa
7 no total



5

novos tribunais com SEEU
34 no total



9,7 mil

protocolos concluídos para a
regularização de documentos
de pessoas que tiveram
contato com o cárcere



10,2 mil

pessoas identificadas ou
incluídas na base de dados
de identificação civil do TSE



2

UFs com atendimento inicial
na justiça juvenil
7 no total



9

UFs com centrais de vagas
socioeducativas
12 no total



12

UFs com audiências
concentradas de reavaliação
de medida socioeducativa
13 no total



1

UF com programa pós-
medida socioeducativa
6 no total

ESTRUTURA

O Fazendo Justiça se estrutura em quatro eixos temáticos responsáveis por diferentes iniciativas, além de um eixo para gestão e ações transversais.

Proporcionalidade penal

- + Audiências de custódia
- + Controle da superlotação carcerária
- + Alternativas penais
- + Justiça restaurativa

Cidadania

- + Escritórios Sociais
- + Fomento à leitura
- + Qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento da tortura
- + Participação social
- + Fomento ao esporte e ao lazer
- + Geração de trabalho e renda
- + Fortalecimento da PNAISP

Socioeducativo

- + Central de Vagas
- + Audiências Concentradas
- + Justiça restaurativa
- + Sistemas de informação
- + Programa Pós-Medida
- + Núcleos de Atendimento Integrado
- + Profissionalização e aprendizagem
- + Fomento à leitura

Sistemas e identificação

- + SEEU
- + Identificação e Documentação Civil

Ações transversais:

equipes psicossociais, sistemas eletrônicos do DMF e populações em vulnerabilidade, enfrentamento da intolerância religiosa, fortalecimento dos GMFs, Covid-19, articulação internacional e proteção dos direitos humanos, mutirões eletrônicos, diálogo com polícias, atenção a vítimas



Saiba mais sobre cada uma das ações acessando o item "Principais ações" na página do Fazendo Justiça'

ATUAÇÃO LOCAL

O CNJ atua por meio do Fazendo Justiça para apoiar tribunais e outros atores locais na execução de atividades para resultados imediatos e também para transformações de longo prazo. Além de dar suporte técnico para a implementação das iniciativas pactuadas, o programa acompanha a evolução dos trabalhos, principal insumo para a organização deste relatório. Os avanços aqui relatados foram organizados com o auxílio técnico das equipes nacionais e estaduais.

A interlocução com a direção dos tribunais para a implementação do programa também envolve os **Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs)**, assim como magistrados e magistradas, gestores e gestoras e servidores e servidoras comprometidas com a superação dos desafios que caracterizam a privação de liberdade no Brasil.

Os Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) são estruturas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais responsáveis, dentre outras atribuições, pela monitoração e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas em âmbito local. Atuam, ainda, na execução de novas políticas judiciais destinadas à transformação dos sistemas prisional e socioeducativo.

A Resolução CNJ n. 96/2009 criou os GMFs no âmbito dos TJs, enquanto a Resolução CNJ n. 214/2015 promoveu o fortalecimento e a consolidação de escopo amplo de atuação, inclusive com a instituição dessas unidades no âmbito dos TRFs, visando uma capilarização eficiente das atividades do DMF/CNJ.

FORMAS DE ATUAÇÃO

Por meio do Fazendo Justiça, o CNJ promove a criação ou melhoria de **produtos, estruturas e serviços; realiza eventos e capacitações; gera produtos de conhecimento e apoia produção normativa** para fortalecer a institucionalidade das transformações em curso. Também trabalha parcerias e novas narrativas, situando a privação de liberdade enquanto área para incidência de políticas públicas a partir de boas práticas e evidências.

As equipes locais do programa foram estabelecidas para potencializar a implantação dos planos executivos pactuados, dando suporte direto aos tribunais para esse fim. A partir do conhecimento de atores institucionais das áreas de interesse e das dinâmicas estabelecidas, essas equipes facilitam articulações do judiciário e contribuem com aportes técnicos para que cada entrega seja finalizada com excelência.

Alguns exemplos são contribuições para a ação nacional de identificação e documentação civil de pessoas que passaram pelo cárcere e emissão de documentos na porta de saída; a pactuação de 36 Escritórios Sociais em 22 unidades da federação e georreferenciamento do aplicativo Escritório Social Virtual; a implantação de órgãos de macro gestão de justiça restaurativa em 10 tribunais e a implementação ou qualificação de diferentes serviços no socioeducativo — a exemplo das centrais de vagas e do programa pós-medida socioeducativa.

Outra importante função das equipes locais é apoiar a coordenação nacional em ações que demandam engajamento em escala nacional, como levantamento de informações para produtos de conhecimento e para o desenvolvimento de novos serviços, além da mobilização para participação em eventos e formações.

Alguns exemplos são contribuições diversas para ações no contexto de Covid — monitoramento de dados, apoio para instalação e operação de Comitês Covid, entre outros —, fomento à viabilização das pesquisas dos censos nacionais de leitura nos campos penal e socioeducativo, ajuda na coleta de dados sobre a aplicação dos acordos de não persecução penal e alternativas penais no contexto de Covid; entre outros.

COVID-19

IMPACTOS DE LONGO PRAZO

O trabalho realizado pelo CNJ por meio do programa Fazendo Justiça resultou na publicação ou na alteração de pelo menos 142 normativas locais desde 2019. Elas tratam sobre os diversos temas de incidência do programa, de forma alinhada com as normativas nacionais aprovadas pelo CNJ.

O programa Fazendo Justiça teve início quando a pandemia global de Covid-19 estava no começo, e ainda eram desconhecidos os desdobramentos que se seguiriam até a data de hoje. As instituições envolvidas na implementação do programa, tanto na esfera nacional quanto local, tiveram funcionamento presencial suspenso por longos períodos em observação a regras de segurança sanitária. Nesse sentido, diversas atividades foram desenvolvidas na modalidade remota, alterando o ritmo e a forma de implementação ou mesmo o planejamento das atividades previstas.

Outro desdobramento importante foi a criação de atividades específicas para lidar com a pandemia considerando os desafios que incidem no público privado de liberdade – excesso de ocupação de unidades com ambientes pouco ventilados e muitas vezes insalubres; acesso limitado a serviços médicos e de saúde, testagem e vacinação; pouco acesso a equipamentos de proteção, inclusive máscaras; redução em acesso de visitas e de distribuição de itens de necessidade básica usualmente trazidos por familiares.

Principais incidências de apoio ao CNJ e a tribunais entre setembro de 2020 e agosto de 2022 no campo da Covid-19:

- **Apoio técnico prestado por meio das equipes estaduais** para qualificar respostas dos tribunais e outros atores relevantes a partir das normativas e orientações expedidas pelo CNJ, incluindo articulações junto aos Comitês Covid para acompanhamento da evolução da pandemia e medidas necessárias.

- **100 boletins nacionais de monitoramento** veiculados a partir de informações prestadas por autoridades locais. Com periodicidade ajustada em diferentes ocasiões, atualmente mensal, os boletins trouxeram informações como evolução de casos e óbitos, testagem, vacinação, entre outros, segundo aspectos de interesse em cada etapa da pandemia.
- **Plataforma de Análise de Autos de Prisão em Flagrante** desenvolvida e operacionalizada – medida emergencial de acompanhamento da porta de entrada enquanto as audiências de custódia estiveram suspensas no país, com mais de 290 mil cadastros registrados nas 27 UFs entre março de 2020 e abril de 2022. A plataforma foi gradualmente desativada seguindo o retorno das audiências de custódia após o fim das medidas sanitárias.
- **Publicadas Recomendação n. 78/2020 e Recomendação n. 91/2020**, atualizando situações previstas na Recomendação n. 62/2020.
- **Publicada orientação conjunta entre CNJ e Observatório Covid-19 BR** sobre a atualização dos protocolos de prevenção da Covid-19 em espaços de privação de liberdade, em complemento às cinco orientações já publicadas – monitoração eletrônica, alternativas penais, inspeções, audiências de apresentação no socioeducativo, políticas de cidadania – e do material informativo para requerimento de auxílio emergencial.

EVENTOS E CAPACITAÇÕES 2020-2022



Acesse dezenas de eventos do programa disponíveis no repositório online do CNJ



Acesse as publicações lançadas pelo programa

Com as restrições impostas pela pandemia de Covid, significativa quantidade de eventos, formações e capacitações ocorreu virtualmente. Esse formato permitiu a multiplicação de ações com ganhos que incluem a ampliação ilimitada de escopo de participantes – inclusive internacional, com a inclusão de tradução simultânea e/ou legendas – e registro permanente de atividades em repositório virtual de vídeos do CNJ para assistir a qualquer tempo.

PROPORCIONALIDADE PENAL



▪ Lançamento dos Manuais de Audiência de Custódia

Tomada de decisão 1 e 2; Algemas e Instrumentos de Contenção; Proteção Social; Tortura e Maus-Tratos

Outubro e novembro de 2020

Mais de 2.000* visualizações no YouTube – Nacional

▪ Lançamento Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil

Novembro de 2020

Mais de 500* visualizações no YouTube – Nacional

▪ Atualizações em atendimento social na Audiência de Custódia - 1º, 2º e 3º Ciclos

Difusão do conteúdo do Manual sobre Proteção Social na Audiência de Custódia, voltado para profissionais dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada e outros atores que incidem no âmbito das audiências de custódia

Dezembro de 2020, abril, agosto e setembro de 2021

310 participantes – AL, PB, PR, RJ, RS, SE, AC, AP, PA, ES, MA, MG, MS, SP, AM, BA, CE, DF, GO, MG, PE, PI, RN, RR

▪ Treinamentos online — Plataforma APF

Qualificação dos servidores dos tribunais sobre o preenchimento da Plataforma para registro dos Autos de Prisão em Flagrante durante a pandemia de Covid-19, em substituição momentânea ao Sistas

Julho a dezembro de 2020

800 participantes de 25 UFs –

Nacional

▪ 5 ciclos de formações regionais em Alternativas Penais

Qualificação de servidores das Varas e Centrais Integradas de Alternativas Penais

De abril a novembro de 2021

486 participantes – Todas as 5 regiões

▪ Workshops sobre o Uso da Força e Instrumentos de Contenção

Cinco oficinas sobre o uso de força e algemas em audiências, com a parceria da Omega Research Foundation, para formação de multiplicadores

Julho a novembro de 2021

* Em março de 2021, por problemas técnicos nas contas do YouTube do CNJ, foram perdidos os históricos exatos de visualização de importantes eventos realizados pelo programa Fazendo Justiça até aquela data. Os números apresentados neste relatório resultam das visualizações aproximadas contabilizadas nos dias dos respectivos eventos. Os vídeos em questão foram restaurados no repositório do CNJ em meados de 2021, com a contabilização de visualizações reiniciada a partir daquele momento.



60 participantes – Formato online

▪ 2 Encontros Nacionais de Altos Estudos em Audiência de Custódia

Atualização e difusão dos manuais de parametrização nacional para Audiência de Custódia por meio de intercâmbio entre magistrados e outros operadores do direito, com autoridades internacionais

Março a maio de 2021

495 participantes – Internacional

▪ 14 Encontros Estaduais de Altos Estudos em Audiência de Custódia

Atualização e difusão dos manuais de parametrização nacional para Audiência de Custódia por meio de intercâmbio entre magistrados, servidores do Serviço APEC e outros operadores do direito

Março a maio de 2021

601 participantes de 25 UF's com consultoria em audiência de custódia



▪ III Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape)

Edição virtual em escopo internacional com o tema: 'Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas'

28 a 30 de setembro de 2021

+ 5.500 visualizações no YouTube – Internacional

▪ Lançamento do Manual de Arquitetura Judiciária para Audiência de Custódia

Agosto de 2021

782 visualizações – Nacional

▪ Lançamento da publicação Monitoração Eletrônica Criminal — Evidências e Leituras sobre a Política no Brasil

Novembro de 2021

1975 visualizações no YouTube (manhã e tarde) – Nacional

▪ Lançamento do curso online das Regras de Mandela em português

Atualização e difusão dos manuais de parametrização nacional para Audiência de Custódia por meio da utilização da plataforma e-learning do UNODC, voltado para magistrados, servidores da rede parceira e estudantes da área do Direito

Dezembro de 2021

1.200 mil visualizações YouTube – evento internacional

▪ Workshop Proteção Social — Pessoas em Situação de Rua

Atividade de qualificação das equipes das APECs

Abril de 2022

83 participantes – AC, AL, BA, CE, ES, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RO, SE, TO

▪ Workshop Proteção Social — População Indígena

Atividade de qualificação das equipes das APECs

Junho de 2022

76 participantes – AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, PA, PB, RN, SE, TO

▪ Lançamento da publicação Central de Regulação de Vagas: Manual para a Gestão da Lotação Prisional

Março de 2022

902 visualizações no YouTube – Nacional

▪ Lançamento Handbook on Handcuffs

Versão em inglês do Manual sobre Alargamentos e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais, elaborado a partir de produto original em português (2020)

Abril de 2022

591 visualizações via YouTube (por/ing/esp) – Internacional



▪ Lançamento dos Cartazes sobre Audiência de Custódia em línguas indígenas — Baniwa, Nheengatu e Tukano

Embora realizado no Amazonas, esse evento tem destaque nacional por seu ineditismo – divulgar e entregar materiais informativos sobre audiências de custódia direcionados a pessoas custodiadas indígenas e seus familiares, e traduzidos para os idiomas Baniwa, Nheengatu e Tukano

Abril de 2022

70 participantes – em São Gabriel da Cachoeira (AM)

▪ Encontro nacional de consultorias estaduais em audiência de custódia em formato presencial

Atividade de formação e planejamento de consultores estaduais em audiência de custódia das 27 UF's

Junho de 2022

48 participantes - Nacional

▪ **3 Reuniões Técnicas de Monitoração Eletrônica com Tribunais de Justiça para apresentação da Resolução CNJ nº 412/2021**

Reunião com magistrados e servidores para atualização sobre a Resolução CNJ nº 412/2021

Março, abril e junho de 2022

183 participantes — MS, MA, PA, PI, SE, AC, AP, AM, MG, RR, BA, PB e RS

▪ **1ª Atualização Regional voltada à qualificação das equipes das CMEs^[1]**

Evento de atualização voltado à disseminação de leis, normativas, princípios e metodologias fundamentais aos serviços de monitoração eletrônica junto às equipes das Centrais de ME e Varas judiciais estaduais e federais, que atuam com a temática

Junho de 2022

257 participantes — Regiões Nordeste, Centro-oeste e estado do Amazonas

▪ **Evento paralelo na Comissão de Narcóticos (CND) das Nações Unidas — “A proteção social logo após a detenção: experiências no Brasil e no México”**

Apresentar estratégias e práticas que abordam a proteção social no contexto das audiências de custódia, de forma a identificar as necessidades sociais e de saúde entre os detentos pré-julgamento e fornecer encaminhamentos às redes de proteção social com foco em demandas referentes a transtornos relacionados ao uso de drogas

Março de 2022

403 visualizações via YouTube — Internacional

▪ **Evento paralelo na Comissão de Prevenção à Criminalidade e Justiça Criminal (CCPCJ) das Nações Unidas — “Tomada de Decisão nas Audiências de Custódia do Brasil”**

Promover um debate sobre a importância dos esforços coletivos de operadores do direito e especialistas para qualificar o uso de audiências de custódia como a porta de entrada do sistema de justiça criminal no Brasil, com depoimentos de 5 desembargadores e desembargadoras

Maio de 2022

769 visualizações via YouTube (por/ing/esp) — Internacional

CIDADANIA

▪ **Lançamento dos cadernos de gestão dos Escritórios Sociais**

Outubro de 2020

+ de 500 visualizações* — Nacional

▪ **Lançamento do Relatório de Políticas Públicas em Prisões e Protocolos de Atuação do Poder Judiciário**

Novembro de 2020

+ de 500 visualizações* — Nacional

▪ **Lançamento do produto Síntese de Evidências sobre Estímulos de Egressos e Familiares**

Novembro de 2020

+ de 500 visualizações* no YouTube — Nacional

▪ **Processos formativos sobre metodologias do Escritório Social**

Setembro a dezembro de 2020

95 participantes — TO, PB, AL, SE, RN

▪ **Rodas de Conversa**

Diálogos sobre as metodologias dos Escritórios Sociais para pessoas pré-egressas, rotina e planejamento das atividades para os profissionais dos Escritórios Sociais

Fevereiro a maio de 2021 e de janeiro a fevereiro de 2022

64 participantes — BA, AM, MA, PE, AC



▪ **Lançamento do aplicativo Escritório Social Virtual**

Realizada no plenário do CNJ, com a participação do presidente do CNJ Luiz Fux

Abril de 2021

2.605 visualizações no YouTube - Nacional

▪ **Lançamento da atuação conjunta entre CNJ e CNM**

Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais

Maio de 2021

1.500 visualizações no YouTube da CNM + retransmissão pelo CNJ — Nacional

▪ **Equipe MPT e Equipe Fazendo Justiça**

Apresentação da Orientação Técnica conjunta CNJ e MPT nº 1 de 2021 sobre aprimoramento da PNAT

Outubro e novembro de 2021

176 participantes — Nacional

▪ **Formação inicial para equipes dos Escritórios Sociais**

Fevereiro, março, maio e agosto de 2021

250 participantes — MT, MS, ES, AC, AP, BA, PB, RN, PA, PE, RJ, MA

▪ **Curso de atualização para equipes dos Escritórios Sociais**

Junho e julho de 2021, abril e maio de 2022

174 participantes — BA, RJ, MS, TO, ES, PB, RR, AP, MT, PI, AC, AL, SE, AM, RN

[1] Enquanto esta publicação é concluída, estão em andamento novas formações regionais voltadas à qualificação das equipes das CMEs, iniciadas em julho de 2022

▪ Formação de formadores nos Escritórios Sociais

Agosto a outubro de 2021

30 participantes — Nacional



▪ II Jornada de Leitura no Cárcere

Evento para fortalecer o acesso ao livro e à leitura a pessoas privadas de liberdade, com participação de escritores, gestores, especialistas e representantes do Judiciário. Debateu a relação da leitura com a remição de pena e a inclusão social e práticas de leitura e escrita em ambientes prisionais.

Setembro de 2021

23.572 visualizações no YouTube (CNJ/Observatório do Livro e da Leitura) – 9.491 inscritos – Nacional

▪ Webinário sobre convênios para Patronatos/ Escritórios Sociais

Setembro de 2021

57 participantes - AC, AL, AM, BA, DF, GO, MT, MS, MG, PA, PR, PI, RJ, RN, RS, RO, SC, SE e TO

▪ Webinário Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional

Evento para abordar a atuação das Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesps) e o processo de fortalecimento e expansão que vem sendo fomentado pelo CNJ

Outubro de 2021

626 participantes — Nacional

▪ Formação presencial para equipes



dos Escritórios Sociais

Novembro de 2021, março a junho de 2022

126 participantes — AL, PA, AC, PI, MA, MG, DF

▪ Encontros bimestrais com equipes dos Escritórios Sociais (online)

Atividade para formação, elaboração e debates sobre a atuação das equipes dos escritórios sociais já implementados no país

Abril a dezembro de 2021 e de fevereiro a junho de 2022

974 participantes — Nacional

▪ Lançamento Portal para a Liberdade

Ação conjunta entre o CNJ e o Instituto Igarapé, com apoio da Rede de Atenção a Pessoas Egressas do Rio de Janeiro (RAESP-RJ)

Julho de 2022

512 visualizações no YouTube do CNJ - Nacional

▪ 7 workshops sobre políticas para pessoas egressas

Seminários sobre indicadores, monitoramento, recursos, práticas de gestão, advocacy e comunicação de projetos para pessoas egressas

Dezembro de 2021 a julho de 2022

693 visualizações — Nacional

SISTEMAS E

IDENTIFICAÇÃO



▪ Capacitações SEEU

Com objetivo realizar formação em tempo real sobre o manuseio do sistema

Setembro de 2020 a agosto de 2022

6.247 participantes — AL, AM, CE, MG, RS, SC + servidores TREs, STM, Depen e Fazendo Justiça

▪ Lançamento Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade

Realizada no plenário do CNJ, com a participação do presidente do CNJ Luiz Fux

Agosto de 2021

1.002 visualizações no YouTube — Nacional

▪ Capacitações identificação civil e documentação

Setembro de 2020 a junho de 2022

1.641 participantes — Nacional (incluindo TRFs)

SOCIOEDUCATIVO

▪ Formação Guia de Acompanhamento aos Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa

Atividade de formação para atores locais dos sistemas de Justiça e de Garantia de Direitos para apresentar a metodologia do Fazendo Justiça

Fevereiro a março de 2021

259 participantes — 27 UFs



▪ O Poder Judiciário na Qualificação do Atendimento Socioeducativo: da porta de entrada à porta de saída — central de vagas e audiências concentradas

Debate sobre o papel do Judiciário na qualificação do sistema socioeducativo, oferecendo subsídios a magistradas, magistrados e seus auxiliares para incidir sobre o desafio da superlotação e difundir o manual Central de Vagas e o Guia das Audiências Concentradas

Setembro de 2021

1.617 participantes + 7.124

visualizações do YouTube - Nacional

▪ Formação sobre o Guia do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil

Dezembro de 2021

1994 participantes + 218

visualizações no YouTube — Nacional

▪ Formações locais diversas no campo socioeducativo (2022)

Abordagens para diferentes públicos, conforme demandas locais, em temas trabalhados pelo programa

204 participantes – MG, CE, RN, AC, GO, MT e RJ

▪ 5 Encontros das Jornadas Formativas — 10 anos do Sinase

Eventos trataram de audiências concentradas, acompanhamento de adolescentes pós-medida, central de vagas, qualificação do atendimento no socioeducativo, Resolução CNJ 348/2020 e adolescentes LGBTQIA+ privados de liberdade

Abril a agosto de 2022

462 participantes — Nacional

▪ Formação e lançamento do Manual do NAI

Maio de 2022

1.061 participantes certificados

+ 7.832 visualizações no YouTube do CNJ — Nacional

▪ Caminhos Literários no Socioeducativo: pelo direito à leitura

Abertura online aberta ao público + três dias de eventos fechados com participação de artistas, atores do sistema de garantia de direitos e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Julho de 2022

763 participantes + 2.331

visualizações no YouTube – Nacional

TRANSVERSAIS/INTEREIXOS

▪ Lançamento publicações alternativas penais, monitoração eletrônica e gestão prisional

Republicação de produtos de parceria anterior entre Depen e PNUD com temas de incidência do programa: Guias de Modelo Gestão Prisional, Manual de Gestão para as Alternativas Penais e Informativos sobre Monitoração Eletrônica

Novembro de 2020

211* visualizações no YouTube — Nacional

▪ 10 Webinários do projeto Rede Justiça Restaurativa

Sensibilização das Redes em Justiça Restaurativa com tribunais parceiros do projeto, envolvendo magistrados, servidores e rede parceira

Ao longo de todo ano de 2020

1.157 participantes — AC, AL, AP, CE, PB, PI, RO, RR, RN e TRF-3 (SP e MS)

▪ Formação complementar presencial com 10 Tribunais integrantes do projeto de Justiça Restaurativa

Ministrada pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), para servidores dos tribunais do projeto Rede Justiça Restaurativa

Junho de 2021

61 participantes — AC, AP, CE, PB, PI,

RO, RR e TRF3 (SP e MS)

▪ Diálogos GMFs/DMF — Remição de pena por meio de práticas sociais educativas

Webinário com presença de GMFs e DMF para debater resolução de remição de pena por práticas educativas e de leitura

Junho de 2021

1.654 visualizações no YouTube - Nacional

▪ 2º Diálogos GMFs/DMF — Estratégias para o fortalecimento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos tribunais

Webinário com presença de GMFs e DMF para debater a Resolução CNJ nº 214/2015, com as alterações trazidas pela Resolução CNJ nº 368/2021

Novembro de 2021

214 participantes - Nacional

▪ Eventos abertos — Especialização Jurisdição Contemporânea e Sistema Prisional

Aula inaugural, conferência magna e seminário de encerramento do curso oferecido em parceria com a Enfam

Agosto e setembro de 2021 e agosto de 2022



1700 visualizações no YouTube do CNJ — Nacional

▪ 2º Encontro Nacional de Formação das Coordenações Estaduais do Fazendo Justiça, em formato presencial

Atividade de formação e planejamento das coordenações estaduais de 27 UFs

MISSÕES E VISITAS TÉCNICAS

O CNJ teve o respaldo técnico do programa – ou atuou para promover as ações estruturantes desenvolvidas em seu escopo de ação – em missões e visitas institucionais pelo país, respeitando o contexto de restrições sanitárias da pandemia. Abaixo, estão listadas algumas dessas movimentações, com destaque para as atividades que não estão incluídas na modalidade de eventos técnicos, lançamentos e de formações realizadas pelo programa, detalhadas no tópico anterior.

- **Missões de repactuação dos planos executivos estaduais do programa Fazendo Justiça**, com a participação de comitiva do DMF e autoridades locais, novembro de 2020 a março de 2021, em todo o país



- **Missões de apoio a inspeções conjuntas entre Corregedoria do CNJ e DMF/CNJ** desde dezembro de 2021, passando por CE, AM e PE



- **Missões para lançamento da primeira Central de Regulação de Vagas Maranhão**, outubro de 2021 e julho de 2022, para diagnóstico e lançamento da parceria para o sistema prisional

- **Missão para inauguração do Nugesp (RS), em apoio ao DMF/CNJ**, com comitiva do TJMA, em junho de 2022

- **Visitas técnicas para qualificação das audiências de custódia**, inclusive para o tema da arquitetura judiciária, realizadas em abril 2022 – PR e GO

- **Missões para interiorização das audiências de custódia**, realizadas em diversas unidades da federação, a partir de abril de 2022

- **Missões de monitoramento de Escritórios Sociais**, para averiguar o status de implantação das metodologias e a gestão e auxiliar as equipes técnicas no planejamento, execução e aperfeiçoamentos. O monitoramento in loco é uma etapa posterior à coleta de dados, realizada por meio de Instrumento Nacional de Informações, e prevê visitas para a realização de grupos focais e observação participante, totalizando até 12 horas de atividades, distribuídas em quatro turnos de 3 horas. Em algumas localidades foram realizadas formações presenciais. De novembro de 2021 a a julho de 2022 – AM, AL, AP, BA, MT, RN, PA, AC, PB, PI, ES, RR, SE, RJ, MA, PE, MG, TO e MS

- **Missões de lançamento da**



- **Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas** – para além as capacitações já mencionadas, as missões também envolvem apresentação da estratégia e solenidade de lançamento com autoridades locais – primeira etapa realizada entre novembro de 2021 a julho de 2022 – MT, TO, PI, MS, CE, PB, AC, PE, SE, DF, RJ, BA, MA

- **Visita técnica ao Centro Integrado de Atendimento de Belo Horizonte (CIA/BH)**, para conhecimento e troca de experiências no campo socioeducativo, em novembro de 2021

- **Missão de lançamento do primeiro programa pós-medida socioeducativa do país**, assim como mais uma central de vagas do sistema socioeducativo, no Ceará, em maio de 2022

- **Missão para workshop e assinatura do GT para implantação do NAI**, no Amapá, em junho de 2022



FICHAS

UNIDADES DA
FEDERAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta seção apresenta os principais avanços protagonizados por tribunais de justiça de cada unidade da federação, assim como por tribunais regionais federais, na implementação dos planos executivos alinhados com o CNJ por meio do programa Fazendo Justiça. Os planos foram pactuados a partir de setembro de 2020 e executados até agosto de 2022. Atividades diversas que reforçam o sentido das políticas difundidas pelo CNJ e pelo programa também são apontadas.

As incidências foram trabalhadas a partir do Judiciário, especialmente na figura dos GMFs e com apoio das equipes técnicas do programa, para mobilização em rede dos poderes públicos locais e da sociedade civil. As intervenções alcançaram desde a porta de entrada ao fim do ciclo de responsabilização, tanto no campo penal como no socioeducativo.

Durante a pandemia de Covid, além da virtualização de grande parte das atividades e de ajustes nos planos de implementação, houve redução no quantitativo de equipes locais, que voltaram a ser ampliadas no primeiro semestre de 2022.

A consolidação de informações para a confecção deste relatório ocorreu entre o final de julho e o início de agosto.



Para saber mais sobre as ações e resultados do primeiro ciclo (2019-2020), acesse a publicação **Justiça Presente - Relatório Unidades da Federação**

METODOLOGIA DAS FICHAS

As fichas nas próximas páginas mostram como evoluiu cada tribunal e demais atores institucionais na execução de atividades alinhadas ao programa Fazendo Justiça nos **últimos dois anos**. São destacados avanços já concluídos, ações em andamento e incidências estruturantes para fortalecimento do contexto que permite a execução das atividades.

Na primeira parte de cada ficha, é apresentado um quadro-resumo com **dados** (página 23) e políticas públicas de interesse do contexto penal e socioeducativo. As informações, notadamente no campo dos dados relativos à estrutura, não têm relação causal com as ações promovidas pelo CNJ por meio do Fazendo Justiça.

No campo das políticas penais e socioeducativas apresentadas nessas fichas iniciais de cada unidade da federação, são indicados os principais avanços de serviços estruturantes induzidos pelo CNJ com o apoio do programa Fazendo Justiça desde o início da parceria em 2019. Em alguns casos, os serviços foram iniciados pelos poderes públicos locais de forma não atrelada ao programa — a exemplo de diversas CIAPs ou da presença de justiça restaurativa. No entanto, considerando o caráter informativo deste espaço quanto a políticas de interesse no território, serão apresentados de forma integrada.

A segunda parte das fichas entra nos avanços observados em cada unidade da federação nos últimos dois anos. Esses avanços são apresentados de acordo os macrotemas trabalhados pelo **programa**, sendo que o conteúdo de cada ficha é específico em razão das diferentes realidades e de encaminhamentos possíveis para os planos executivos em parceria com os atores locais.



Os avanços podem ter ocorrido com maior ou menor participação das equipes do programa — o objetivo é destacar o alinhamento das políticas penais e socioeducativas desenvolvidas no estado a propostas dos planos executivos induzidas pelo CNJ por meio do Fazendo Justiça.



NACIONALIZADOS

Devido à nacionalização do SEEU garantida no primeiro ciclo da parceria CNJ/PNUD (com exceção de SP e TRF4), os avanços neste macrotema serão apresentados em maior detalhe no relatório nacional. Este relatório destaca a quantidade de processos de cada unidade da federação em tramitação no SEEU na seção 'Penal - Informações relevantes'.

Outra ação que chegou a todas as unidades da federação e não será destacada individualmente é o georreferenciamento do aplicativo Escritório Social Virtual, que também será melhor detalhado no relatório nacional.



SOBRE OS DADOS GERAIS

No caso do sistema penal, os dados apresentados são do **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, produzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, relativo a informações de dezembro de 2021. Os dados sobre Covid-19, tanto do sistema penal quanto do sistema socioeducativo, foram extraídos dos boletins de monitoramento produzidos pelo CNJ com o apoio do Fazendo Justiça desde junho de 2020, com informações enviadas por autoridades públicas locais.

Quanto ao sistema socioeducativo, há uma sistemática ausência de dados — o último levantamento oficial foi feito em 2019 pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Para trazer informações mais atualizadas, optou-se por utilizar como referência os números de junho de 2022 do **Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUS)**, que tem as inspeções judiciais como fonte. As informações coincidem com o retrato apresentado no anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que traz o quantitativo de 13.684 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de internação.

Esse valor, que observou uma redução de 45% desde 2018, demanda mais investigações sobre o mérito: se há, de fato, uma tendência de queda nesses quantitativos, ou se refletem ações momentâneas frente à pandemia. No sistema prisional, após redução de 11% na quantidade de pessoas presas apontada pelo Executivo Federal em 2020, houve um ligeiro aumento em 2021.

Para informações sobre adolescentes cumprindo medida em meio aberto, utilizou-se o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), produzido pelo Ministério da Cidadania. Os dados neste relatório referem-se apenas à rede SUAS e, portanto, podem não refletir a totalidade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Os dados relacionados ao número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto — liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC) — foram extraídos da Base de Dados do Censo SUAS 2021— Gestão Municipal. Sobre o assunto, destaca-se que três unidades da federação alegaram executar diretamente este serviço. No entanto, a ferramenta não oferece dados quantitativos da referida execução. Portanto, os dados aqui apresentados refletem apenas o quantitativo de adolescentes em cumprimento de LA e PSC atendidos pela RedeSUAS municipal, o que pode não indicar a totalidade de adolescentes, uma vez que existem outras formas de execução do referido serviço no desenho do sistema socioeducativo brasileiro de acordo com a Lei do SINASE n.12.594/2012.

O programa Fazendo Justiça trabalha não apenas para qualificar a coleta e sistematização de dados de interesse no campo da privação de liberdade, mas também desenvolve e qualifica sistemas e cadastros para a gestão desses dados. No campo penal, destacam-se o SEEU e o Sistema Audiências de Custódia (SISTAC), que a partir de 2023 será integrado ao Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).

No campo socioeducativo, está sendo desenvolvida ferramenta de apoio a integrantes do Judiciário para inspeções — o Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS). O novo cadastro irá substituir o atual CNIUS seguindo as diretrizes do art. 15 da Resolução CNJ n. 326/2020. Por fim, a Plataforma Socioeducativa, também em desenvolvimento, vai integrar processos de execução de medidas socioeducativas em todo o país.

DADOS GERAIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS	
POPULAÇÃO PRISIONAL	Quantitativo de pessoas presas separadas por gênero, masculino (M) e feminino (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	Percentual de crescimento da quantidade de pessoas presas na última década
PRESOS PROVISÓRIOS	Percentual de presos provisórios no comparativo com o total
OCUPAÇÃO	Percentual resultante da razão entre o número de pessoas presas e vagas
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	Razão entre pessoas presas por 100 mil habitantes em determinada unidade da federação
TRABALHO	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividade laboral prevista em lei
EDUCAÇÃO ESCOLAR	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividade escolar prevista em lei
REMIÇÃO LEITURA	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividades de remição relacionadas à leitura
REMIÇÃO ESPORTE	Percentual de pessoas presas envolvidas em atividades de remição relacionadas ao esporte
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	Razão entre pessoas presas que vieram a óbito por 10 mil pessoas privadas de liberdade, segundo registros oficiais
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	Número absoluto de pessoas presas que contraíram Covid/número absoluto de pessoas que vieram a óbito, segundo registros oficiais, desde o início da pandemia
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	Número absoluto de servidores do sistema prisional que contraíram Covid/número absoluto de pessoas que vieram a óbito, segundo registros oficiais, desde o início da pandemia
INFORMAÇÕES RELEVANTES	
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	Número absoluto de audiências de custódia realizadas desde 2015 na unidade da federação
APEC	Se a unidade da federação possui atendimento a pessoas custodiadas segundo modelo difundido pelo CNJ, o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, no formato pré, pós ou ambos.
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	Número de encaminhamentos sociais nas audiências de custódia, pela magistratura, desde 2015
SISTAC	Se a unidade da federação registra suas audiências de custódia no cadastro do CNJ com abrangência nacional, o Sistema Audiências de Custódia
CIAP	Se a unidade da federação tem Central Integrada de Alternativas Penais
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Se a unidade da federação participou do projeto executado pelo programa para apoiar a expansão da política judiciária no país, com ações no campo penal
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Se a unidade da federação está em diálogo com o CNJ para a implantação da metodologia da Central de Regulação de Vagas
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Se a unidade da federação tem uma ou mais unidades do Escritório Social no modelo difundido pelo CNJ
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	Quantas pessoas foram atendidas pela unidade (ou pelas unidades) do Escritório Social no estado desde sua implantação
RAESP	Se há presença da rede que fortalece atuação de organizações e movimentos sociais na porta de saída do sistema prisional
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	Quantidade de processos em tramitação no Sistema Eletrônico de Execução Unificado do CNJ
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	Quantidade de protocolos concluídos a partir da ação nacional de identificação e documentação coordenada pelo CNJ para regularização de documentos de pessoas que tiveram contato com o cárcere
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	Número de pessoas identificadas ou incluídas na base de dados de identificação civil nacional do TSE, a partir de ação coordenada pelo CNJ

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	Número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio fechado. Não há dados nacionais recentes com diferenciação por gênero
OCUPAÇÃO	Razão entre o número de adolescentes em meio fechado e vagas
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	Razão entre adolescentes internados por 100 mil habitantes em determinada unidade da federação
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	Número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	Número absoluto de adolescentes em meio fechado que contraíram Covid/número absoluto de adolescentes que vieram a óbito, segundo registro oficiais desde o início da pandemia
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	Número absoluto de servidores do sistema socioeducativo que contraíram Covid/número absoluto de pessoas que vieram a óbito, segundo registro oficiais desde o início da pandemia

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Localidades com núcleos de atendimento integrado (ou fluxos) a partir do modelo difundido pelo CNJ
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Se a unidade da federação participou do projeto executado pelo programa para apoiar a expansão da política judiciária no país, com ações no campo socioeducativo
CENTRAL DE VAGAS	Se a unidade da federação tem central de vagas no modelo difundido pelo CNJ
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Se a unidade da federação tem audiências concentradas no modelo difundido pelo CNJ
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Se a unidade da federação tem o programa no modelo difundido pelo CNJ

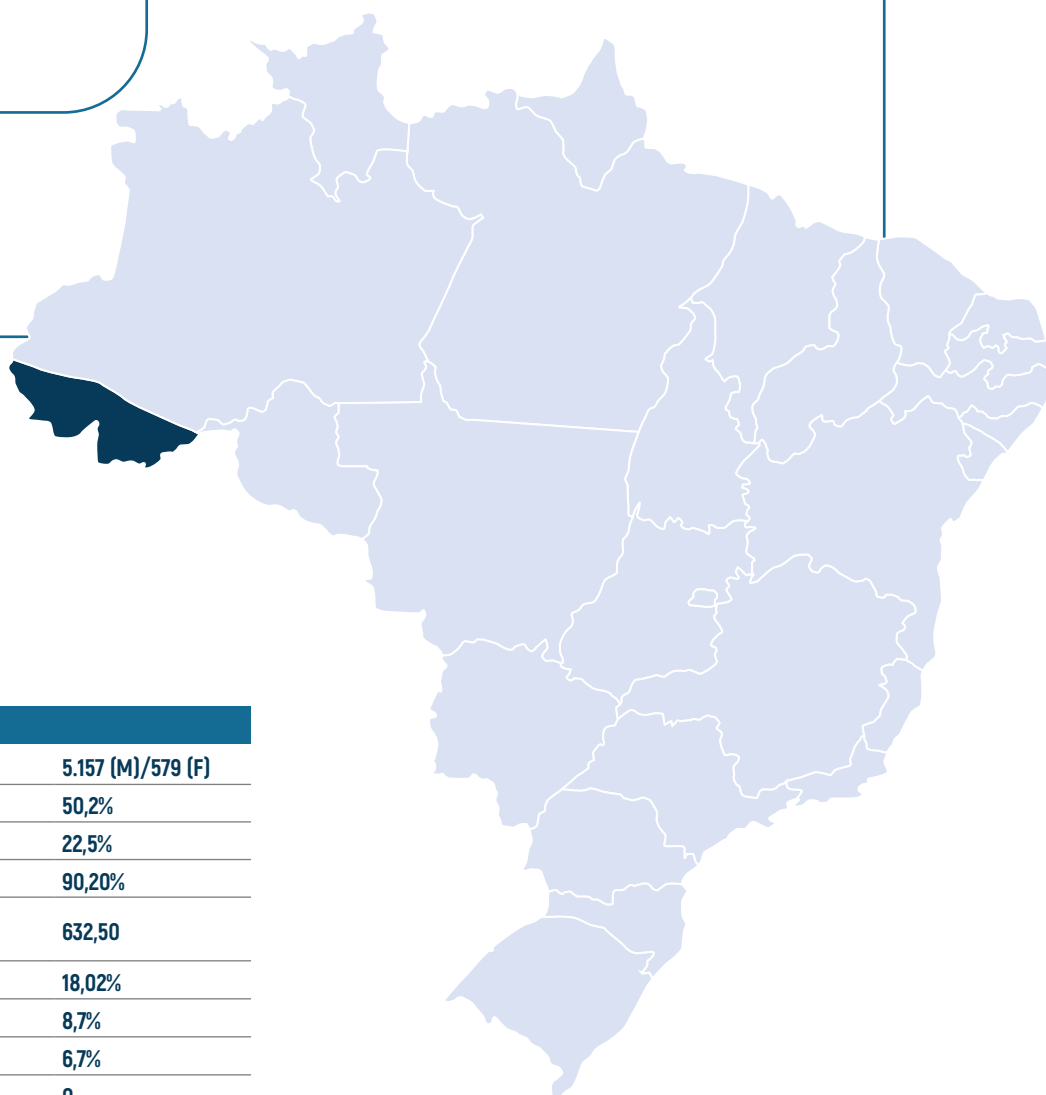
Não serão apresentadas fichas do Distrito Federal e de São Paulo porque, mesmo com adesão a algumas ações promovidas pelo programa, as instituições locais não pactuaram planos executivos estaduais com o CNJ. Entre as atividades comuns realizadas estão a participação em eventos de formação e de levantamentos de abrangência nacional em temas de interesse.

Quanto à Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Presas, ambas as unidades da federação receberam kits de identificação biométrica - DF recebeu 22 kits e SP 902 kits. No DF a ação já foi lançada oficialmente, com realização de formações

de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos e início da identificação civil na porta de entrada (a operação nas unidades prisionais ainda não foi iniciada). Em São Paulo, a previsão de lançamento é maio de 2023.

Quanto ao tema dos sistemas informatizados, o Distrito Federal aderiu ao SEEU, com 49.151 processos de execução penal em tramitação. No campo da cidadania, o Distrito Federal inaugurou um Escritório Social em Brasília e há articulação em andamento com o MPT local para ação de preenchimento de cotas de trabalho por pessoas que passaram pelo sistema prisional.

ACRE



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	5.157 (M)/579 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	50,2%
PRESOS PROVISÓRIOS	22,5%
OCUPAÇÃO	90,20%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	632,50
TRABALHO	18,02%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	8,7%
REMIÇÃO LEITURA	6,7%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	24,3
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	307/5
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	793/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	10.687
APEC	Sim (pré e pós)
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	953
SISTAC	Sim
CIAP	2
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Em negociação
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Rio Branco)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	44
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	18.861
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	23
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	88

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	223
OCUPAÇÃO	0,53
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	126,6
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.094
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	100/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	234/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Fluxo de atendimento em implantação
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Comitê de Políticas Penais** instituído, com grupos de trabalho sobre Proporcionalidade Penal, Prevenção à Tortura, Saúde/Saúde Mental e Cidadania. Procedimentos relativos a pessoas indígenas e ações de enfrentamento ao racismo;
- **Articulação para implantação do Protocolo de Istambul** - em andamento;
- **Cursos** sobre Audiências de Custódia, Monitoração Eletrônica e CIAP realizado pela ESJUD;
- **Projeto de Lei** para instituir Política Estadual de Alternativas Penais apresentado ao Poder Executivo e Legislativo;
- **Normativa do TJAC** alterada para alinhamento ao manual da Resolução CNJ 412/2021 sobre monitoração eletrônica;
- **Grupos reflexivos** implantados no regime semiaberto para pessoas em monitoração eletrônica, interiorização para Tarauacá e Cruzeiro do Sul;
- **Alternativas Penais:** convênio CIAP Rio Branco prorrogado; apresentado projeto para interiorização de CIAP (edital do Depen); celebrado TCT para implantação da CIAP de Cruzeiro do Sul;
- **Justiça Restaurativa:** projeto Rede Justiça Restaurativa concluído com atendimento de casos na Justiça Juvenil, Varas Criminais e Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas; construído plano de implantação e expansão da Política Estadual de Justiça Restaurativa do TJAC; instituídos Núcleo de Justiça Restaurativa do TJAC – Nujures e Centro de Justiça Restaurativa (Cejures) de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Destinados servidores com dedicação exclusiva; processos formativos realizados pela ESJUD;
- **Implantação da Central de Regulação de Vagas** no âmbito do Sistema Prisional em negociação;

Audiência de Custódia

- **Apoio técnico ao Judiciário** para análise de perfil decisório por tipo penal – compreensão de decisões durante a suspensão das audiências na pandemia de Covid;

- **Estruturação da nova sala de atendimento da APEC** no Fórum Criminal, com apoio técnico para qualificação do atendimento pré e pós;
- **Criação de ato normativo** de segurança e condições adequadas para ambientes destinados à realização das audiências de custódia;
- **Interiorização** em andamento em Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasília – plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- **Fornecimento de insumos emergenciais** para custodiados na comarca de Sena Madureira – em andamento.

CIDADANIA

- **Inaugurado Escritório Social em Rio Branco**, via assinatura de TCT entre CNJ/TJ/MP/DPE/Executivo;
- **Equipe multidisciplinar contratada** e capacitada de forma continuada, atuando por meio de articulação de rede;
- **Raesp em implementação:** articulação de atores da rede, sociedade civil e pessoas egressas do sistema prisional, bem como seus familiares;
- **Projeto de Lei** para Política Estadual de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional apresentada ao Poder Executivo e Legislativo; instituição de GT sobre o tema;
- **PNAISP:** adesão dos municípios de Tarauacá e Senador Guiomar;
- **Saúde mental:** proposta de capacitação para atores do Sistema Judiciário em saúde mental no sistema prisional realizada junto ao projeto Teias da Cidadania, em articulação com MPAC e SESACRE, que subsidiou a construção de projeto a ser implementado pelo MPAC;
- **Fluxos e linhas de cuidados** para processos de desinstitucionalização de pessoas em situação de sofrimento psíquico no âmbito do Sistema Prisional desenvolvidos pelo Poder Executivo, Sistema de Justiça e organizações da sociedade civil – método em operação com casos em acompanhamento;

- **Oferta de práticas sociais educativas** em unidades de privação de liberdade: Projeto Escrevivências da Liberdade, metodologia para e com mulheres negras em privação de liberdade.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 48 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e IAPEN;
- **Formações presenciais de equipes** do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- **Termo de convênio entre IAPEN e ARPEN** celebrado para emissão de documentos.

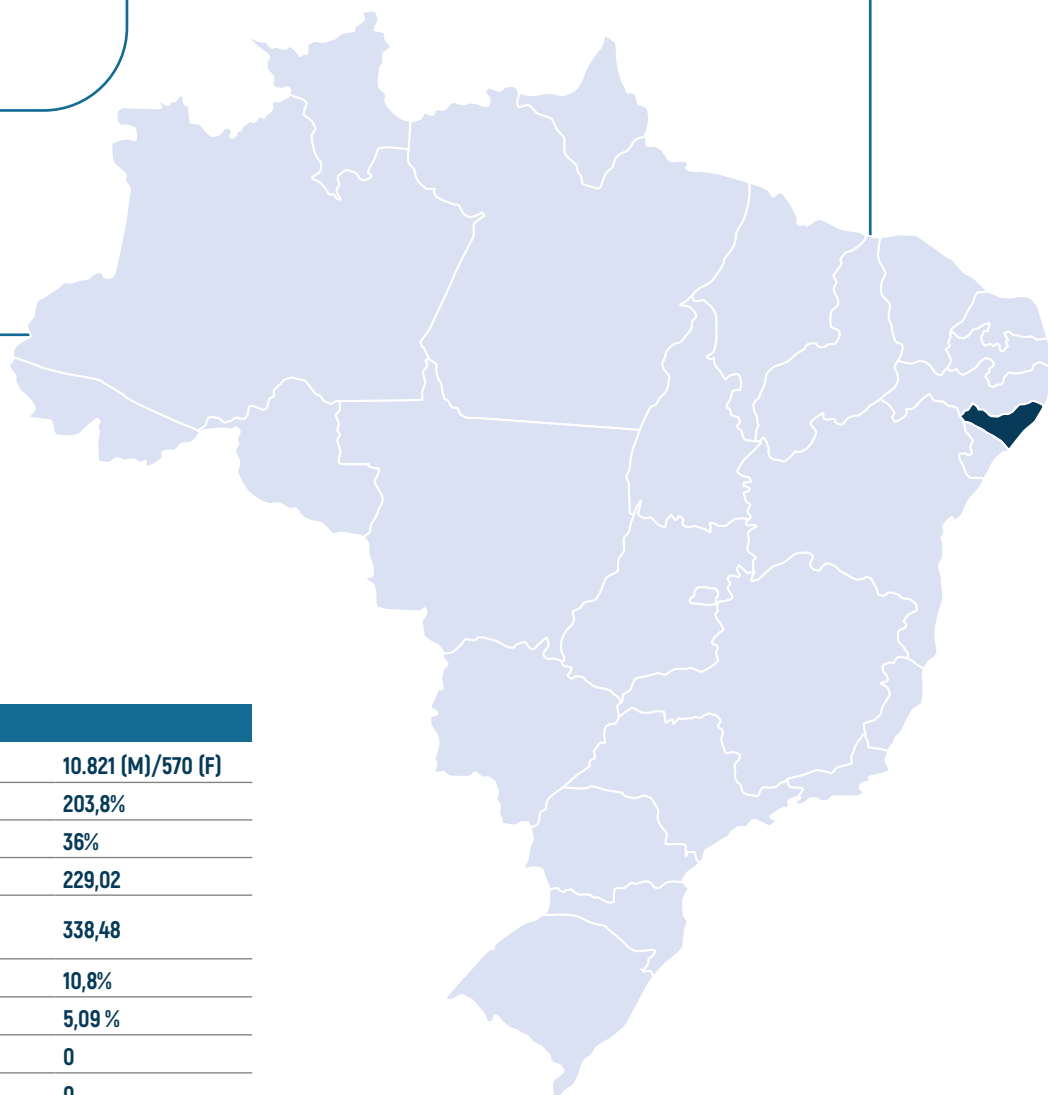
SOCIOEDUCATIVO

- **NAI e ações de Justiça Restaurativa** incluídos no Plano Decenal do Estado do AC;
- **Justiça restaurativa:** interiorização na VIJ de Cruzeiro do Sul (meio fechado);
- **GTs para implantação da Central de Vagas e do NAI** instituídos;
- **Qualificação do fluxo de atendimento** inicial em construção;
- **Projeto de Lei** para a Política Estadual de Acompanhamento de Adolescentes Pós cumprimento de MSE apresentado ao Poder Executivo e Legislativo;
- **ACT do Programa Radioativo assinado:** oferta de cursos de aprendizagem do SENAI e SENAC para adolescentes do Sistema Socioeducativo;
- **Processos formativos** sobre Desafios atuais da Socioeducação realizado pela ESJUD.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** plano de ação elaborado e em funcionamento; página estruturada no site do TJAC; alteração na composição com representantes de conselhos e organizações da sociedade civil (função consultiva);
- **GTs instituídos:** políticas para populações mais vulneráveis: Mulheres, LGBTQIA+ e Pessoas em situação de rua;
- **Realizados webinários e ciclo de debates** sobre temas afetos ao Sistema Penal, Gestão da Justiça Criminal e Rede de Proteção Social;
- Participação do GMF nos **Comitês Estaduais de Políticas para População em Situação de Rua, de Políticas de Migração e de Prevenção e Combate à tortura;**
- PL que cria o **Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura** em tramitação;
- **Realizada ação do Projeto Cidadão Acolher para Transformar** do TJAC voltada ao oferecimento de serviços às pessoas em situação de rua, atendendo à Resolução CNJ N° 425/2021;
- **Projeto de Redução de Danos** para pessoas custodiadas, em alternativas penais, monitoração eletrônica e egressas do sistema prisional em situação de rua e de uso abusivo de drogas - em construção;
- **Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais** no Judiciário do Acre instituída.

ALAGOAS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	10.821 (M)/570 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	203,8%
PRESOS PROVISÓRIOS	36%
OCUPAÇÃO	229,02
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	338,48
TRABALHO	10,8%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	5,09 %
REMIÇÃO LEITURA	0
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	7,05
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	349/1
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	244/4

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	8.493
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	502
SISTAC	Sim
CIAP	2
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Maceió)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	328
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	16.919
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	87
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	158
OCUPAÇÃO	0,49
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	25,99
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.702
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	145/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	141/3

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Adequação de ato normativo** local sobre regulamentação da monitoração eletrônica de pessoas, conforme diretrizes da Resolução CNJ 412/21 em andamento;
- Em andamento TCT entre OAB, Defensoria Pública, Ministério Público, TJAL e Executivo (SERIS) para articulação e qualificação dos serviços no campo da audiência de custódia, alternativas penais, justiça restaurativa e monitoração eletrônica;
- Apresentada proposta para implementação do **Comitê de Políticas Penais** — em andamento;
- **Núcleo de Justiça Restaurativa** em desenvolvimento (Projeto Rede Justiça Restaurativa).

Audiência de Custódia

- **Ajustados fluxos na Central de Audiência de Custódia**, com particular atenção para encaminhamentos ao juizado de violência doméstica contra a mulher;
- **Aprovado termo de compromisso para estabelecimento do fluxo para o exame cautelar** prévio às audiências de custódia, a partir de apoio técnico a coordenadoria da Central de Audiência de Custódia e APEC - previsão para novembro;
- **Interiorização** em andamento em Rio Largo, Arapiraca e Penedo — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Raesp**: articulações interinstitucionais para implantação e proposição de minuta normativa - em andamento;
- **Realizada oficina** (20h) pela coordenação estadual, a partir de diretrizes nacionais do programa, junto à equipe do Escritório Social e de instituições de fomento à Raesp para alinhamento da metodologia de atenção à pessoa egressa e mobilização de pré-egresso;

- Construção de minuta do **estatuto do Conselho da Comunidade** em andamento.

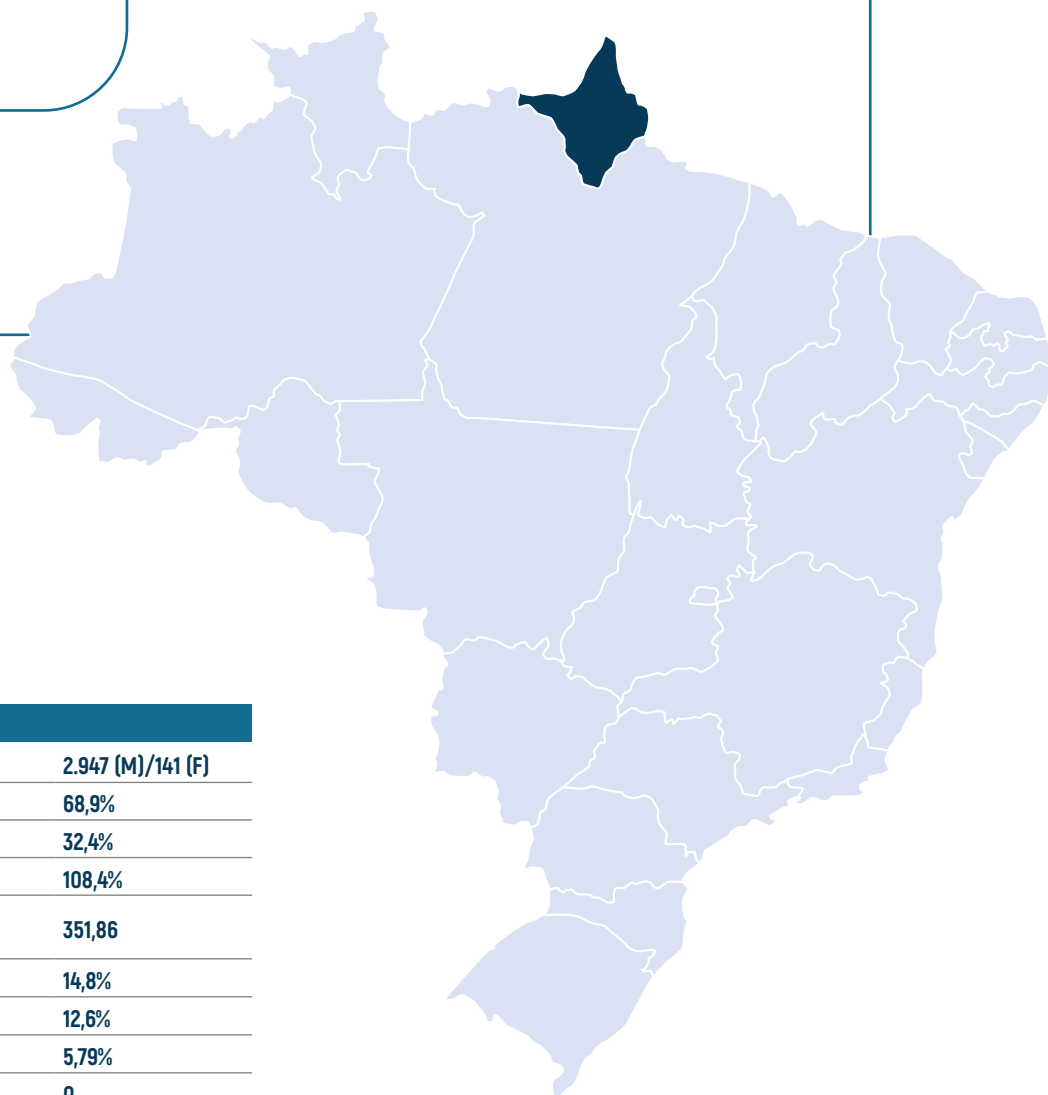
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022;
- **Entrega de 149 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SERIS;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **GT voltado às temáticas do socioeducativo** com a participação do TJAL, MP/AL, DPE/AL, Executivo e sociedade civil - em andamento;
- **Realizada adequação de Planos de Trabalho da Sumese** em relação às pautas de saúde, atenção à saúde mental, educação, esporte, lazer, atualização do programa de leitura e qualificação para o trabalho;
- Apresentada minuta, em conjunto com a Sumese, para **formalização da Central de Vagas** conforme a Resolução CNJ 367/21 — em andamento;
- **Elaboração de minuta para audiências concentradas** em andamento;
- **Saúde mental**: parcerias (SEPREV/Sumese, DPE/AL, MPAL e Secretaria de Estado de Saúde) para realização de oficinas e seminário direcionados ao sistema de justiça, executivo e conselhos de direito sobre fluxo e atenção à saúde mental — em andamento;
- **Projeto Rede Justiça Restaurativa**: encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo; Núcleo de Justiça Restaurativa em desenvolvimento.

AMAPÁ



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	2.947 (M)/141 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	68,9%
PRESOS PROVISÓRIOS	32,4%
OCUPAÇÃO	108,4%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	351,86
TRABALHO	14,8%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	12,6%
REMIÇÃO LEITURA	5,79%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	71,24
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	352/1
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	191/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	5.308
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	285
SISTAC	Sim
CIAP	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Macapá)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	49
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	9.991
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	-
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	28
OCUPAÇÃO	0,22
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	15,84
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	2.211
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	11/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	195/1

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Não
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas Penais:** minuta de projeto de lei da Política Estadual de Alternativas Penais em elaboração no TJAP;
- **Justiça Restaurativa:** realizada articulação com o Setor de Planejamento do Tribunal para incluir a JR dentro do planejamento estratégico do biênio e dos próximos seis anos; criação de comissão junto ao Setor de Planejamento do Tribunal, trabalhando com um projeto de lei para inserção do órgão de macrogestão de JR e em uma instrução normativa que detalha a estrutura desse órgão; processo de criação de núcleos de JR em Macapá e Santana; elaborado e entregue à EJAP um plano pedagógico para formação em JR.

Audiência de Custódia

- **Retomadas as audiências de custódia presenciais** a partir de articulações interinstitucionais, com melhoria do espaço por medidas de biossegurança específicas;
- **Rotinas estabelecidas para atendimento especializado** em matéria de violência doméstica e familiar;
- **Protocolo estabelecido com o fluxo interinstitucional:** acesso prévio do Judiciário ao laudo pericial de exame de corpo de delito e fluxo de compartilhamento de casos para apuração;
- **APEC implantada** (pré e pós), em interface com monitoração eletrônica e alternativas penais — normativa e formação de equipe em andamento.

CIDADANIA

- **Escritório Social inaugurado em Macapá**, por meio de ACT entre CNJ, Governo do Estado do Amapá, TJAP e Defensoria Pública do Amapá;
- **Metodologia de pré-egressos instalada**, por meio de parceria entre Escritório Social, JSM e IAPEN;

- **Raesp:** apoio e articulação local para qualificação — em andamento;
- Articulação para alteração da lei atual do **Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Amapá** visando inclusão do TJAP em andamento.

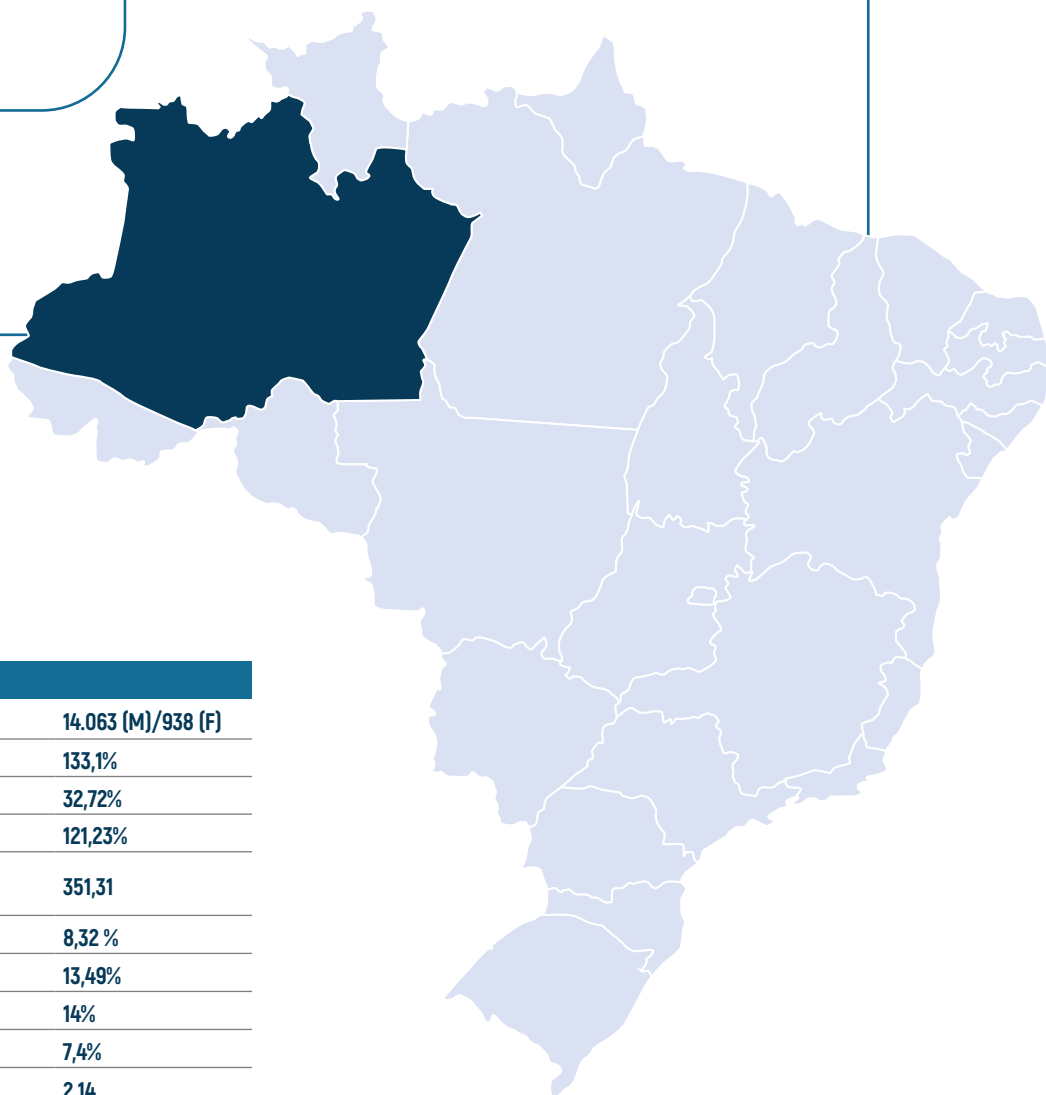
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022;
- **Entrega de 30 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e IAPEN;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas:** resolução publicada e audiências em funcionamento; ação em monitoramento e troca de experiências com outras unidades da federação;
- **NAI:** fluxograma apresentado, com implementação em andamento; realizado “I Workshop Estadual do Núcleo de Atendimento Integrado” em julho de 2022, com 168 participantes;
- **Projeto Rede Justiça Restaurativa:** encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo.

AMAZONAS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	14.063 (M)/938 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	133,1%
PRESOS PROVISÓRIOS	32,72%
OCUPAÇÃO	121,23%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	351,31
TRABALHO	8,32 %
EDUCAÇÃO ESCOLAR	13,49%
REMIÇÃO LEITURA	14%
REMIÇÃO ESPORTE	7,4%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	2,14
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	940/2
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	984/ 7

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	3.821
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.351
SISTAC	Sim
CIAP	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Manaus); 3 em negociação (São Gabriel da Cachoeira, Itacoatiara e Humaitá)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	49
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	21.826
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	7
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	42
OCUPAÇÃO	0,25
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	5,02
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	475
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	79/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	146/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Fluxo de atendimento em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAPA** implantada e em funcionamento a partir de TCT entre o TJAM e a SEAP AM, com plano de capacitação de nova equipe técnica
- **Portaria Conjunta** para criação do Comitê Gestor de Alternativas Penais — minuta apresentada ao GMF, em tramitação.

Audiência de Custódia

- **Secretaria de Custódia reinaugurada**, com melhoria do espaço arquitetônico;
- **Parlatório para defensores/as e advogados/as** disponibilizado, com implementação de procedimento para retirada de algemas durante o atendimento;
- **SISTAC**: preenchimento qualificado junto à equipe responsável;
- **Pessoas vulneráveis**: formação para qualificação de profissionais da Secretaria de Custódia e da Central de Inquérito para acolhimento de pessoas custodiadas LGBTQIA+ e mulheres;
- **Tortura**: fluxos pactuados entre Secretaria de Audiência de Custódia, Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público e Coordenação Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
- **Laudos do IML**: fluxos pactuados para acesso direto da Secretaria de Audiência de Custódia;
- **Portaria da Secretaria de Segurança Pública** que proíbe a permanência de policiais civis na sala onde ocorrem os exames cautelares implementada;
- **Laudos de exame de corpo de delito** junto ao IML aprimorados conforme o Protocolo de Istambul das Nações Unidas;
- **Protocolo de biossegurança** implementado nas audiências de custódia do Amazonas;
- **Cartazes informativos em três línguas indígenas** elaborados e disponibilizados;

- **Projeto Reeducar** (TJAM): fluxos pactuados com Secretaria de Audiência de Custódia e CIAPA, no intuito de fortalecer as políticas socioassistenciais do estado, em atenção ao público de liberdade provisória;
- **Violência doméstica**: fluxos pactuados com o Serviço de Atendimento, Responsabilização e Educação ao Agressor;
- **GT sobre Proteção Social no âmbito da Audiência de Custódia** criado — fluxos pactuados entre SEJUSC, SEAS, SEAP, CAPS, CREAS, DRESC, SUSAM, CIAPA e CRAS;
- **Interiorização** em andamento em Itacoatiara, Coari e Tabatinga — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **PNAISP**: adesão de 10 municípios, Grupo Condutor Estadual rearticulado;
- **GT para criação de Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura** — minuta de portaria apresentada ao GMF e aprovada, em andamento;
- **Assinado Termo de Compromisso dos municípios de Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira, Coari e Humaitá** para implantação do Escritório Social e Fundo Municipal de Políticas Penais;
- **Conselhos da Comunidade instalados na comarca de Manaus e de Tabatinga**. Em andamento: São Gabriel da Cachoeira;
- **GT de Saúde Mental** — minuta de portaria apresentada ao GMF e aprovada, em andamento;
- **GT dos Direitos Indígenas** — minuta de portaria apresentada ao GMF e aprovada, em andamento;

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para março de 2023;
- **Entrega de 98 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 12ª CJM;

- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

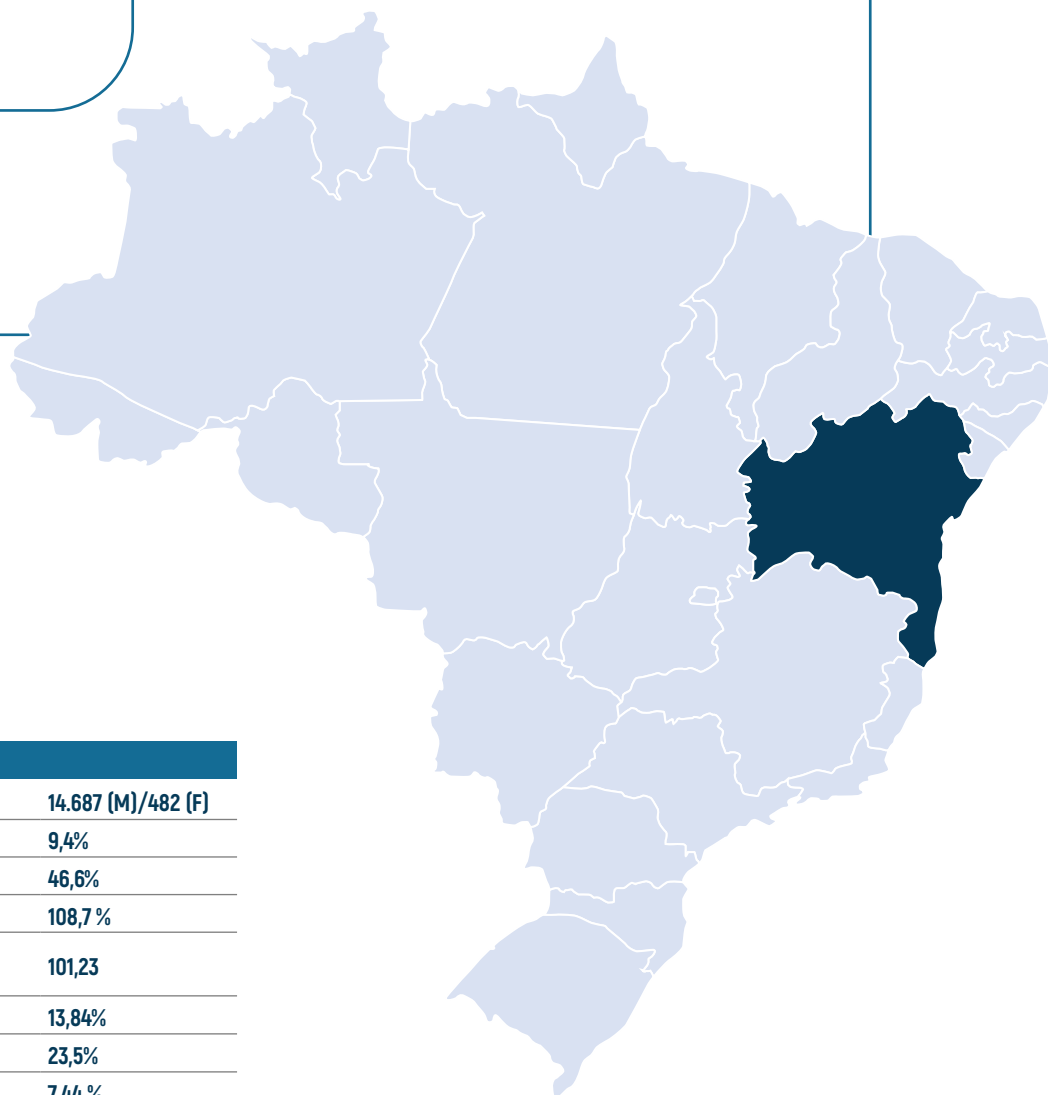
SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências Concentradas** institucionalizadas por meio da publicação de resolução pelo TJAM;
- **GT criado para formalização do atendimento inicial integrado;** qualificação de fluxo no Centro Integrado já existente em Manaus - minuta de portaria elaborada, apresentada e aprovada pelo GMF e COIJ, em andamento;
- **Criação de GT** para implantação de Central de Vagas em andamento;
- **Assinatura de termo de compromisso** em Itacoatiara e São Gabriel da Cachoeira para melhoria dos fluxos de atendimento inicial integrado.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** apresentada ao TJAM proposta de resolução para reestruturação, com aprovação de novo organograma e contratação de equipe multidisciplinar conforme resolução do CNJ;
- **Apoio técnico para elaboração do Plano de Ação** (planejamento) do GMF para ano de 2022/2023.

BAHIA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	14.687 (M)/482 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	9,4%
PRESOS PROVISÓRIOS	46,6%
OCUPAÇÃO	108,7 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	101,23
TRABALHO	13,84%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	23,5%
REMIÇÃO LEITURA	7,44 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	21,81
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	1.398/8
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.998/7

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	23.119
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.022
SISTAC	Sim
CIAP	1 (e 18 CEAPAS)
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Salvador)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	277
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	34.291
DOCUMENTOS EMITIDOS	91
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	164

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	203
OCUPAÇÃO	0,32
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	6,49
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	2.098
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	136/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	658/6

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Comitê Estadual de Políticas Penais e Socioeducativas** implantado;
- **CIAP:** convênio renovado com suplementação orçamentária pelo Depen;
- **Alternativas Penais:** ACT entre SEAP/CEAPA, TJBA, MP e DPE para regulamentação da execução das alternativas em tramitação;
- **Ampliado atendimento das medidas cautelares** por meio das Centrais de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas na região metropolitana e municípios do interior;
- **Monitoração eletrônica:** criado fluxo para reavaliação de medida nos casos de vulnerabilidade social.

Audiência de Custódia

- **SISTAC:** preenchimento qualificado;
- **Realizado curso de enfrentamento à tortura nas audiências de custódia**, pela equipe nacional do programa em parceria com o TJBA, destinado à magistratura, Promotoria de Justiça, defensores públicos e funcionários do IML e das Corregedorias de Polícia, visando a prevenção, detecção e apuração desses casos;
- **Minorias:** incluída pergunta sobre nome social no roteiro de entrevista; articulação realizada com a Central de Intérpretes de Libras da Bahia (CILBA) para intérpretes no momento da audiência;
- **Arquitetura:** relatório produzido sobre Vara de Audiência de Custódia de Salvador para implementação do Manual do CNJ;
- **Formulário de avaliação de risco para Covid-19** implantado nas delegacias do estado, com monitoramento realizado em parceria com a Defensoria Pública, no momento específico da pandemia;
- **Comitê Covid:** incidências para reforço de protocolos e realização de vistorias e inclusão do DPT/IML como membro permanente,

disponibilizando laudos de exame cautelar no momento da audiência;

- **Protocolo local de biossegurança desenvolvido** para as equipes de proteção social com atuação na Vara de Audiência de Custódia de Salvador, Programa Corra pro Abraço e CIAP;
- **Formação:** instituídos processos de educação para equipe psicossocial via parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA;
- **Interiorização** em andamento em Lauro de Freitas, Feira de Santana e Porto Seguro - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** implantado em Salvador, com renovação de convênio entre SEAP e Depen;
- **Metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas** implantada por meio de portaria da SEAP;
- **Trabalho:** criado GT para operacionalizar política de cotas a pessoas egressas e em privação de liberdade (Pró-trabalho); criado GT para reestruturação do Projeto Começar de Novo;
- **Remição por práticas sociais educativas:** publicado provimento conjunto entre Corregedoria Geral e a Corregedoria de comarcas do interior, ambos TJBA;
- **Conselho da Comunidade** da Comarca de Salvador instituído por portaria da 1ª VEP;
- Apoio técnico para criação e execução de GT para elaboração do **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**;
- **Qualificação do fluxo** de pecúlio em andamento;
- **Bolsas de ensino superior** articuladas para pessoas privadas de liberdade e egressas (parceria Kroton).

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 281 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SEAP e 6ª CJM;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário** e do Executivo estadual para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU - assinado termo de convênio com Arpen Brasil para emissão; **firmado termo de parceria entre SEAP e SSP** para viabilizar a criação de postos do Instituto de Identificação Pedro Melo em cada unidade prisional do estado.

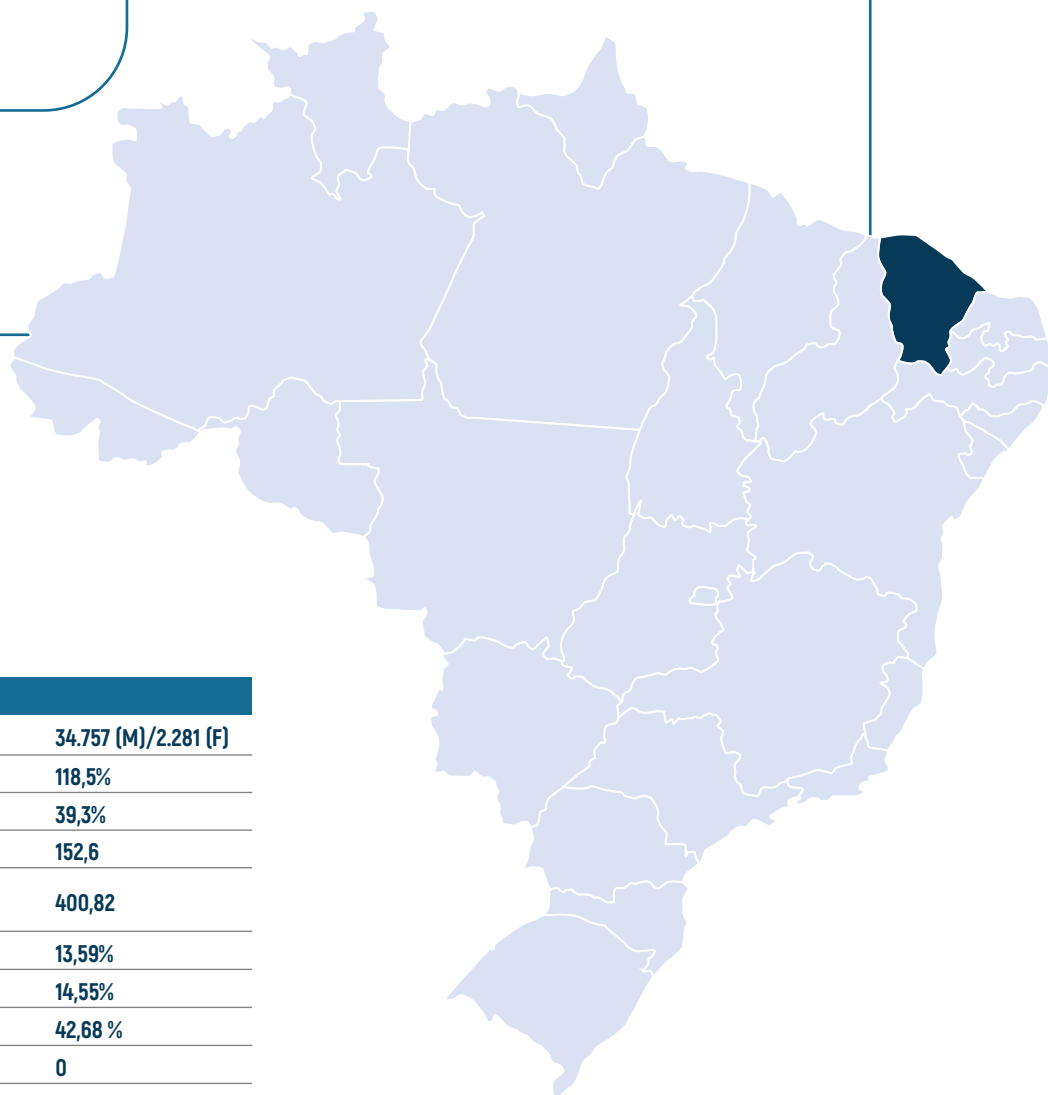
SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas implantadas;**
- **NAIs:** quatro GTs para implementação em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari;
- **Central de Vagas:** GT criado para estruturação de minuta de ato normativo e implantação - em andamento;
- **Inspeções virtuais conjuntas** (MP, CIJ/TJBA, DPE) ao longo do período de pandemia;
- **Profissionalização:** em andamento dois projetos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade por meio do FUNTRAD – parceria entre FUNDAC, MPT e SETRE; termo de compromisso celebrado entre FUNDAC e MPT para destinação de notebooks para oferta EAD aos adolescentes.

TRANSVERSAIS

- **GT criado via decreto judiciário** para o enfrentamento de desafios diversos no sistema prisional local e serviços penais;
- **GT criado para estruturação da Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais**, plano de trabalho intersectorializado - em andamento;
- **Publicado decreto** que institui o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crime e Atos Infracionais.

CEARÁ



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	34.757 (M)/2.281 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	118,5%
PRESOS PROVISÓRIOS	39,3%
OCUPAÇÃO	152,6
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	400,82
TRABALHO	13,59%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	14,55%
REMIÇÃO LEITURA	42,68 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	4,35
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	2.798/9
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1132/9

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	36.438
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.896
SISTAC	Sim
CIAP	8
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 em negociação (Sobral)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	55.634
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	2.580
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	1017

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	535
OCUPAÇÃO	0,56
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	35,42
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	4.233
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	250/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	536/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Sim
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Não
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- Revisada normativa estadual que regulamenta a **monitoração eletrônica** (Resolução CNJ 412/2021);
- **Alternativas Penais:** apresentadas para o TJCE e para a SAP proposta de Lei Estadual de Alternativas Penais e de portaria para instituição de Grupo Gestor, com discussão fortalecida via Fórum Estadual de Alternativas Penais;
- **Fluxos definidos** entre os Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, a Coordenadoria de Alternativas Penais e a Coordenadoria da Mulher do TJCE;
- **Formação realizada para equipes e núcleos da Coordenadoria de Alternativas Penais** no interior do estado e diagnóstico de rede para atendimento de homens autores de violência doméstica e mulheres em situação de violência;
- **Justiça restaurativa:** instituído Órgão Central de Macrogestão e Coordenação de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Projeto Rede Justiça Restaurativa);
- **Levantamento sobre a rede de serviços psicossociais:** em seis comarcas do interior do estado (Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu, Itapipoca, Quixadá e Caucaia), no intuito de identificar potenciais parceiros para encaminhamentos dos núcleos das centrais de alternativas penais nas respectivas comarcas;

Audiência de Custódia

- **Realizado Curso de atualização em Audiência de Custódia** para magistratura e servidores em parceria do TJCE e coordenação nacional do programa;
- **GT Saúde mental:** fluxo inicial de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei a partir das audiências de custódia - elaboração em andamento;
- **Interiorização** em andamento em Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **GT de Saúde Mental** instituído por meio de portaria para proposição de estratégias de atenção integral a pessoas com transtorno mental em conflito com lei e sua desinstitucionalização, já com resultados;
- **PNAISP:** instituído grupo condutor nacional; instituída primeira EAP pela Secretaria Estadual de Saúde;
- **Pactuado novo fluxo para os exames periciais de insanidade mental** e avaliação de medida de segurança junto a Perícia Forense do Ceará;
- Realizado webinar **"A loucura do Direito: os encontros e desencontros entre os saberes da mente e da lei"**, promovido pelo GMF/TJCE em parceria com Esmec;
- **Estruturado serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas** aplicáveis a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, TCT composto entre TJCE/SAP/SESA;
- **Raesp** constituída, contendo coordenação, regimento interno, plano de trabalho e realização de assembleias mensais ordinárias;
- **Escritório Social:** assinado ACT entre CNJ, TJCE e Poder Executivo Estadual; adesão do município de Sobral em trâmite;
- Minuta de **resolução elaborada com fluxos para notícias de tortura ou de maus-tratos** no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará - em tramitação;
- **Instituído GT** (portaria GMF) para promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ e mulheres privadas de liberdade;
- **Elaborado Curso de Formação em Direitos Humanos** para capacitar policiais penais e servidores SAP na plataforma da Escola de Gestão Penitenciária;
- **Elaborado plano de ação para atenção à saúde da população transgênero em situação de privação de liberdade:** afirmação de gênero na modalidade hormonoterapia conduzido pela Secretaria Estadual de Saúde - implementação em curso.

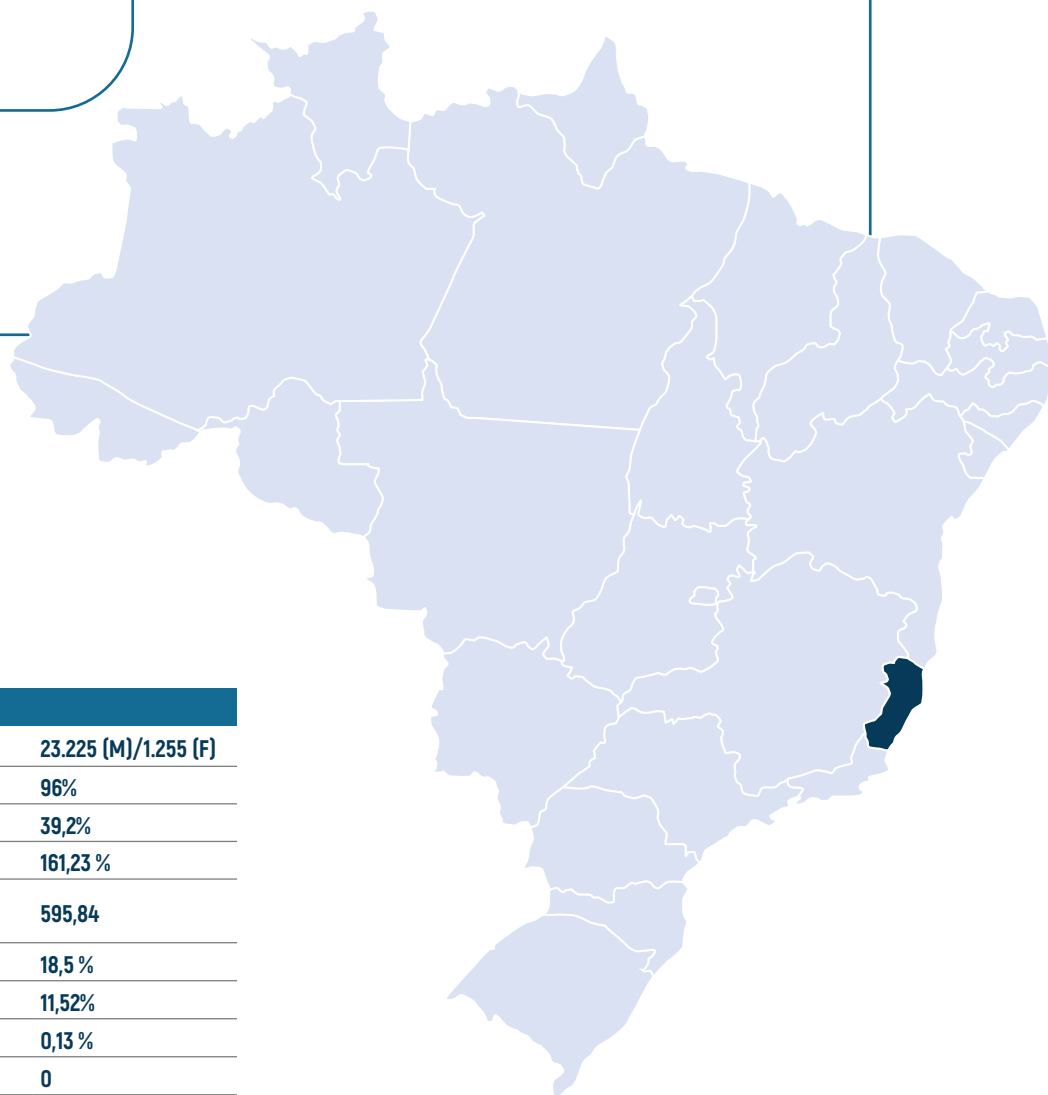
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 259 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF, SAP e 10ª CJM;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas; **celebrado TCT entre Arpen local e SAP para o acesso ao CRC Jud:** emissão de certidão de nascimento.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de vagas:** serviço lançado e publicada Resolução 28/2021 do TJCE para regulamentar funcionamento; portaria do Executivo atualizada em consonância com a Resolução CNJ 327/2021;
- **Programa pós-medida lançado,** com publicação de ACT assinado entre Governo do Estado, TJCE e CNJ; realizada formação inicial da equipe contratada sobre os cadernos pedagógicos I, II e III do tema do Programa Fazendo Justiça;
- **NAI:** instituído GT; elaborado protocolo interinstitucional para definição do fluxo do NAI de Fortaleza;
- **Projeto Rede Justiça Restaurativa:** participação com encaminhamento de casos;
- **Realizado evento “Diálogos sobre o Sistema Socioeducativo”,** organizado pela Vara Única da Infância e Juventude de Sobral com o apoio do GMF e a participação de atores locais, para discutir ações futuras voltadas às medidas socioeducativas em meio aberto, o programa pós-medida, audiências concentradas e NAI.

ESPÍRITO SANTO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	23.225 (M)/1.255 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	96%
PRESOS PROVISÓRIOS	39,2%
OCUPAÇÃO	161,23 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	595,84
TRABALHO	18,5 %
EDUCAÇÃO ESCOLAR	11,52%
REMIÇÃO LEITURA	0,13 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	17,59
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	1.385/8
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.516/3

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	1.843
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	622
SISTAC	Sim
CIAP	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Vitória)/2 em negociação (São Mateus e Piúma)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	5.966
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	61.006
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	2.432
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	549
OCUPAÇÃO	0,73
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	88,74
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	5.348
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	146/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	469/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Qualificação em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Não
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAPs:** convênio celebrado entre DEPEN e SEJUS para implantação de duas CIAPs nos municípios de Viana e Vitória;
- **Projeto de Lei** para institucionalização da política estadual de alternativas penais — minuta elaborada;
- **Minuta do TCT entre TJES e Governo do Estado** para atuação integrada no campo das alternativas penais - em tramitação
- **Implementado GT de Alternativas Penais** no âmbito da Comissão Interinstitucional de Políticas Penais do Estado;
- **Criação de Fundos Municipais de Políticas Penais** em São Mateus e Serra, por meio de articulação institucional - em andamento.

Audiência de Custódia

- **Atualização de ACT entre TJES e Governo do Estado** que estabelece as responsabilidades entre as instituições para realização das audiências de custódia;
- **APEC:** celebrado convênio entre Depen e Sejus para a ampliação da equipe psicossocial da APEC em Viana;
- **Publicação de portaria para regulamentação e formalização do serviço APEC no estado** — em tramitação;
- **Ciclo de debates temáticos** realizados pela equipe local do programa para qualificação das equipes dos núcleos de audiências de custódia — em andamento;
- **Monitoramento e levantamento de indicadores sobre as audiências de custódia** em casos de mandados de prisão, transmitido para o TJ via GMF para acompanhamento das ações;
- **Georreferenciamento estadual dos serviços da rede de proteção social e núcleos de audiência de custódia**, informado às equipes de proteção social que atuam com as audiências de custódia para melhor encaminhamento — em andamento;

- **Realizada articulação e reunião técnica para qualificação arquitetônica** do núcleo de audiência de custódia de Viana — em andamento;
- **Desenvolvido Plano de Trabalho entre GMF e Coordenadoria da Mulher** para aprimorar os fluxos de atendimento às mulheres vítimas no âmbito das audiências de custódia — em execução;
- **Audiências de custódia expandidas** para casos de flagrante em todo o território estadual;
- **Interiorização** em andamento em Viana, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** TCT firmado entre TJES, Secretaria de Justiça do Estado e CNJ, assim como plano de trabalho, para atualização metodológica em Vitória; articulação em andamento com os municípios de São Mateus e Piúma para implantação;
- **Conselhos da Comunidade:** publicado ato normativo pelo TJES para a ampliação das possibilidades de destinação de penas pecuniárias; evento realizado entre GMF prisional e EMES, com apoio do DMF, para fomento e fortalecimento dos Conselhos no estado;
- **Participação de estudantes privados de liberdade** nos conselhos escolares efetivada;
- **Diagnóstico do acervo de leitura das unidades prisionais em andamento**, com vistas à elaboração de minuta de orientações técnicas para remição pela leitura no estado.

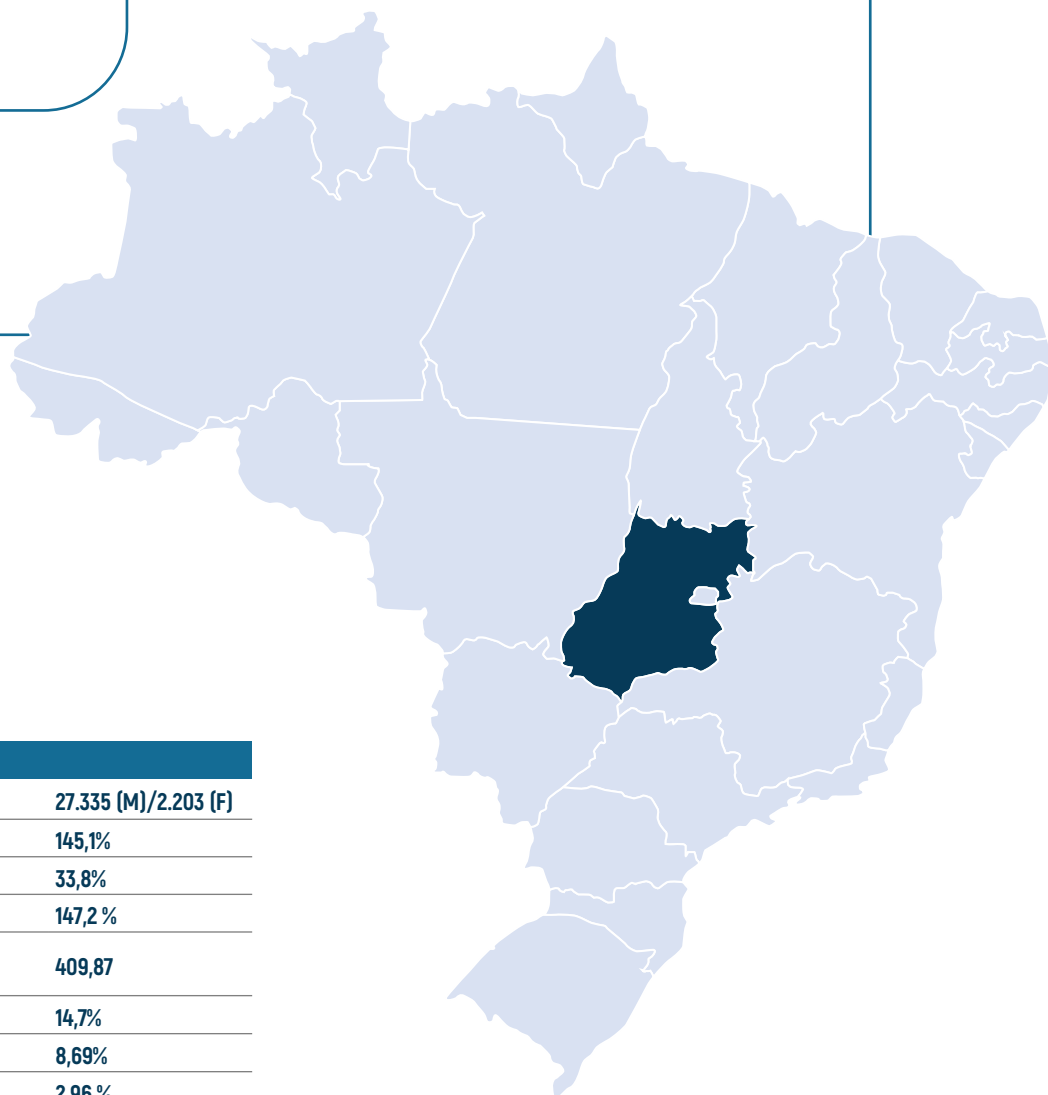
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para abril de 2023;
- **Entrega de 81 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUS;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Plano Estadual de Leitura em desenvolvimento**, com participação da Secretaria Estadual de Educação e o IASES - suporte técnico via GMF Socioeducativo;
- **Realizadas pelo TJES ações de fortalecimento do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (CIASE/NAI)**: apoio com diagnóstico situacional, plano de trabalho, aprimoramento dos fluxos e normativas;
- **Central de Vagas**: minuta de normativa estadual para implementação em tramitação no TJES.

GOIÁS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	27.335 (M)/2.203 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	145,1%
PRESOS PROVISÓRIOS	33,8%
OCUPAÇÃO	147,2 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	409,87
TRABALHO	14,7%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	8,69%
REMIÇÃO LEITURA	2,96 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	12,21
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	4.038/19
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.277/4

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	44.209
APEC	Não
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	3.983
SISTAC	Sim
CIAP	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	62.483
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	-
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	147
OCUPAÇÃO	0,35
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	13,23
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	5.279
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	44/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	249/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Sim (fluxo de atendimento)
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Comitê de Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica implantado:** plano de trabalho em fase inicial;
- **Plano de trabalho acerca do combate à tortura e outras violações** - em andamento;
- Criado **Fundo Municipal para Políticas Penais** no município de Rio Verde;
- **Levantamento estadual sobre serviços de alternativas penais e monitoração eletrônica** em andamento;

Audiência de Custódia

- **Audiências de custódia presenciais retomadas** com apoio de protocolo de biossegurança, produzido em parceria com a Diretoria de Planejamento Estratégico e o Centro de Saúde, ambos do TJGO;
- Estabelecidas duas salas para **atendimento prévio e reservado da defesa** (parlatório);
- **Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia** implantada via decreto judiciário do TJGO;
- **Implantada sala de atendimento prévio de saúde** no Fórum Criminal da comarca de Goiânia;
- **Implantada sala para APEC** no Fórum Criminal da comarca de Goiânia;
- Institucionalizado o Projeto **“Proteção Social nas Audiências de Custódia”**, parceria entre a Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia e a Secretaria Interprofissional Forense da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás;
- **Iniciado fornecimento de insumo emergencial** (vestuário) às pessoas custodiadas;
- **Criado site da Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia** no website do TJGO - seções com manuais, relatórios, informativos e vídeos institucionais sobre as audiências de custódia;

- Elaborado **Relatório Analítico do Espaço Arquitetônico das Audiências** de Custódia no TJGO;
- **Realizada capacitação sobre o preenchimento do SISTAC para servidores do TJGO**, com participação da coordenação nacional, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Audiências de Custódia e a Escola Judicial;
- **Interiorização em andamento em Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde:** plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Bolsas de estudo de curso superior profissionalizante** oferecidas para pessoas egressas e em privação de liberdade por meio de articulação com o TJGO e Executivo (parceria Kroton);
- **Novo protocolo para qualificação das inspeções** em estabelecimentos prisionais e dos fluxos de tortura, com apoio técnico ao GMF/TJGO;
- Novas ações propostas no **Plano de Trabalho do Comitê Temático de Prevenção à Tortura**, criado no âmbito do GMF;
- **Publicada a Recomendação nº01/2022 pelo GMF/TJGO** orientar a aplicação local da Resolução CNJ 287/2019, que trata das pessoas indígenas no âmbito do sistema de justiça.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para fevereiro de 2023;
- **Entrega de 343 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e DGAP.

SOCIOEDUCATIVO

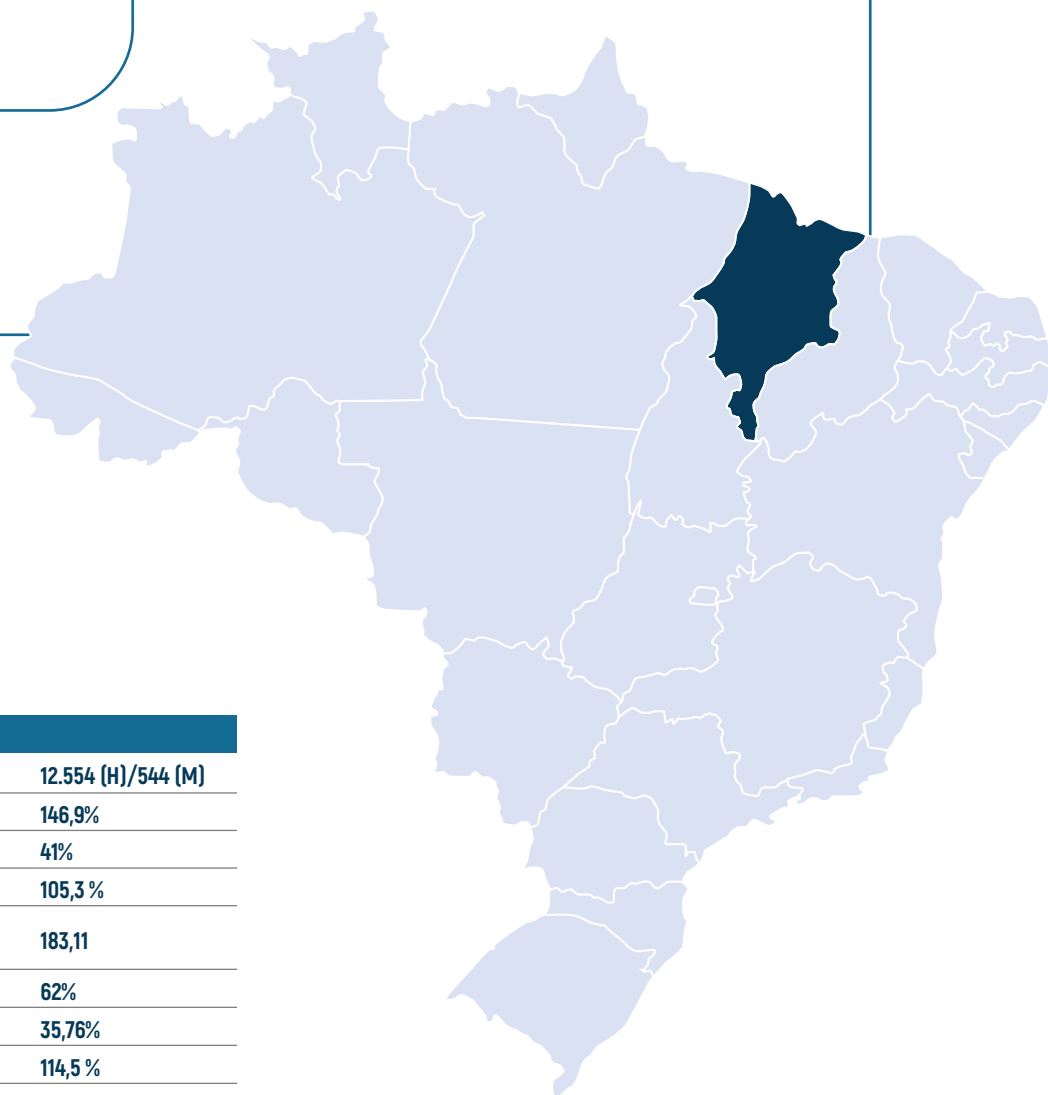
- **NAI:** realizada, por meio do GMF e CIJ de Goiás, atividade de formação da equipe interdisciplinar da Superintendência Socioeducativa responsável pelo atendimento inicial;

- **Projeto piloto para atendimento de adolescentes pós-cumprimento de MSE** construído pelo Executivo em fase de implementação;
 - **Novo protocolo construído para qualificação do atendimento inicial do adolescente**, em apoio à Superintendência do Sistema Socioeducativo e articulação com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
 - **Termo de Fluxo de Atendimento de Adolescente em Flagrante de Ato Infracional ou em Cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão** assinado por TJGO, Procuradoria de Justiça, Defensoria Pública, Delegacia de Apuração de Atos Infracionais, Superintendência do Sistema Socioeducativo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Secretaria de Educação de Goiás;
 - **Realizada articulação com estados** que já implementaram audiências concentradas para troca de experiências visando a construção da estratégia local;
 - **Audiências concentradas:** realizado workshop pelo TJGO para autoridades judiciárias, equipes técnicas do Poder Judiciário e equipes técnicas do Poder Executivo do estado; realizadas primeiras audiências concentradas nas Comarcas de Luziânia e Itumbiara;
 - **Portaria Conjunta da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo de Goiás** assinada por TJGO, Procuradoria do Estado, Defensoria Pública, SEDES e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - **Formação realizada pelo TJGO/CIJ** para magistrados e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos sobre Tráfico de Drogas como Pior Forma de Trabalho Infantil.
- tortura, alternativas penais, monitoração eletrônica e regionalização e estruturação de unidades prisionais;
- **Aperfeiçoamento da organização e dinâmica de trabalho do GMF**, por meio da construção do Regimento Interno com base na Resolução CNJ n°214/2015 - em andamento.

TRANSVERSAIS

- **Criados comitês temáticos, por meio de decreto judiciário**, para apoiar atividades do GMF em temas que incluem justiça restaurativa, saúde, ensino, tecnologia, combate à

MARANHÃO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	12.554 (H)/544 (M)
CRESCIMENTO 2011/2021	146,9%
PRESOS PROVISÓRIOS	41%
OCUPAÇÃO	105,3 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	183,11
TRABALHO	62%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	35,76%
REMIÇÃO LEITURA	114,5 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	13,78
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	664/3
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.641/12

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	22.036
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.279
SISTAC	Sim
CIAP	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Em negociação
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	2 (São Luís e Itape-curu-Mirim)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.063
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	31.624
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	38
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	382

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	232
OCUPAÇÃO	0,61
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	17,09
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	938
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	41/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	252/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Em elaboração Portaria Conjunta de Monitoração Eletrônica** entre TJMA, CGJ, MPE, DPE, SSP/MA e SEAP-MA, nos termos da Resolução CNJ nº 412/2021;
- **CIAP:** implantação no município de Timon em andamento;
- **Central de Regulação de Vagas:** publicado ato normativo pelo TJMA para a oficialização da Central; formalizado TCT entre CNJ, Poder Judiciário, Escola Superior da Magistratura e o Poder Executivo estadual para implantação da primeira Central do país; publicadas portarias conjuntas pelo TJMA que instituíram e expandiram o GT que trata da implantação; Guia de Implementação do Projeto Piloto em fase de finalização.

Audiência de Custódia

- **APEC:** em tramitação portaria conjunta entre a SEAP e TJMA para instalação;
- **SISTAC:** qualificado o preenchimento a partir de capacitação de servidores, com incidências junto a profissionais da Central de Custódia para ação permanente;
- **Elaborados relatórios analíticos,** junto à equipe de engenharia e arquitetura do TJMA, para melhoria dos espaços arquitetônicos das audiências de custódia;
- **Construídos fluxos de encaminhamento** em casos de relatos de tortura e maus-tratos e para pessoas em situação de rua para serviço de proteção social;
- **Qualificado o preenchimento do Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional Penitenciária (SIISP)** nos atendimentos feitos pela Equipe APEC;
- **Sistematização das informações sobre a rede local de proteção social,** a partir do mapeamento realizado pelas equipes do APEC;

- **Criado relatório de prisões e alvarás de soltura** a ser preenchido por servidores que atuam na Central de Inquéritos e Custódia de São Luiz;
- **Audiências de custódia presenciais retomadas,** seguindo protocolo de biossegurança publicado pelo TJMA;
- **Mapeada rede socioassistencial de São Luís** para direcionamento de casos atendidos na custódia;
- **Articulação realizada com a Secretaria de Administração Penitenciária** para doação de chinelos e camisas aos custodiados da Central de Inquéritos e Custódia de São Luís;
- **Interiorização em andamento em Imperatriz, Timon e Bacabal:** plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- **Mutirão de inserção de dados retroativos das audiências de custódias** ocorridas em 2021 e 2022 no SISTAC;

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** assinado TCT entre CNJ, TJMA e SEAP MA para implantação de Escritórios Sociais no estado; assinado Termo de Adesão do Município de Itapecuru Mirim para abertura do Escritório Social no município;
- **Lançada RAESP MA** por meio de parceria entre poder judiciário, órgãos do estado e do município e sociedade civil, com elaboração de regimento interno;
- **Ofertadas 28 vagas de cursos superior** para pessoas privadas de liberdade (parceria Kroton).

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 142 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEAP;
- **Formações presenciais de equipes** do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;

- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

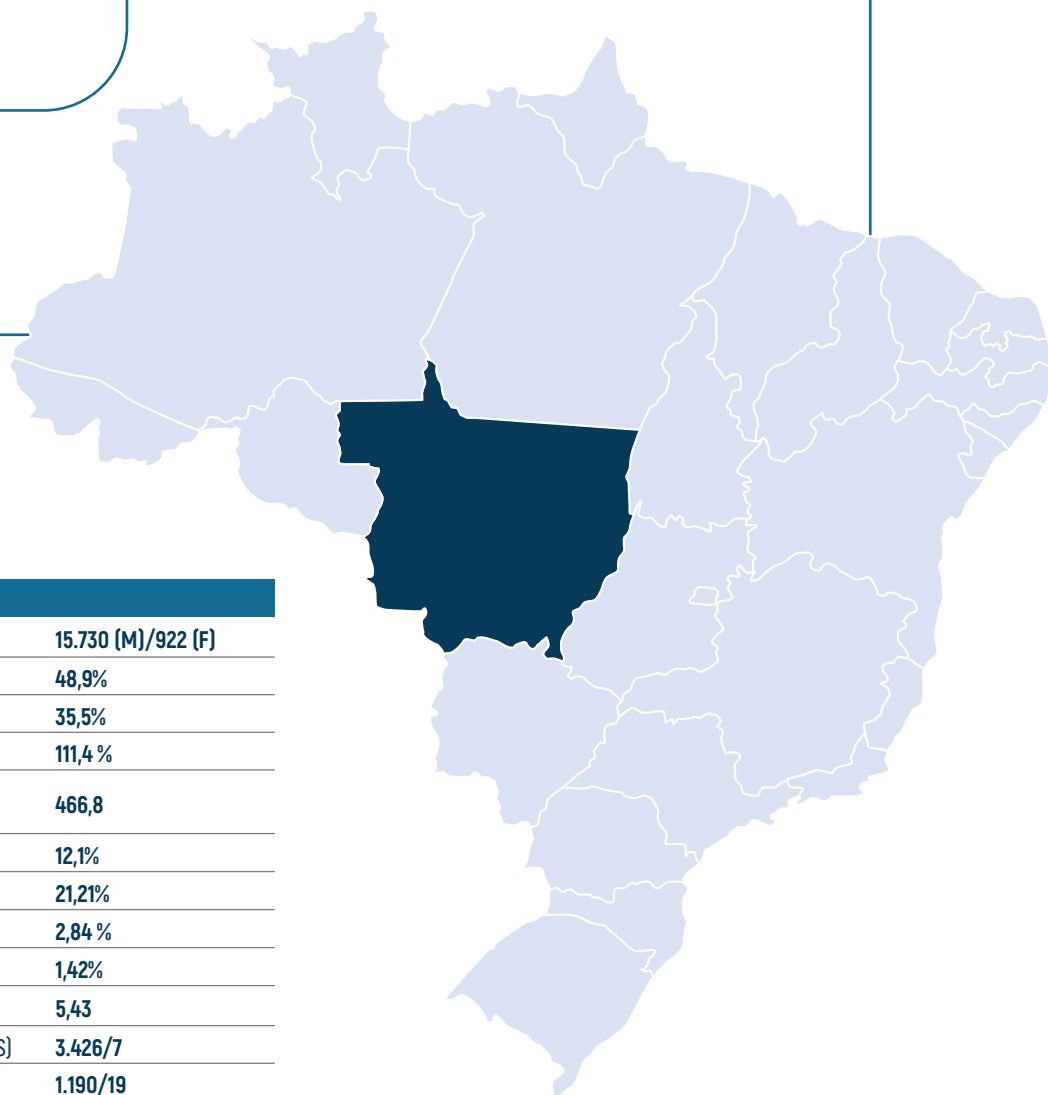
SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas instituída** por meio de resolução conjunta nº 73/2022 entre TJMA e FUNAC; criado GT para a implantação (SEDIHPOP, FUNAC, TJMA, MPE, DPE);
- **Audiência Concentrada instituída** por meio de resolução do TJMA;
- **NAI:** criado GT interinstitucional para implantação do NAI, formado por UMF/TJMA, CIJ, DPE, MPE e FUNAC;
- **Publicado decreto** que institucionaliza a Comissão Intersetorial do SINASE;
- **Formação realizada pela equipe nacional do Fazendo Justiça** sobre o programa de acompanhamento do adolescente pós-medida socioeducativa para atores locais do estado, com 22 participantes em julho de 2022.

TRANSVERSAIS

- **UMF/MA:** atualizada portaria para inserção do Conselho Consultivo da Sociedade Civil e readequação da estrutura física para inclusão de divisão voltada ao socioeducativo.

MATO GROSSO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	15.730 (M)/922 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	48,9%
PRESOS PROVISÓRIOS	35,5%
OCUPAÇÃO	111,4 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	466,8
TRABALHO	12,1%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	21,21%
REMIÇÃO LEITURA	2,84 %
REMIÇÃO ESPORTE	1,42%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	5,43
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	3.426/7
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.190/19

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	17.773
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.213
SISTAC	Sim
CIAP	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Cuiabá)/2 em implantação (Jaciara e Mirassol D'Oeste) / 6 em negociação (Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Lucas do Rio Verde, Barra do Garças e Primavera do Leste)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	362
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	47.142
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	561
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	478

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	161
OCUPAÇÃO	0,63
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	26,39
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.357
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	20/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	249/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Elaborado ACT entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública de MT, o TJMT, o MPMT e a DPMT** para instituir, implementar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Alternativas Penais — em tramitação;
- **CIAP** — implantação em Cuiabá em andamento;

Audiência de Custódia

- **Realizado pelo GMF o I Ciclo de Diálogos sobre as Audiências de Custódia:** 7 anos em Mato Grosso, organizado em seis encontros temáticos com base nos manuais da Coleção Fortalecimento das Audiências de Custódia e demais publicações do Programa Fazendo Justiça, com 187 pessoas inscritas;
- **Apresentada proposta de curso voltado para servidores do Poder Judiciário** com o objetivo de qualificar o preenchimento do SISTAC;
- **Reorganizados atendimentos de proteção social** pré e pós audiência de custódia no contexto da pandemia na capital;
- Minuta para a atualização e qualificação do provimento que regulamenta o **Núcleo de Audiências de Custódia da Capital** apresentada à **Corregedoria Geral de Justiça** em análise;
- **Parceria efetivada pelo Núcleo de Audiências de Custódia** com a POLITEC/SESP para a inclusão de fotos no laudo de exame de corpo de delito;
- **Apresentada proposta do Plano de Interiorização** para Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis — cronograma, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Processo de inserção produtiva** estabelecido no Centro de Ressocialização da Capital (CRC);
- **Concedidas bolsas profissionalizantes** para pessoas privadas de liberdade (parceria Kroton);
- **Implantado Fundo Municipal de Políticas Penais em Mirassol d'Oeste;** elaborado projeto de

lei que institui o Fundo Municipal para Políticas Penais em Cuiabá em análise e trâmite junto ao GMF/TJMT, Procuradoria-Geral de Cuiabá e representantes da Câmara de Vereadores;

- Promulgada lei que criou o **Programa Estadual de Reinserção de Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Reinserir);**
- **Desenvolvidas estratégias judiciais, via GMF, para fortalecimento da PNAISP:** elaborada minuta de portaria que dispõe sobre o fluxo de admissão de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei — em trâmite administrativo no TJMT; curso de qualificação em saúde mental (webinário “Direito Penal e Saúde Mental: Construindo uma política antimanicomial”); revisão do provimento para instituir o Grupo de Trabalho Interinstitucional “Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei” e a proposta inicial do respectivo Plano de Trabalho; publicada portaria que cria Fluxo de Atenção em Saúde Mental de Pessoas Privadas de Liberdade e em cumprimento de Medidas de Segurança no âmbito do Sistema Penitenciário de Mato Grosso e das RAPS;
- **Implantada a Federação dos Conselhos da Comunidade do Mato Grosso,** com estatuto e regimento interno aprovados;
- **Em tramitação ato normativo** que implementará o mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura local, conforme procedimento administrativo instaurado perante a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República - MT;
- **Em fase de elaboração de projetos-piloto de integração** entre Núcleos de Cidadania da Kroton e Escritórios Sociais.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

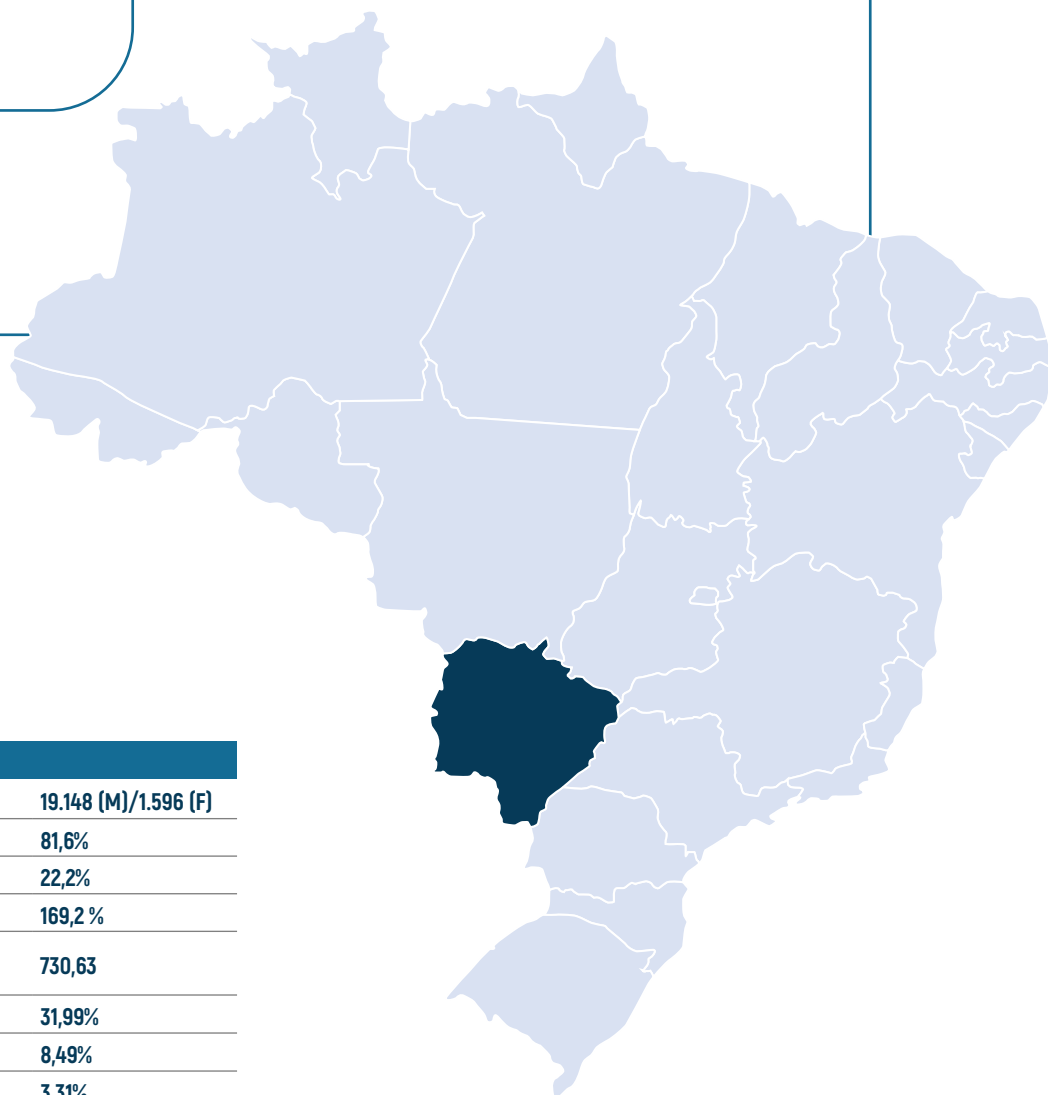
- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 161 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF e SAAP;

- **Formações presenciais** de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil na porta de entrada;**
- **Aguardando início da identificação civil** nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.
- **Apoio na atividade de formação sobre socio-educativo** realizada pela ESMAGIS-MT para magistradas, magistrados e servidoras(es) em março de 2022, com 40 participantes.

SOCIOEDUCATIVO

- Elaborada minuta de **Resolução Conjunta TJMT e SESP/MT para institucionalização da Central de Vagas** - em execução;
- **Audiências concentradas:** em tramitação minuta de portaria apresentada ao TJMT que institucionaliza a metodologia, em diálogo com a CGJ; elaborado plano de ação para implantação;
- **NAI:** atendimento regionalizado em Cuiabá e na região metropolitana de Várzea Grande em negociação;
- **Programa Pós-Medida:** minuta de TCT em andamento;
- Desenvolvido **plano de trabalho para acesso de adolescentes em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional;** minuta de projeto para realização de cursos em parceria com a UFMT apresentada e em tramitação no TJMT;
- **Lançado projeto Tecendo Caminhos,** da Associação Elas Existem, fomentando a leitura junto às adolescentes em meio fechado, desenvolvido no CASE Feminino de Cuiabá;
- **Projeto Lendo o Mundo:** apoio à revisão e planejamento com o GMF e representantes do grupo de pesquisa da UFMT para implementação da proposta no sistema socioeducativo;
- Seminário sobre a temática do **Tráfico de Drogas como uma das piores formas de trabalho infantil** — organização em andamento;

MATO GROSSO DO SUL



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	19.148 (M)/1.596 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	81,6%
PRESOS PROVISÓRIOS	22,2%
OCUPAÇÃO	169,2 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	730,63
TRABALHO	31,99%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	8,49%
REMIÇÃO LEITURA	3,31%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	14,2
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	5.091/11
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	828/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	11.704
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	700
SISTAC	Sim
CIAP	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Campo Grande)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	245
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	5.1313
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	814
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	950

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	148
OCUPAÇÃO	0,46
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	33,18
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	5.756
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	48/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	123/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAP em Campo Grande instalada**, com assinatura de TCT entre TJMS, Governo do Estado – AGEPEN e SEJUSP; Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual;
- **Realizados processos formativos** entre as Varas competentes e a CIAP;
- **Implantado Grupo Gestor de Alternativas Penais via GMF**, formado por representantes do Judiciário, do sistema de justiça, do Executivo e da academia;
- **Revisada normativa local relativa à monitoração eletrônica**, nos termos da Resolução CNJ 412/2021;
- **Instituição de Lei Estadual de Alternativas Penais** em tramitação na ALMS.

Audiência de Custódia

- **Provimentos do TJMS** publicados para realização das audiências de custódia aos fins de semana e feriados;
- **Estruturados plantões semanais na Coordenadoria de Audiências de Custódia** da capital com a presença de corpo fixo de servidores;
- **Regulamentado uso de algemas** durante audiências de custódia em Campo Grande;
- **Regulamentada audiência de custódia** em casos de prisões decorrentes de mandado;
- **Realizada articulação do TJMS junto ao Executivo** para designação de médicos peritos para realização de exames cautelares nas AC da capital – concurso público realizado, aguardando nomeação;
- **APEC implementada na Coordenadoria das Audiências de Custódia de Campo Grande**, em parceria com a Agência Estadual de Administração Penitenciária (Agepen);
- **Estabelecido fornecimento de insumos aos custodiados** antes e/ou após as audiências de custódia – vestuário, produtos de higiene e vale transporte;

- **Interiorização** em andamento em Dourados, Jardim e Corumbá - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social** de Campo Grande implantado;
- **Implementada metodologia** pré-egressos em duas unidades prisionais;
- **Implementado provimento que disciplina medidas terapêutico-cautelares**, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;
- **Fortalecida a rede PNAISP** e grupo condutor por meio de articulações, qualificação e ampliação das equipes de saúde prisional e EAP;
- **Estabelecido fluxo de atendimento aos egressos indígenas**, articulado junto ao Escritório Social;
- **Formalizada a parceria do Observatório de Justiça Criminal e Povos Indígenas** da APIB junto ao Escritório Social de Campo Grande para suporte especializado aos indígenas egressos do sistema prisional;
- **Disponibilizadas seis bolsas** de curso superior a pessoas egressas (parceria Kroton);
- **Implantada RAESP**;
- **Construído plano de trabalho** junto ao GMF para inspeções judiciais;
- Elaborada minuta de TCT entre TJMS, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, Agepen e Conselho da Comunidade para **reforma de 14 Unidades de Saúde**, via trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas – em tramitação.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 142 kits biométricos no estado**, distribuídos para TJ, SJF, AGEPEN, UPF e 9ª CJM;

- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil na porta de entrada;**
- **Aguardando início da identificação civil** nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU;
- **Curso de formação pela EJUD** para coleta biométrica;
- **Projeto para gratuidade da 2ª via de RG** das pessoas presas e egressas.

SOCIOEDUCATIVO

- **Publicada resolução conjunta** entre SEJUSP e Corregedoria Geral de Justiça do TJMS que institui a Central de Vagas;
- **Criado GT interinstitucional para implantação do NAI**, formado por representantes de CIJ, Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Executivo e apoio do programa;
- **Elaborado plano de ação do GMF Socioeducativo** para implementação das audiências concentradas;
- **Programa Pós-Medida:** criado GT interinstitucional para implantação, formado por Subsecretaria de Políticas Públicas de Juventude, subordinada à Secretaria de Estado e Cidadania e Cultura (CECID); Coordenadora da CIJ e da COVEMS-GMF e apoio do programa; elaborada minuta de TCT.

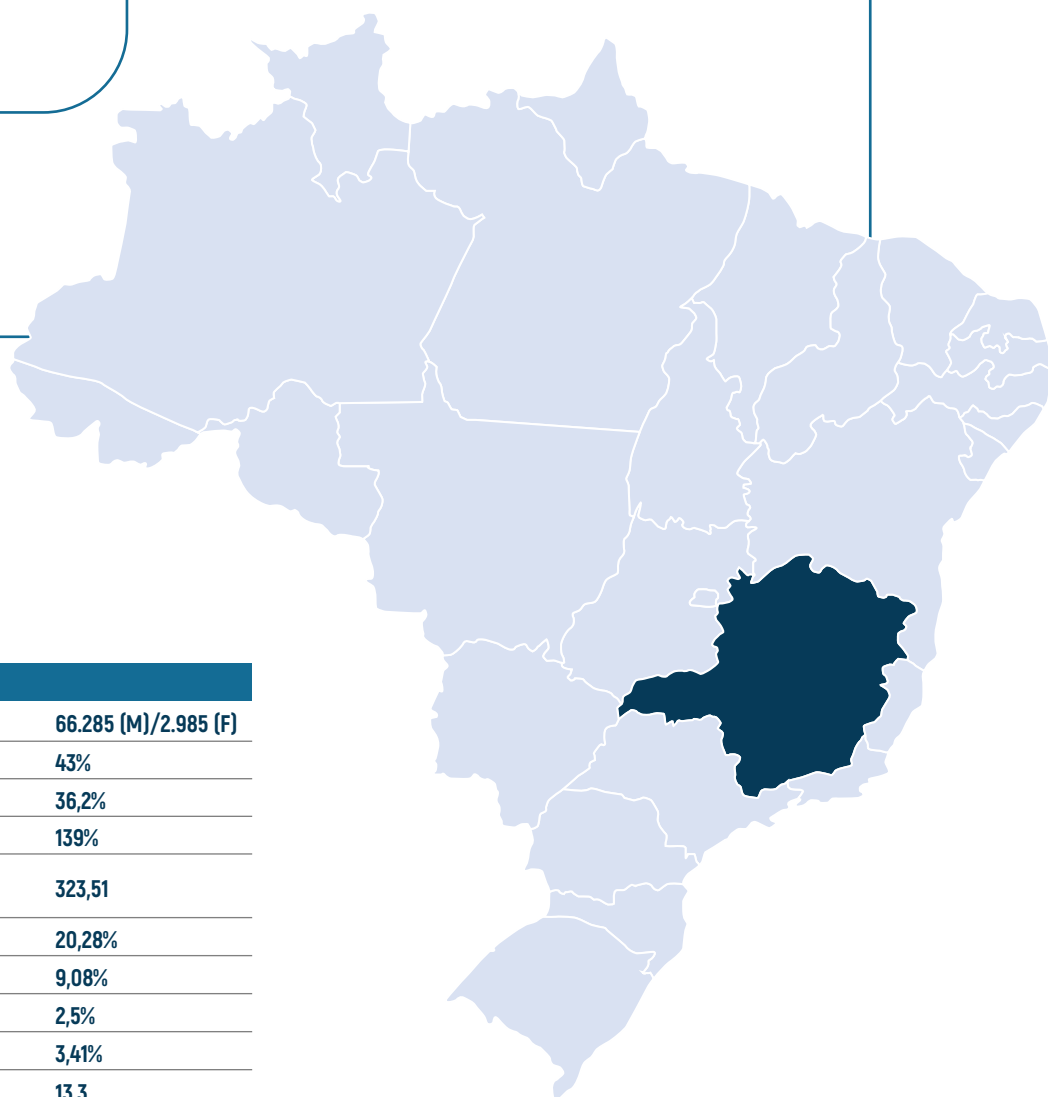
TRANSVERSAIS

- **GMF:** elaborado plano de trabalho para campos prisional e socioeducativo;
- **Realizadas ações para implementação da Resolução 287/2019 do CNJ**, em articulação com o sistema de justiça, Executivo e sociedade civil, **incluindo o levantamento de informações sobre indígenas privados de liberdade,**

tais como documentação, etnia, língua falada e outros, por iniciativa do GMF prisional e socioeducativo;

- **Criado o Comitê Indígena**, por meio de portaria publicada pelo TJMS, com a participação do GMF Prisional (COVEP) e Socioeducativo (COVEMS), para realizar estudos, orientações e protocolos destinados ao cumprimento da Resolução n.º 287/2019 do CNJ;
- Minuta que altera o provimento do TJ **sobre intérpretes indígenas e a ampliação do cadastro** via parceria com universidades — em tramitação;
- **Revisado sistema de cadastros de perícias** para adequação às perícias envolvendo povos indígenas;
- **Implantado na Coordenadoria de Audiências de Custódia** fluxo envolvendo os procedimentos para atendimento das pessoas indígenas;
- **Articulações em andamento para adequação de medidas cautelares alternativas à prisão** aos costumes, local de residência e tradições da pessoa indígena — pendente consultas às comunidades e levantamento de experiências em justiça criminal.

MINAS GERAIS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	66.285 (M)/2.985 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	43%
PRESOS PROVISÓRIOS	36,2%
OCUPAÇÃO	139%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	323,51
TRABALHO	20,28%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	9,08%
REMIÇÃO LEITURA	2,5%
REMIÇÃO ESPORTE	3,41%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	13,3
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	8.575/16
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	3.751/ 23

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	85.961
APEC	Não
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	8.820
SISTAC	Sim
CIAP	14
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Alfenas)/Em negociação: 2 (Patos de Minas e Igarapé)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	258
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	205.649
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	974
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	818
OCUPAÇÃO	0,54
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	26,66
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	17.263
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	226/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	467/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Em andamento implantação de CIAP em Patos de Minas** com atendimento prévio e posterior na custódia;

Audiência de Custódia

- **Mapeamento nacional das estratégias** estaduais de funcionamento da audiência de custódia como subsídio de informação para tomada de decisão local;
- **Avaliação para adequação aos parâmetros arquitetônicos** previstos no Manual de Arquitetura em Audiência de Custódia do CNJ em andamento;
- **Implementado Grupo de Trabalho** Audiência de Custódia e Rede de Proteção Social no TJMG;
- **Implementação de APEC** em Belo Horizonte e em Patos de Minas em andamento;
- **Aplicado formulário sobre perfil epidemiológico** às pessoas autuadas em Belo Horizonte-articulação entre GMF e polícias civis;
- **Interiorização** em andamento em Patos de Minas e Juiz de Fora - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **RAESP** institucionalizada por meio de assembleia com diversos atores, notadamente do terceiro setor, com formalização de regimento interno;
- **Escritório Social de Alfenas** implantado com assinatura de TCT entre CNJ, TJMG e a Prefeitura de Alfenas;
- **Comitê de Políticas Penais e Conselho da Comunidade de Patos de Minas** — articulações em andamento;
- **Instituídos, por meio de lei**, Fundos Municipais de Políticas Penais de Patos de Minas e de Alfenas.

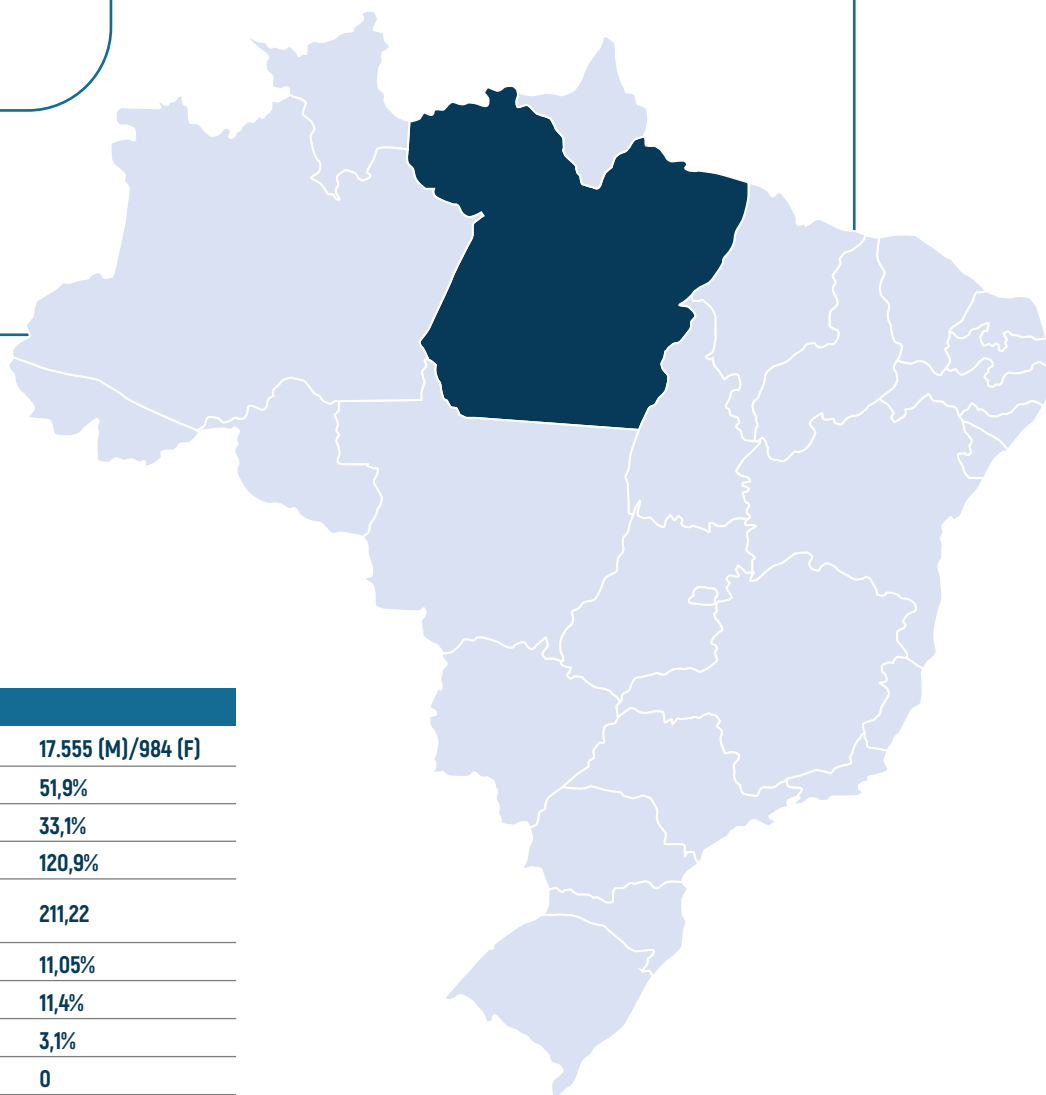
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para junho de 2023;
- **Entrega de 871 kits** biométricos no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUSP;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **Implementada Central de Vagas do sistema socioeducativo**, por meio de resolução conjunta entre Poder Executivo (Secretaria de Justiça e Segurança Pública), TJMG, MPMG, DPMG e Polícia Civil/MG;
- **Apoio técnico no curso desenvolvido pelo TJMG “Audiências Concentradas e Central de Vagas no Sistema Socioeducativo Mineiro”**, realizado em fevereiro de 2022 com 25 magistrados. O evento híbrido teve 1.834 visualizações online;
- **Expansão das Audiências Concentradas para as Comarcas de Governador Valadares**, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba e Muriaé (implementadas) e Ribeirão das Neves em andamento;
- **Implementação das Audiências Concentradas** nas unidades socioeducativas Santa Amélia, São Jerônimo, Planalto, Lindeia e Andradas, com articulações para expansão gradual na capital;
- **Apoio do programa para equipes técnicas das unidades socioeducativas** que realizaram audiências concentradas na comarca de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves;
- **Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa (Programa Se Liga)** qualificado, com troca de experiências com outras Unidades da Federação;
- **Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH)** qualificado, com troca de experiências com outras Unidades da Federação.

PARÁ



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	17.555 (M)/984 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	51,9%
PRESOS PROVISÓRIOS	33,1%
OCUPAÇÃO	120,9%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	211,22
TRABALHO	11,05%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	11,4%
REMIÇÃO LEITURA	3,1%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	17,26
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	948/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	818/10

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	42.370
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	963
SISTAC	Sim
CIAP	Não
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Belém)/1 em negociação (Santarém)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	533
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	39.960
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	25
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	201
OCUPAÇÃO	0,42
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	12,43
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	5.290
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	54/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	394/6

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Qualificação em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Não
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Elaborada minuta de portaria conjunta entre SEAP, TJPA, DPE e MPE** sobre regulamentação da monitoração eletrônica de pessoas no estado, conforme Resolução CNJ 412/21 — em andamento;
- **Implantação da CIAP** no município de Marabá em andamento;
- **Elaborada proposta de minuta de TCT das Alternativas Penais**, promovendo articulação entre SEAP, TJPA, MPE e DPE — em andamento;
- **Formalização do convênio entre a SEAP e DE-PEN** para implantação de CIAP em Belém — em andamento.

Audiência de Custódia

- **Apresentação do Plano de Trabalho do Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura** no TJPA, com presença das Secretarias Estaduais, MPPA, DPE-PA e OAB-PA;
- **Reestruturação do ACT de fluxo de atendimento** na audiência de custódia — em andamento;
- **APEC inaugurada e institucionalizada**, equipamentos, fluxos de atendimentos pré e pós audiência, capacitação remota da equipe, sala adaptada para lactantes e espaço infantil;
- **Atualizado material de apoio sobre tortura e maus-tratos** elaborado com base na Resolução CNJ 213/2015, destinado a juízes plantonistas e magistraturas lotadas em comarcas do interior;
- **Interiorização** em andamento em Ananindeua, Marabá e Santarém — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social de Belém inaugurado**, articulado junto ao TJPA e SEAP, por meio de convênio com o Depen; plano de trabalho elaborado;
- **Elaborada portaria da SEAP** para implantação da metodologia de pré-egressos;

- **Realizadas oficinas temáticas** pela coordenação local do programa sobre a metodologia dos Escritórios Sociais com a equipe;
- **Articulação entre GMF, Escritório Social (SEAP) e a Escola Judiciária do TJPA** para realização do evento de mobilização de redes - aguardando data;
- **Saúde mental:** realizado evento para juízes, secretarias municipais de saúde, defensoria pública e ministério público, CAPS e residências terapêuticas, promovido pela Escola Judicial e fomentado pela vara de execução penal da região metropolitana de Belém; apresentada cartilha dos fluxos para atendimento, encaminhamento e internação em casos de medida de segurança, elaborado em conjunto com VEP, SEAP e EAP/SESPA.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para fevereiro de 2023;
- **Entrega de 223 kits biométricos no estado**, distribuídos para TJ, SJF, SEAP e 8ª CJM;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

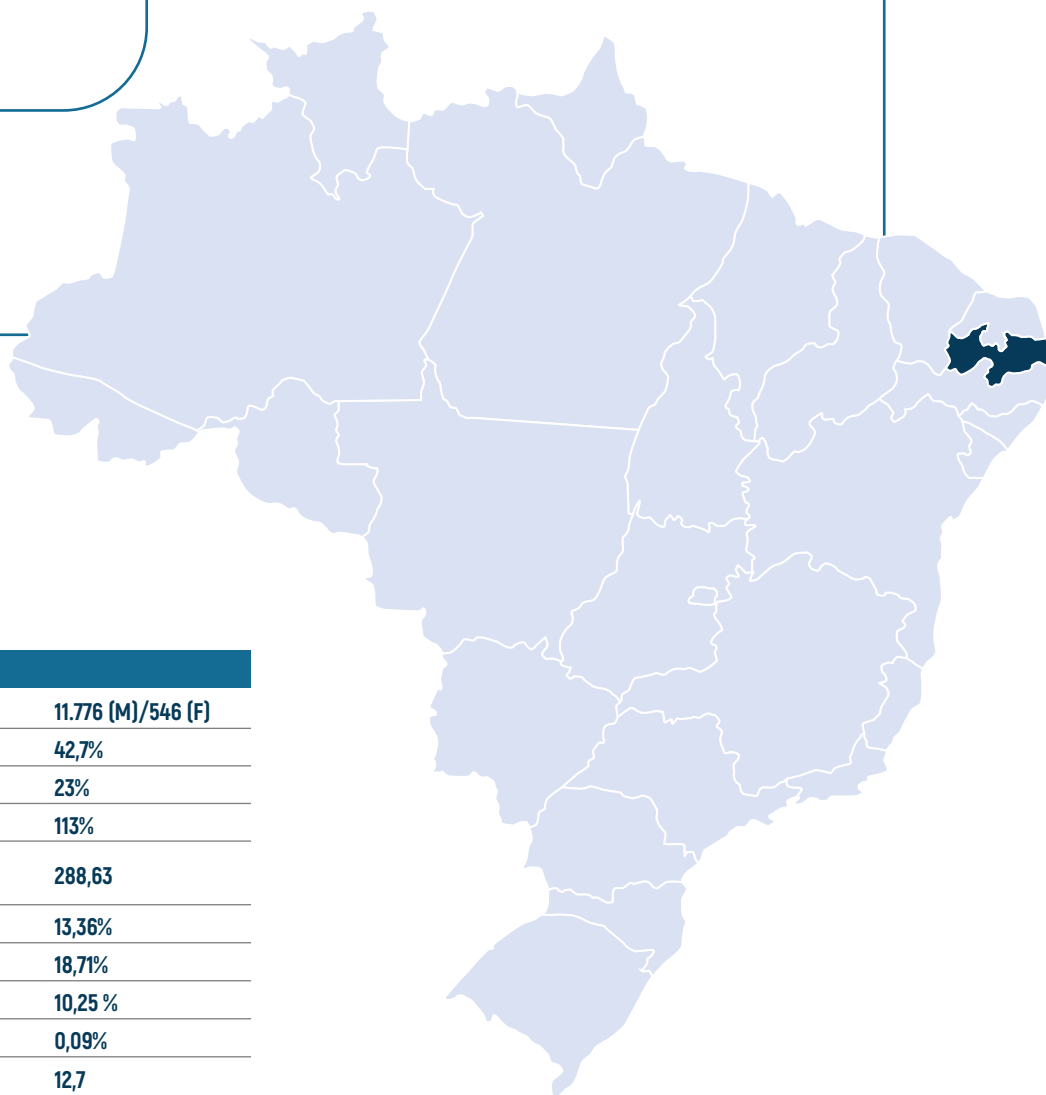
SOCIOEDUCATIVO

- **Fluxo de atendimento** e encaminhamento entre as instituições do NAI em construção;
- **Retomado Grupo de Trabalho** sobre Central de Vagas e Programa Pós-Medida formado pela Comissão Sinase;
- **Minuta da normativa da Central de Vagas** e minuta de projeto e TCT para Programa Pós-medida em tramitação no TJPA;
- **Elaborada proposta de plano de formação para a Escola Judicial e CEIJ do TJPA** sobre produtos de conhecimento e atos normativos fomentados pelo Programa Fazendo Justiça — cursos devem acontecer no segundo semestre.

TRANSVERSAIS

- **Publicada resolução que Institui a Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais**, plano de formação para implantação do centro de serviços de apoio as vítimas elaborado;
- **Elaborado plano de ação** (planejamento) do GMF para ano de 2022.

PARAÍBA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	11.776 (M)/546 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	42,7%
PRESOS PROVISÓRIOS	23%
OCUPAÇÃO	113%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	288,63
TRABALHO	13,36%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	18,71%
REMIÇÃO LEITURA	10,25 %
REMIÇÃO ESPORTE	0,09%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	12,7
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	484/4
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	243/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	23.668
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	697
SISTAC	Sim
CIAP	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Tratativas em andamento
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	2 (João Pessoa e Campina Grande)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	913
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	33.058
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	128
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	479

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	144
OCUPAÇÃO	0,33
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	21,65
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.243
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	163/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	177/6

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAP:** apresentado à SEAP plano de trabalho para implantação - em tramitação;
- **Portaria TJPB** para GT de Alternativas Penais publicada;
- **Criado GT** para implantação da Central Regulação de Vagas e estratégia para mapeamento e análise sobre vagas disponíveis na SEAP;
- **Monitoração eletrônica:** apresentada à SEAP minuta para contratação de equipe multidisciplinar;
- **Núcleo de Justiça Restaurativa** implantado no TJPB (Projeto Rede Justiça Restaurativa), institucionalizada por resolução.

Audiência de Custódia

- **APEC:** firmado ACT para implantação da equipe entre Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social, Secretaria do Desenvolvimento Humano, Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, para além do Núcleo de Custódia da Comarca da Capital;
- **Interiorização** em andamento em Bayeux, Campina Grande e Patos — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** tratativas para implantação em Sousa e Patos — em andamento;
- **Plano Estadual de Trabalho** de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário finalizado, por meio de articulação com GMF e SEAP e consultoria do Depen - aguarda publicação no diário oficial;
- **Saúde Mental:** TCT em tramitação no TJ entre as instituições componentes do GT de Saúde Mental do GMF para Implantação de Núcleo de Analistas Judiciários no TJ, com o objetivo de fornecer atendimento integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;

- **Tratativas realizadas com MPT/PB** para qualificação profissional e empregabilidade das pessoas egressas do sistema prisional;
- **Realizado webinar “Um pouco de Loucura”,** em parceria com UFCG sobre Saúde Mental no Sistema Prisional para atores do SGD;
- **Resolução do Plano Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei** publicada por meio da Comissão Intergestores Bipartite (SES e GMF/RJPA).

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 225 kits biométricos no estado,** distribuídos para o TJ, SJF e SEAP;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

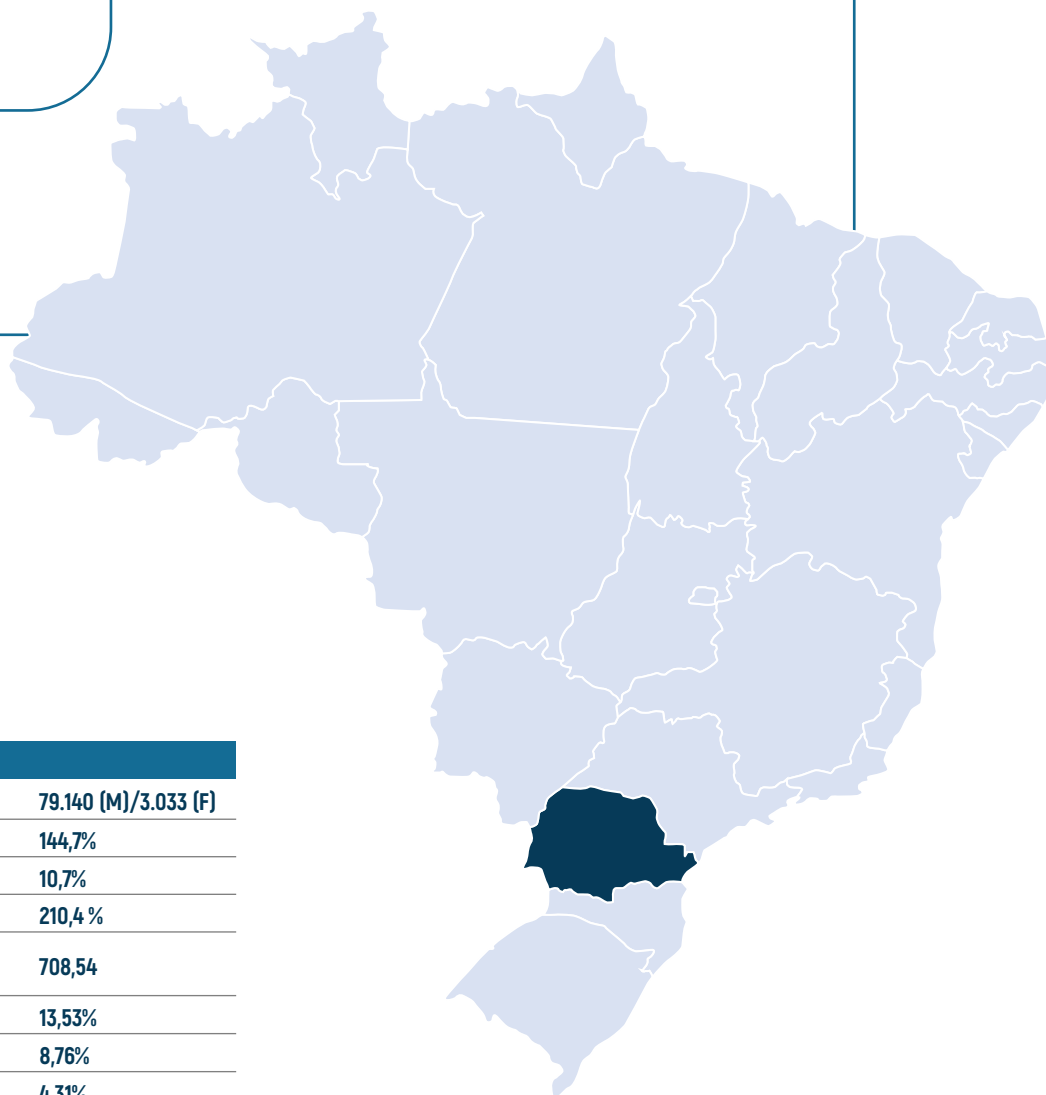
SOCIOEDUCATIVO

- **Elaborada minuta de projeto de lei** para a implantação da Central de Vagas — em tramitação;
- **Ato normativo que institui a Comissão e Plano de Trabalho** para implantação dos Núcleos de Atendimento Integrado ao Adolescente na Paraíba — em tramitação;
- **Projeto Rede Justiça Restaurativa:** encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- **Publicada Resolução TJPB** que institui as audiências concentradas, com articulação para troca de experiências com outras unidades da federação.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** novo espaço físico do GMF e contratação de equipe técnica; reformulado planejamento anual; normativa que instituiu o GMF atualizada.

PARANÁ



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	79.140 (M)/3.033 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	144,7%
PRESOS PROVISÓRIOS	10,7%
OCUPAÇÃO	210,4 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	708,54
TRABALHO %	13,53%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	8,76%
REMIÇÃO LEITURA	4,31%
REMIÇÃO ESPORTE	0,9%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	8,78
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	5.912/26
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.952/12

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	93.406
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	6.298
SISTAC	Sim
CIAP	11
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	-
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	133.358
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	201
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	369
OCUPAÇÃO	0,34
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	22,09
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	16.134
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	99/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	616/7

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação (fluxo de atendimento)
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Minuta de portaria apresentada à VEP pelo GT de Alternativas Penais** que resultou na computação de horas do cumprimento de alternativas penais aplicadas durante período da pandemia, conforme Recomendação CNJ N. 62;
- **CIAP:** assinado protocolo de intenções entre TJPR, SESP e SEJUF e elaboração de proposta técnica para implantação em Curitiba;
- **Apresentada e aprovada minuta para TCT e Plano de Trabalho** para implantação da CIAP e instituição do Comitê Gestor de Alternativas Penais - aguardando composição de quadro de recursos humanos da CIAP para assinatura de parceria;
- **Instituído GT interdisciplinar de alternativas penais** integrado pelas equipes técnicas da VEP Curitiba, MPPR, TJPR e DPEPR;
- **Minuta de Resolução articulada** para instituição de Coordenação Estadual da Política de Alternativas Penais;
- **Apresentada ao GMF, MPPR, DPE e Depen** minuta de Instrução Normativa Conjunta para implementação do Comitê de Políticas Penais - em análise para possível projeto de lei.

Audiência de Custódia

- **Incluídas no sistema Projudi** abas para relatórios dos atendimentos do APEC e campo “nome social”;
- **Institucionalizado fornecimento de refeição, chinelos, transporte público e agasalhos para as pessoas custodiadas;**
- **Implementado Comitê Interinstitucional sobre audiência de custódia** (GMF, Presidência TJPR, CJG, PC, DEPEN, MPPR, DPEPR);
- **Projeto de nova central integrada** de audiência de custódia em andamento no TJ;
- **Central de Audiência de Custódia** estruturada e institucionalizada junto a vara unificada de execução penal de Curitiba;

- **Encerrado o rodízio de magistrados(as)** nas audiências de custódia, com designação de magistratura destinada;
- **Capacitada pela magistratura local a assessoria unificada da VEP – CAC** para criação de “pasta de modelos” de tomada de decisão com os manuais do CNJ;
- **Elaborada Resolução Conjunta** (Presidência TJPR – CGJ) para realização de audiências de custódia de prisão por mandado pelos juízes expedidores dos mandados;
- **Retomada das audiências de custódia** de forma presencial e retorno das audiências de custódia no plantão judiciário;
- **Realizado pela EJUD** curso de capacitação de magistrados em alternativas penais e equipe APEC/CEMSU;
- **Interiorização** em andamento em São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Publicada normativa para contratação** de presos e egressos pelo TJPR;
- **Instituído GT com MPT** para tratar das ações de geração de trabalho e renda no sistema prisional;
- **Instituído plano de trabalho e GT Saúde e Saúde Mental** no Sistema Prisional - TJPR, MPPR, DPE, DEPPEN, SESA, FECCOMPAR, Pastoral Carcerária e UFPR;
- **PNAISP:** elaborado formulário para diagnóstico de atenção à saúde dentro do sistema prisional e apresentado ao GT de Saúde - em preenchimento;
- **Minuta de portaria de GT Estadual de Atenção Integral à pessoa com transtorno mental** em conflito com a lei apresentada ao GT de Acompanhamento do Complexo Médico Penal – em tramitação;

- **Elaborada minuta de Resolução** para instituição de Coordenação Estadual da Política de Atenção à Pessoa Egressa e seus Familiares;
- **Proposta para readequação do Escritório Social** apresentada ao DEPEN, FECCOMPAR e ao Conselho da Comunidade de Curitiba — em discussão;
- **Instituído plano de trabalho e GT para implementação da Resolução CNJ 287/2019**, sobre tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para maio de 2023;
- **Entrega de 294 kits biométricos no estado**, distribuídos para o TJ, SJF, Depen, UPF e 5ª CJM;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

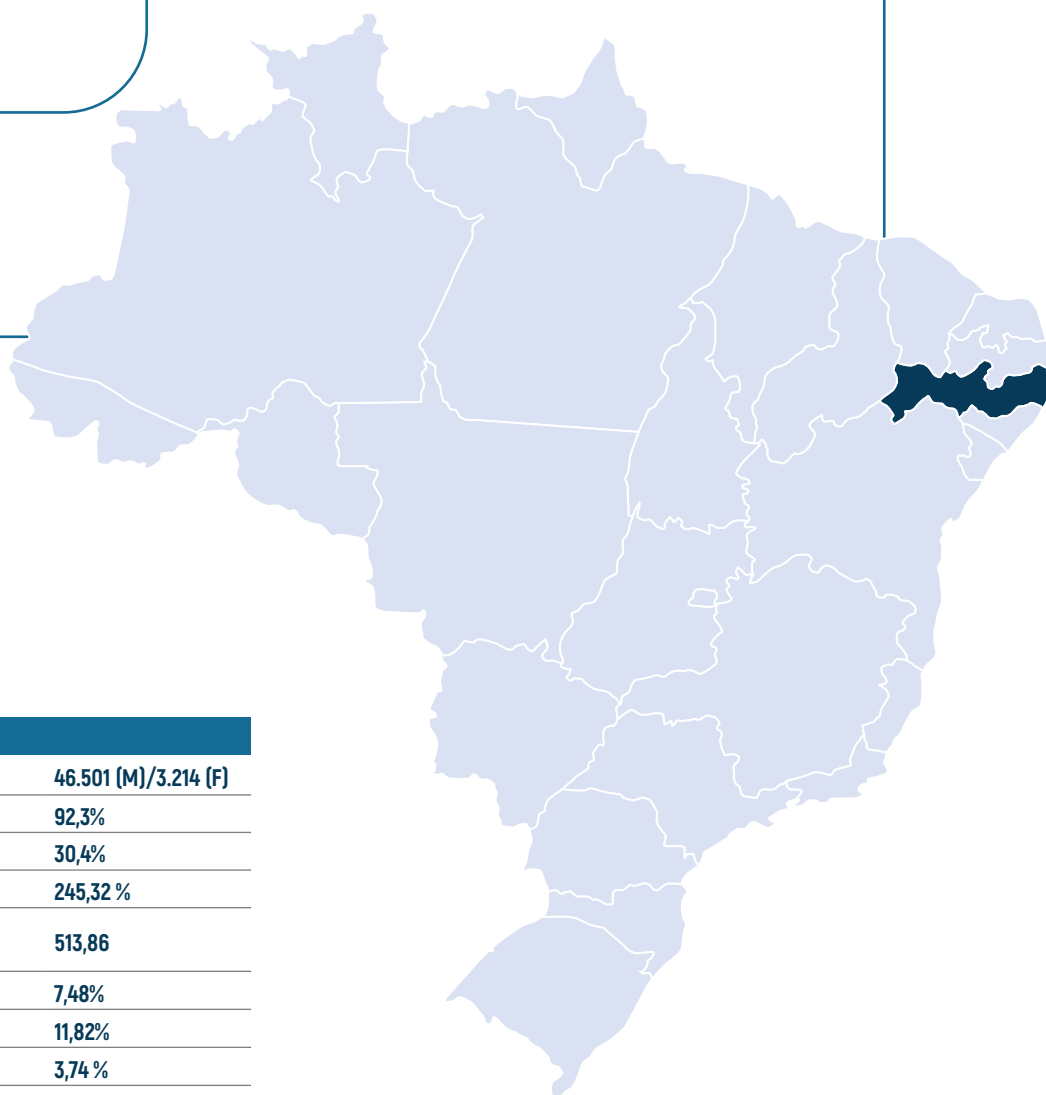
SOCIOEDUCATIVO

- **Desenvolvimento de iniciativas no âmbito das audiências concentradas** nas comarcas de Londrina, Foz, Toledo, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão e Santo Antonio da Platina e elaboração de instrução normativa;
- **Instituído GT de Educação na Socioeducação** para discussão de ações de profissionalização e aprendizagem, bem como das ações de leitura;
- **Publicada lei que institui a Central de Vagas das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná - estado piloto** para monitoramento de implementação e produção de dados;
- **Elaborada minuta de instrução normativa** para fluxo inicial de atendimento no Estado do Paraná.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** elaborada minuta para Regimento Interno;
- **Vítimas:** criado GT para estruturação da Política Institucional Estadual de Atenção à Vítimas de crimes e atos Infracionais; elaborado pela Presidência do Tribunal e pelo GMF plano de trabalho para instalação de Centros Especializados — apresentado ao DMF/CNJ, em implementação;
- **Instituído GT e plano de trabalho para implementação da Resolução 348/2020** (tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo).

PERNAMBUCO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	46.501 (M)/3.214 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	92,3%
PRESOS PROVISÓRIOS	30,4%
OCUPAÇÃO	245,32 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	513,86
TRABALHO	7,48%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	11,82%
REMIÇÃO LEITURA	3,74 %
REMIÇÃO ESPORTE	1,03%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	6,65
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	4.341/12
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	696/5

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	36.797
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	622
SISTAC	Sim
CIAP	16
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Caruaru)/1 em negociação (Olinda)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	227
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	51.745
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	20
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	695
OCUPAÇÃO	0,57
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	43,81
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	4.679
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	158/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	503/9

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Criado Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais**, formado por Judiciário, Sistema de Justiça, Executivo e Sociedade Civil, com apoio do Programa;
- **Publicada lei que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco**, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade (Lei nº 17.912, de 18 de Agosto de 2022);
- **Realizado diagnóstico sobre temas de interesse de servidores do TJ** para planejamento de formação continuada no campo das alternativas penais;
- **Realizados dois webinários** em alternativas penais em parceria com a Esmape para 200 pessoas;
- **Elaboração de nota técnica comparativa entre a normativa estadual (IN 15/2017)** que regulamenta o serviço de monitoração eletrônica no estado e a Resolução CNJ 412, apresentada ao TJ para subsidiar gestores na qualificação do serviço;
- **Contratação de equipe multidisciplinar** para Central de Monitoração Eletrônica nos termos da Resolução CNJ 412- em tramitação, com previsão para o início de 2023;

Audiência de Custódia

- **Fomento à Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental** em Conflito com a Lei, a partir de Incidência com GT de Saúde Mental - em andamento;
- **Lançado serviço APEC** pós-audiência de custódia;
- **Fomento à criação de banco de laudos do IML** para audiência de custódia;
- **SISTAC**: preenchimento qualificado na capital;
- **Implementado fluxo** para envio de laudos periciais antes da realização das audiências de custódia;

- **Implantação do serviço APEC pré-audiência** junto ao Governo Estadual – em andamento;
- **Interiorização** em andamento em Jaboatão dos Guararapes, Caruaru e Petrolina – plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- **Elaborado Relatório Analítico** do Espaço Arquitetônico das Audiências de Custódia.

CIDADANIA

- **Escritório Social**: implantado em Caruaru, em negociação em Olinda;
- **Fundo Municipal de Políticas Penais** criado em Caruaru;
- **Conselho da Comunidade** implantado no Recife;
- **Conselhos Regionais da Comunidade implantados** na 1ª Vara de Execução Penal de PE (Igarassu, Abreu e Lima e Itamaracá) e na 3ª Vara de Execução Penal (Caruaru e região);
- **Formalizado GT de Saúde Mental** para a instituição de Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, por meio de Portaria Conjunta assinada por TJ, DPE e MPE;
- Realizado pela Esmape, em parceria com GMF, Escola Superior do MP e apoio do programa, **webinário Saúde Mental: política estadual de atenção integral à pessoa em transtorno mental e em conflito com a lei de PE (PAT-PE)**;
- **Instituído Grupo Intersetorial** para implantação do plano estadual da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), liderado pelo GMF e MPT;
- Apresentada à Presidência do TJPE e ao GMF minuta de **normativa sobre cotas de trabalho** para pessoas egressas do sistema prisional nos moldes da Resolução CNJ 307/2019 - em tramitação;
- **Articulação realizada com o IFPE** para construção de portfólio de cursos a serem ofertados pelo Instituto para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para novembro de 2022;
- **Entrega de 118 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF, SERES e 7ª CJM;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

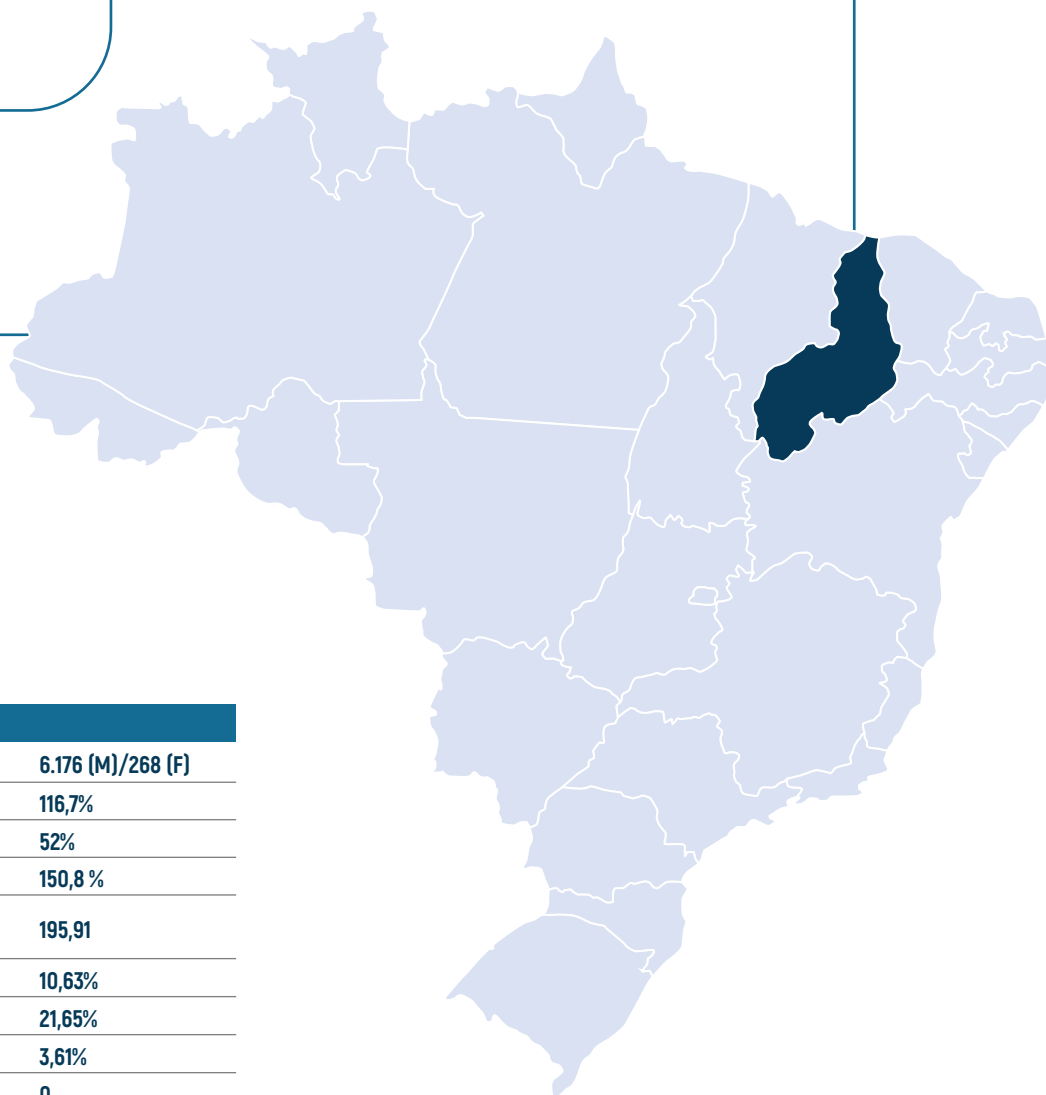
SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas institucionalizada** com GT e publicação de Portaria Interinstitucional - estado piloto para monitoramento de implementação e produção de dados pelo CNJ;
- **Minuta de normativa apresentada ao Judiciário** para cotas de aprendizagem para adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas — em andamento;
- **Realizada articulação junto** a Comissão Intersetorial Estadual do Sinase para implementação das ações do socioeducativo;
- **NAI:** realizadas articulações para fortalecimento de atendimento já existente na capital: formalização do seu funcionamento, qualificação de fluxos de atendimento e expansão para interior do estado.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** instituído espaço físico; elaborado planejamento anual; atualizada normativa que institui o GMF, de modo a contemplar a Câmara Técnica de Políticas Penais e a Câmara Técnica de Políticas Socioeducativas;
- **Instituída**, por meio de normativa própria, a coordenadoria criminal do TJPE.

PIAUÍ



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	6.176 (M)/268 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	116,7%
PRESOS PROVISÓRIOS	52%
OCUPAÇÃO	150,8 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	195,91
TRABALHO	10,63%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	21,65%
REMIÇÃO LEITURA	3,61%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	9,33
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	1894/1
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	429/6

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	15.319
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	639
SISTAC	Sim
CIAP	1
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Teresina)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	1.325
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	12.911
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	1
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	126

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	77
OCUPAÇÃO	0,48
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	14,02
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	520
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	4/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	76/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Qualificação em negociação
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Apresentada** proposta para implantação do Comitê de Alternativas Penais ao TJPI;
- **CIAP:** incidências em andamento para uniformização de procedimentos e expansão para o interior;
- **Articulação realizada com EJUD, TJPI e CIAP para oferta de quatro cursos formativos** sobre temáticas estruturantes no campo das alternativas penais — em andamento;
- Apresentada ao GMF uma **proposta de regulamentação local da monitoração eletrônica**, nos termos da Resolução CNJ N° 412/21;
- **Criado órgão de macrogestão da Justiça Restaurativa** e o núcleo de execução de práticas restaurativas a partir da participação do TJPI no Projeto Rede Justiça Restaurativa.

Audiência de Custódia

- **SISTAC:** incidência realizada para retomada do preenchimento;
- **Acompanhamento da implantação e participação do Tribunal no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal** para a População em Situação de Rua, em sintonia com a Resolução 425/2021 do CNJ;
- Articulação realizada para **participação da equipe de proteção social em atividades formativas sobre o tema HIV/AIDS** no âmbito do Programa;
- Capacitação realizada pela Escola do Judiciário do Piauí sobre **violência doméstica com atores envolvidos nas audiências de custódia**;
- **Apoio ao plano de intervenções e combate à violência doméstica** no âmbito do judiciário local, em implementação;
- **Realizado encontro de servidores de três estados (Piauí, Ceará e Minas Gerais)** para trocas de experiências sobre o tema da violência doméstica;

- **Interiorização em andamento** nos municípios de Floriano, Parnaíba e Picos — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social estruturado:** integração entre equipe da VEP e equipe da SEJUS, ampliação do atendimento por meio de uma segunda sede, desenvolvimento de atividades formativas locais, expansão da equipe, mapeamento e mobilização da rede para atendimento à pessoa egressa, desenvolvimento de metodologia de pré-egressos;
- **Instituído GT para a discussão da Resolução CNJ 391/2021 (remição)** e expansão da oferta do projeto Leitura Livre nas unidades prisionais;
- **Disponibilizadas três bolsas de estudos para pessoas egressas** para formação no curso de logística (parceria Kroton).

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 90 kits biométricos no estado**, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUS;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada;
- Aguardando início da **identificação civil nas unidades prisionais**;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU; **celebração de TCT entre Arpen e SEJUS para o acesso ao CRC Jud** para pesquisa e emissão de certidão de nascimento;

- **Realização de reunião formativa** para as equipes psicossociais de 17 unidades prisionais para apresentação do fluxo de emissão de CPF para as pessoas privadas de liberdade.

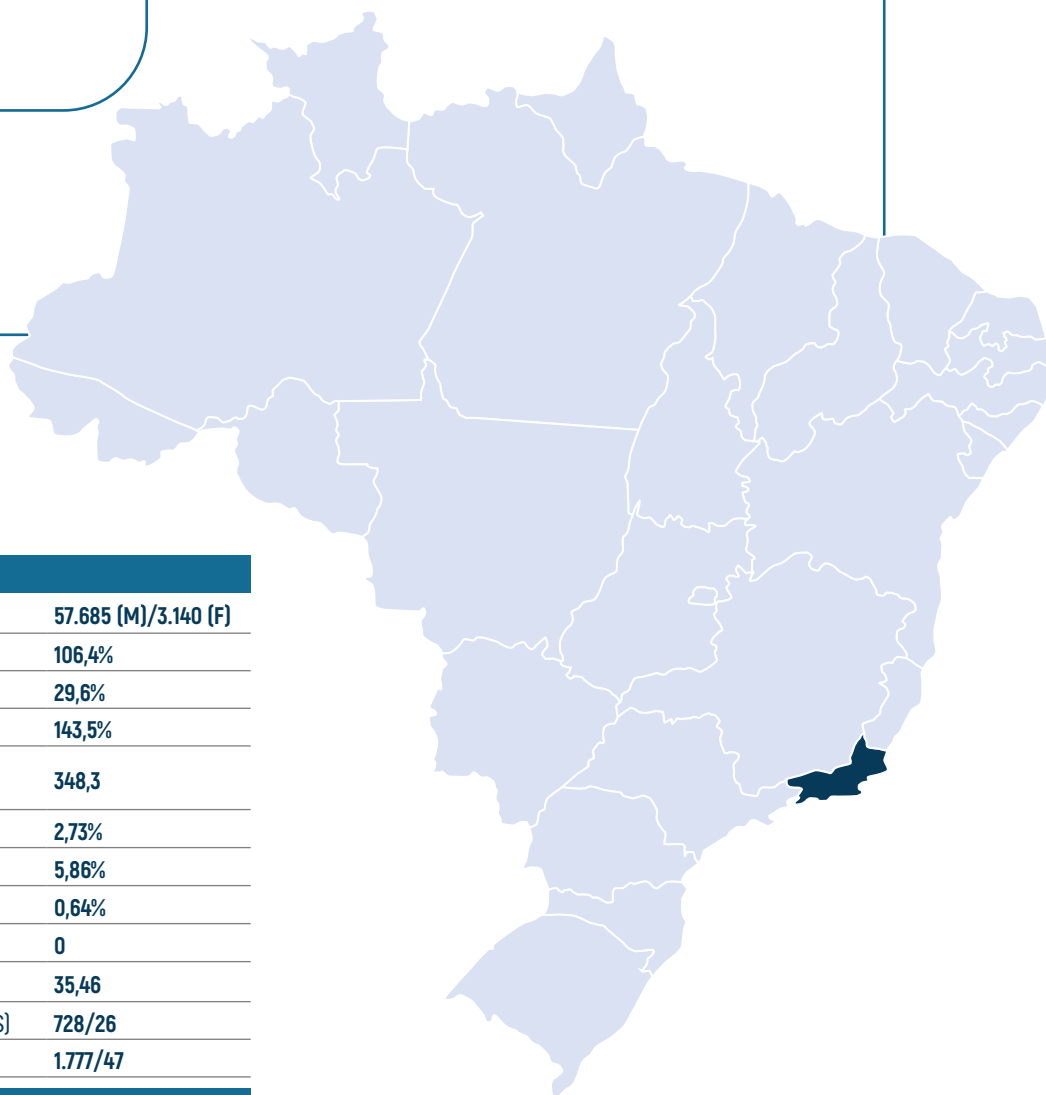
SOCIOEDUCATIVO

- **Criado GT interno do TJPI** para o estudo e formulação de propostas no âmbito de medidas socioeducativas;
- **Criado GT** para discussão e implantação do NAI;
- **Aprovada pelo TJPI minuta de normativa para instituição da Central de vagas** no sistema socioeducativo – em tramitação;
- **Audiências concentradas** implementadas e regulamentadas;
- Elaborado, em apoio à CEJIJ, projeto de curso de formação e atualização sobre **a Lei do Sinase e o atendimento socioeducativo**;
- **Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa** com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- **Mapeamento local das iniciativas de aprendizagem e profissionalização** e de programas e ações de incentivo à leitura executada pela CEJIJ com apoio do programa para desenvolver o Plano Estadual de Aprendizagem e Profissionalização e de Projetos de Leitura.

TRANSVERSAIS

- **Em pactuação protocolo e fluxo de apuração de casos de tortura** nas audiências de custódia e nas unidades prisionais.

RIO DE JANEIRO



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	57.685 (M)/3.140 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	106,4%
PRESOS PROVISÓRIOS	29,6%
OCUPAÇÃO	143,5%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	348,3
TRABALHO	2,73%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	5,86%
REMIÇÃO LEITURA	0,64%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	35,46
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	728/26
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1.777/47

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	44.548
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	581
SISTAC	Sim
CIAP	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	2 Implantados (Maricá e Niterói); 5 Em Negociação - Rio de Janeiro (capital), Campo dos Goytacazes, Cabo Frio, Mesquita e São Gonçalo.
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	343
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	110.398
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	-
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	15

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	733
OCUPAÇÃO	0,54
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	31,45
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	8.294
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	145/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	560/11

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CAPMA:** seleção da OSC para qualificação das equipes técnicas em andamento;
- **Em andamento construção da rede de proteção em alternativas penais** no Rio de Janeiro, em articulação com Secretaria Municipal de Assistência Social.

Audiência de Custódia

- Implementação do preenchimento do **SISTAC** em todo o estado;
- **Disponibilizados laudos eletrônicos de exames cautelares** no momento anterior à audiência, com permanência de perito do IML presencialmente na CEAC da capital, todos os dias da semana, além de realização de exames complementares, se necessário;
- **Equipe APEC do TJRJ fortalecida e ampliada**, pré e pós audiências de custódia, bem como ação de adaptação de espaço físico;
- **Retomadas audiências presenciais** com medidas de prevenção e combate à COVID-19;
- **Capacitação dos magistrados e demais profissionais** do Sistema de Justiça com relação à prevenção e combate à tortura, em parceria com a EMERJ;
- **Celebrado ACT entre TJRJ, UERJ, UFRJ (Faculdades de Psicologia) e a SEAP** para implantação do atendimento prévio às audiências de custódia, com atuação da Residência Multiprofissional do Instituto de Psiquiatria (IPUB) em apoio ao atendimento pré e pós;
- **Criação de Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura** (TJRJ, MPRJ, DPRJ, SEAP) – em andamento;
- **Efetivado fluxo para disponibilização de teste de gravidez** antes da realização das audiências de custódia, bem como identificação do registro civil de filhos com até 12 anos de idade de mães privadas de liberdade;

- **Fluxo aprimorado** na garantia de audiência em caso de pessoa hospitalizada com alta;
- **Capacitação** realizada pela Secretaria Municipal de Saúde voltada para policiais penais que atuam nas audiências de custódia sobre a atuação do serviço APEC, bem como sobre medidas de prevenção e combate à COVID-19, com disponibilização de testes pelo município do RJ;
- **Realizada articulação entre TJRJ e UFRJ (Faculdade de Gastronomia)** para encaminhamento de mulheres em liberdade provisória para curso de extensão;
- **Interiorização** em andamento em Campos dos Goytacazes e Volta Redonda - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social inaugurado em Niterói;** em andamento tratativas para novas unidades no Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes (previsão de inauguração em setembro de 22) e Cabo Frio, Mesquita e São Gonçalo (em andamento);
- **Em andamento tratativas para execução de convênio federal** visando a implementação de Escritório Social no Patronato/RJ;
- **RAESP:** difusão da metodologia para novas unidades da federação; criado fluxo para adesão de novos membros;
- **Articulação institucional entre GMF, VEP e MP** para reativação do Conselho da Comunidade - em andamento.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

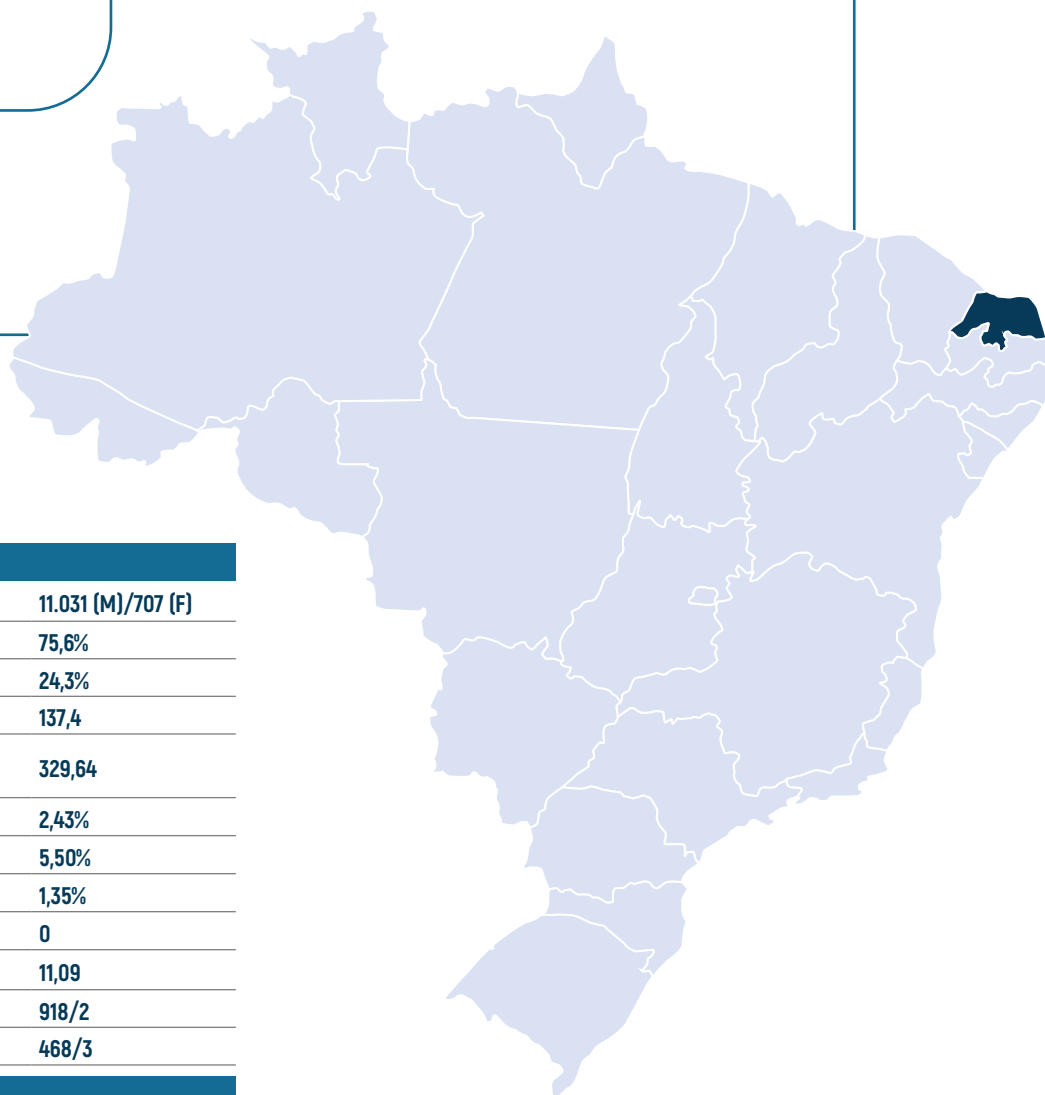
- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 53 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF, SEAP e 1ª CJM;

- **Formações presenciais** de equipes do Judiciário e do Executivo para operação de fluxos de identificação civil;
- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada na Justiça Federal e no interior; aguardando na capital;
- **Aguardando início** da identificação civil nas unidades prisionais.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas** implantada por meio de resolução conjunta entre TJRJ e Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) - Secretaria Estadual de Educação;
- **Audiências concentradas:** articulação institucional em andamento junto à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE/TJRJ, com Defensoria Pública e Ministério Público para retomada e qualificação metodológica;
- **NAI:** em andamento processo de implantação, por meio de apoio técnico ao GMF;
- **Programa Pós-Medida:** aproximação realizada com o Degase para alinhamento metodológico.

RIO GRANDE DO NORTE



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	11.031 (M)/707 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	75,6%
PRESOS PROVISÓRIOS	24,3%
OCUPAÇÃO	137,4
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	329,64
TRABALHO	2,43%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	5,50%
REMIÇÃO LEITURA	1,35%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	11,09
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	918/2
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	468/3

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	4.916
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	112
SISTAC	Sim
CIAP	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	7 (Natal, Caicó, Mossoró, Pau dos Ferros, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará-Mirim) / 1 em negociação (São Gonçalo do Amarante)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	274
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	19.636
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	262
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	156
OCUPAÇÃO	0,47
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	26,91
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	4.360
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	55/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	137/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAP:** em andamento tratativas para execução de convênio federal para implantação em Natal;
- **Justiça Restaurativa:** constituído órgão de macrogestão e plano de ação, com designação de equipe técnica para atuação do Núcleo de Justiça Restaurativa (Projeto Rede Justiça Restaurativa); projeto piloto do TJRN para execução da metodologia dos círculos de construção de paz com pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas.

Audiência de Custódia

- **APEC:** treinamento de novos servidores;
- Fluxos de trabalho implementados na Secretaria da audiência custódia para **registros de dados em sistemas e produção de relatórios**;
- Fluxos das Secretarias das **varas de audiência de custódia (Mossoró e Pau dos Ferros)** qualificados;
- Realizadas quatro versões do **curso de difusão da Plataforma Online** de amplitude nacional para registro da análise do APF para os servidores do Tribunal;
- **Ciclo de debates** realizado entre as escolas de magistratura do TJRN e TJAC;
- **Qualificação dos exames cautelares e exames de corpo delito** realizados pelo Instituto Técnico-Científico de Perícia;
- **Realizados três círculos de diálogo com atores estratégicos**, incluindo Ministério Público, Defensoria Pública e Corregedoria de Polícia, para aperfeiçoamento do combate à tortura;
- **Realizado diagnóstico de fluxos de combate à tortura** das organizações integrantes do GT de prevenção e combate à tortura, no intuito de qualificar os procedimentos interinstitucionais necessários;
- **Fornecimento de insumos e projeto de suporte a familiares de pessoas custodiadas que acessam a Central de Flagrantes do Polo Natal**

implementado por meio do Programa Novos Rumos (Poder Judiciário), em parceria com o Serviço De Assistência Rural e Urbano -SAR (organização civil);

- **Interiorização** em andamento em Mossoró e Pau dos Ferros — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritórios Sociais:** implantadas sete unidades em Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará-Mirim, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros, com consolidação e qualificação da metodologia de atendimento;
- **Governança estadual** da Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional em construção (GMF e SEAP);
- **Metodologia de atendimento ao pré-egresso** em implementação por meio de articulação interinstitucional entre GMF, SEAP e Escritório Social/Pau dos Ferros;
- **Conselho da Comunidade em Mossoró reestruturado;** planejamento em andamento para constituição ou reestruturação nos municípios de Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Ceará-Mirim, Caicó e Pau dos Ferros;
- **Lançamento do Fórum Estadual de Promoção de Emprego, Renda e Empreendedorismo** para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional em preparação — previsto para outubro 2022, por meio de articulação entre GMF, VEP Mossoró, Conselho da Comunidade de Mossoró, Sistema S e FIERN;
- **Trabalho:** publicada política de cotas para pessoas presas e egressas pelo Executivo estadual e municípios de Mossoró e Pau dos Ferros; em andamento articulação para normativa para políticas de cotas nos municípios de Parnamirim, Ceará Mirim, Caicó; construção do fluxo de encaminhamento de pessoas egressas;

- **Saúde:** fortalecimento da PNAISP; reestruturação do grupo condutor; proposição de estratégias de atenção integral a pessoas com transtorno mental em conflito com lei;
- **Fundo Municipal de Políticas Penais:** lei publicada em Mossoró e Pau dos Ferros; em andamento articulação para lei nos municípios de Parnamirim, Natal, Pau dos Ferros, Caicó e Ceará-Mirim;
- **Institucionalizada remição de pena pelas práticas sociais e educativas,** conforme Resolução CNJ 391/2021 do CNJ, em todas as Varas de Execução Penal do TJRN.
- **Publicada portaria GMF para instituição de GT intersetorial voltado a prevenção e combate a tortura,** formado por integrantes do Judiciário, Sistema de Justiça e Executivo.
- Formado GT sobre **Saúde Mental no Sistema Socioeducativo;**
- **Projeto Rede Justiça Restaurativa:** participação com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- **Curso realizado pela equipe nacional do programa** para formação dos atores locais do Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça do RN sobre os critérios objetivos da Central de Vagas em março de 2022, com 8 participantes.

TRANSVERSAIS

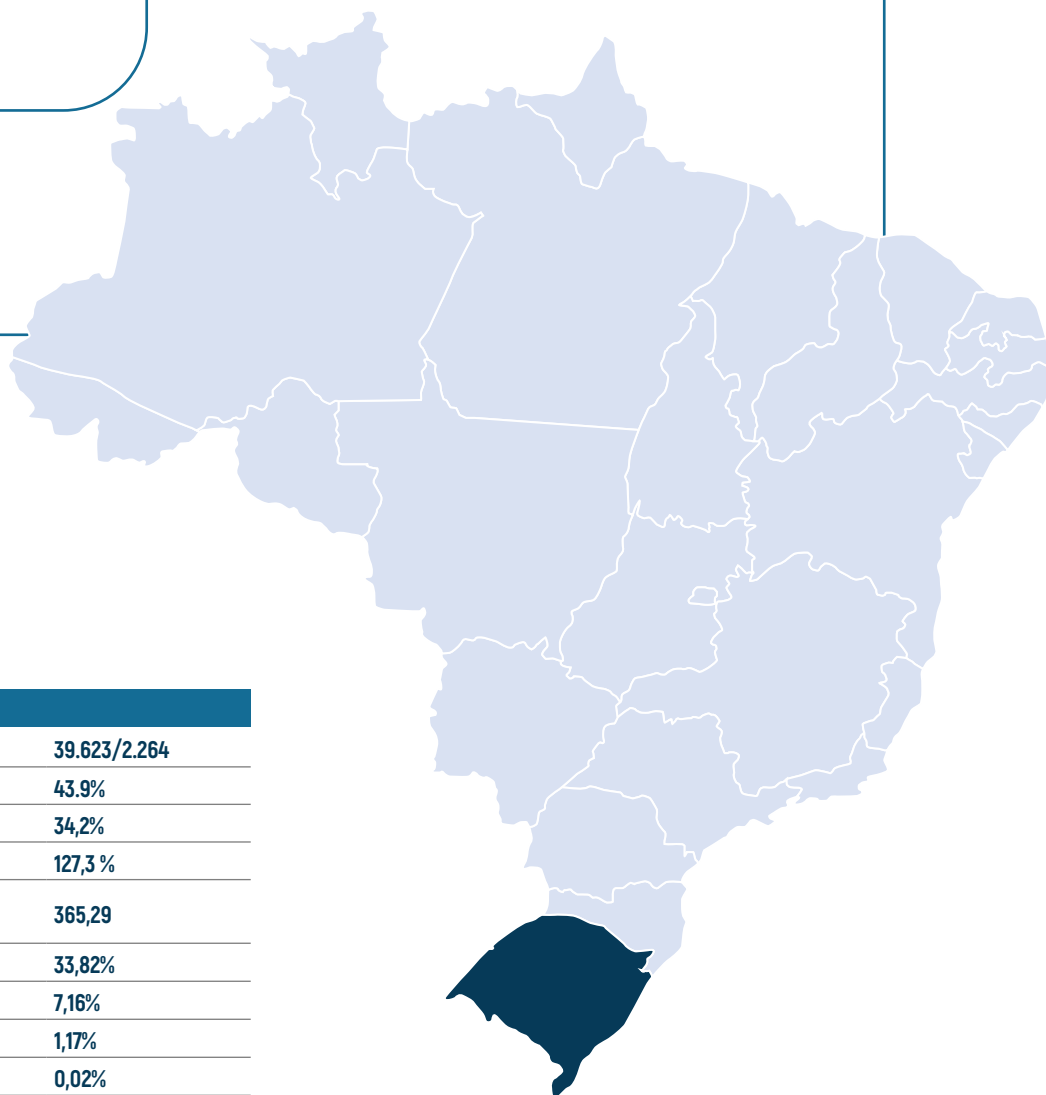
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para dezembro de 2022;
- **Entrega de 32 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF, SEAP e UPF;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU; **celebrado TCT entre Arpen local e SEAP para o acesso ao CRC Jud** — emissão de certidão de nascimento.
- **GMF:** normativa de constituição atualizada com formação de equipe técnica interdisciplinar; regimento interno em elaboração, apoio na construção do planejamento estratégico do GMF, alinhamento metodológico com a equipe integrada ao GMF;
- Em andamento **plano de ação da Política Judiciária de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais;**
- Apoio nas ações estratégicas de **implantação da Resolução 425/2021 do CNJ.**

SOCIOEDUCATIVO

- **Formalizado GT** para a criação do Programa Estadual de Pós-MSE;
- Atualizada normativa de **Central de Vagas;**
- **Audiências concentradas** implementadas em Natal com regularidade trimestral, expansão para Caicó e plano de trabalho para implantação em Mossoró e Parnamirim;
- Criado GT para **implementação do NAI;**

RIO GRANDE DO SUL



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	39.623/2.264
CRESCIMENTO 2011/2021	43,9%
PRESOS PROVISÓRIOS	34,2%
OCUPAÇÃO	127,3 %
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	365,29
TRABALHO	33,82%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	7,16%
REMIÇÃO LEITURA	1,17%
REMIÇÃO ESPORTE	0,02%
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	24,13
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	3.549/27
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	911/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	45.372
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	696
SISTAC	Sim
CIAP	4
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	3 em negociação (Porto Alegre, Passo Fundo e Lajeado)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	101.055
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	-
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMASOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	436
OCUPAÇÃO	0,44
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	28,68
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	7.124
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	205/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	997/10

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Sim

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** em andamento execução do TC firmado entre TJRS e SJSPS/Susepe para implementação e manutenção das CIAPs Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Pelotas, com convênio via Depen para qualificação e aparelhamento dos equipamentos.

Audiência de Custódia

- **NUGESP:** revisada minuta do TJRS com regimento interno; realizada formação pela Escola do Serviço Penitenciário para servidores (as) designados (as); apoio técnico a SJSPS/Susepe para implementação de equipe APEC e definição de fluxos internos de atendimentos pré e pós audiências de custódia;
- **Realizado diagnóstico técnico das Varas de Execução Criminal das comarcas de Novo Hamburgo, Pelotas e Passo Fundo** para proposta de Projeto Piloto de fortalecimento das audiências de custódia no interior do estado;
- **Desenvolvidos projetos pilotos de Atendimento à Pessoa Custodiada** e realização de audiências de custódia no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e Cadeia Pública de Porto Alegre;
- **Interiorização** em andamento em Passo Fundo e Pelotas — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- Institucionalização do **Conselho da Comunidade em Porto Alegre**;
- **Raesp:** articulação em andamento entre GMF, sociedade civil, Poder Executivo, Federação dos Conselhos da Comunidade e Conselho Penitenciário para implementação em Porto Alegre;
- Celebrado TCT para implementação, **acompanhamento e avaliação da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário**, criando condições para a implementação de Escritório(s) Social(is) no estado — articulações em andamento;

- Em andamento elaboração de plano de trabalho, via SJSPS/Susespe para viabilizar **implantação de Escritório Social em Porto Alegre** por chamamento público;
- **PNAISP:** articulação em andamento com Secretaria de Saúde, GMF e VEPMA para fortalecimento de ações locais.

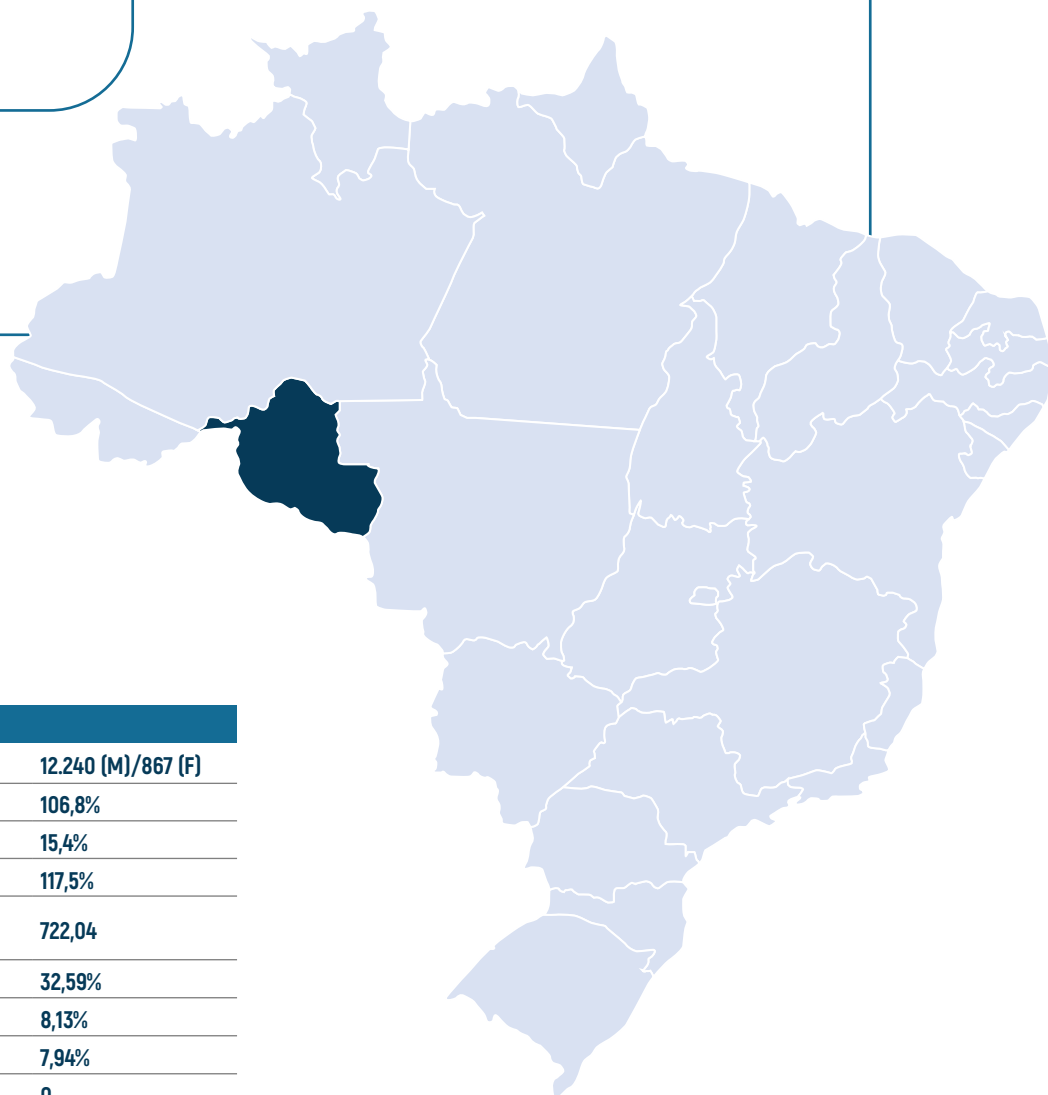
IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para maio de 2023;
- **Entrega de 324 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF, SJSPS e 3ª CJM.

SOCIOEDUCATIVO

- **Central de Vagas** em implementação por meio de articulação entre TJRS e Poder Executivo;
- **Audiência concentrada:** iniciada implementação do projeto piloto nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Porto Alegre;
- Troca de experiências realizada com outras unidades da federação para **qualificar o Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Ciaca)**.

RONDÔNIA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	12.240 (M)/867 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	106,8%
PRESOS PROVISÓRIOS	15,4%
OCUPAÇÃO	117,5%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	722,04
TRABALHO	32,59%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	8,13%
REMIÇÃO LEITURA	7,94%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	22,15
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	1.582/4
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	853/17

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	18.670
APEC	Não
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	1.028
SISTAC	Sim
CIAP	0
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	25.739
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	98
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	152
OCUPAÇÃO	0,53
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	48,95
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	1.603
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	108/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	212/1

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **CIAP:** implantação em Porto Velho e Ji-Paraná em andamento com apoio à SEJUS;
- **Comitê Gestor de Alternativas Penais** implementado por meio de TCT firmado entre TJRO, DPE/RO, MPE/RO e SEJUS;
- Em tramitação minuta de decreto estadual para **implementação da Política Estadual de Alternativas Penais**;
- **Justiça Restaurativa:** instalado Núcleo de Justiça Restaurativa no TJRO (Projeto Rede Justiça Restaurativa) com designação de equipe mínima; aprovado ato normativo que cria e regulamenta a Coordenadoria de Justiça Restaurativa, órgão gestor da JR no Tribunal;
- **Monitoração eletrônica:** em andamento formulação de ato normativo para a Política Estadual de Monitoração Eletrônica, nos termos da Resolução CNJ 412/2021 a partir de articulação com Poder Executivo e TJRO/GMF; celebrado convênio federal entre Depen e SEJUS.

Audiência de Custódia

- Criado GT de Implantação do Protocolo de Istambul (Manual de Investigação e Documentação Eficaz da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas), formado pelas instituições do sistema de justiça estadual, academia e sociedade civil;
- Realizado monitoramento das cautelas previstas na Resolução CNJ 357/2020 para orientação das audiências de custódia no contexto de Covid-19, com apoio do TJ;
- Aprimoramento no preenchimento do SISTAC;
- Abertos editais para a **contratação de OSC para execução do Serviço APEC** no município de Porto Velho/RO, em andamento;
- **Interiorização em andamento em Ji-Paraná** – plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** implantação em Porto Velho em negociação;
- **Realizada articulação com TJRO, SEJUS e sociedade civil** para acompanhamento das violações identificadas e tratamento de denúncias nos termos do Protocolo de Istambul; fluxo de encaminhamento de denúncias de tortura e violações no âmbito da execução penal - em andamento;
- **Elaborado chamamento público** para contratação de OSC para o Escritório Social;
- **Fomento à ampliação e implementação da PNAISP** no Estado por meio de articulação entre SEJUS/RO, secretarias municipais de saúde e DPE/RO - aguardando implementação;
- **Articulação realizada junto à Gerência de Res-socialização Social da SEJUS para fomento à leitura no cárcere** (Resolução CNJ 391/2021), considerando recortes de gênero, raça, pessoas com deficiência e outras interseccionalidades.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para abril de 2023;
- **Entrega de 113 kits biométricos** no estado, distribuídos para TJ, SJF, SEJUS e UPF;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

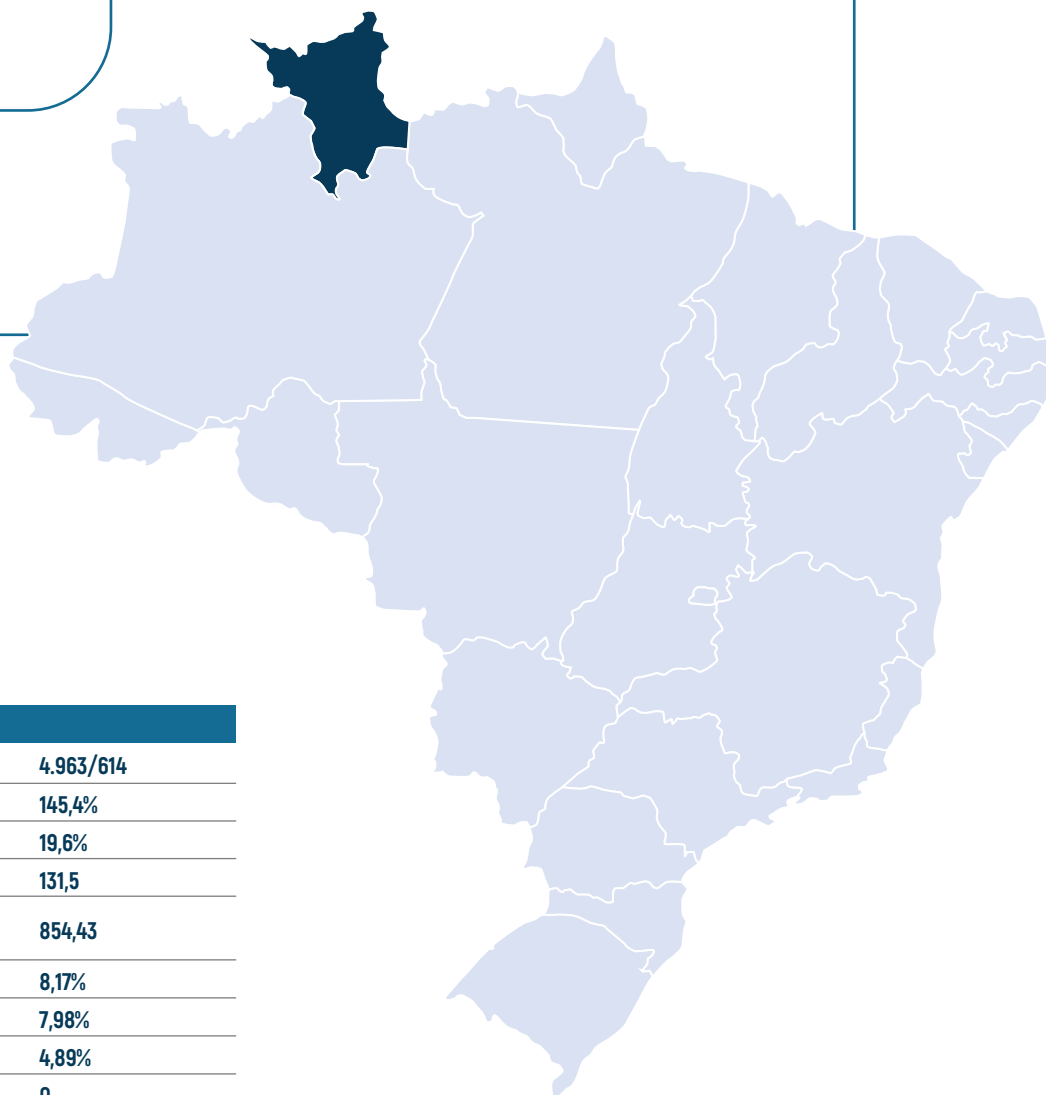
- **Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa** com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo.
- **Central de vagas, NAI e audiências concentradas:** diálogos iniciais com atores competentes sobre implantação dos serviços;

- **Fomento a projeto local de incentivo à leitura no socioeducativo** conduzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Audre Lord (GEPEA), vinculado à UNIR.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** publicadas normativas pelo TJ para reestruturação e regulamentação de equipe de apoio multiprofissional; elaborado plano de gestão 2022/2023;
- **Apoio técnico ao Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, População LGBTQIA+ e grupos específicos** — análise e contribuições ao plano de atenção; contribuições a ferramentas de monitoramento e diálogos com sociedade civil — ação realizada em parceria com o NUAMSP/SEJUS.

RORAIMA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	4.963/614
CRESCIMENTO 2011/2021	145,4%
PRESOS PROVISÓRIOS	19,6%
OCUPAÇÃO	131,5
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	854,43
TRABALHO	8,17%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	7,98%
REMIÇÃO LEITURA	4,89%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	4,75
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	268/9
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	149/ 1

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	305
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	7
SISTAC	Não
CIAP	1
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Boa Vista)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	58
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	7.338
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	-
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	2.220

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	52
OCUPAÇÃO	0,57
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	137,23
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	243
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	2/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	34/ 0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
PROJETO REDE JUSTIÇA RESTAURATIVA	Sim
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Alternativas penais:** CIAP implantada em Boa Vista; apresentada minuta de TCT a ser firmado entre TJRR, Secretária de Justiça e Cidadania, MPE e DPE para regulamentar as alternativas penais conforme Política Nacional (Resolução CNJ 288/2019) - aguardando publicação;
- **Definidas diretrizes e metodologias para reorganização dos serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada e Alternativas Penais** por meio de portaria publicada pelo TJRR;
- **Realizada capacitação técnica** pela coordenação estadual com apoio da Vepema com todas as equipes multidisciplinares dos serviços CIAP, APEC, CME e ES sobre metodologias e interface entre os serviços;
- **Articulações para Projeto de Lei de Alternativas Penais** no âmbito do Poder Executivo e para construção de Comitê de Políticas Penais - em andamento;
- **Justiça restaurativa:** institucionalizado órgão de macrogestão e elaborado Plano de Ação 2021/2022 da Unidade de Justiça Restaurativa (UNIJUR) do TJRR (Projeto Rede Justiça Restaurativa); nomeada equipe mínima por meio de articulação junto ao TJ.

Audiência de Custódia

- **Tortura:** realizado curso para peritos do IML sobre Protocolo de Istambul (Manual de Investigação e Documentação Eficaz da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas);
- **Articulação para construção do GT Interinstitucional de Enfrentamento da Tortura** para publicação de Protocolo Estadual;
- **Realizado workshop sobre Combate à Tortura** no âmbito das audiências de custódia em parceria com a Escola do Poder Judiciário de Roraima (EJURR) e com a APT;

- **Realizado alinhamento com NUPAC e IML** para disponibilização dos laudos, via Projudi, antes das audiências de custódia;
- **Realizado levantamento estadual pelo GMF sobre a situação das audiências de custódia** em todas as comarcas, no intuito de conhecer e identificar os desafios das comarcas do interior, bem como as boas práticas;
- **Mapeamento da Rede de Proteção Social** no estado do Roraima, no intuito de ampliar a rede que atua diretamente com custodiados;
- **Audiências de custódia presenciais** retomadas com apoio técnico para criação de protocolo de biossegurança;
- **Interiorização** em andamento em Rorainópolis e Pacaraima — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** realizada reestruturação física e de equipe; parceria com Escola do Legislativo para cursos profissionalizantes voltados ao público de pré-egressos do sistema prisional e familiares; articulação para celebração de convênio convênio federal entre DEPEN e SEJUC para implantação de novo Escritório Social (Boa Vista);
- **Realizada articulação com GMF e VEP** para aplicação da Lei 10216/21 referente ao tratamento de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 21 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUC;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;

- **Iniciada identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

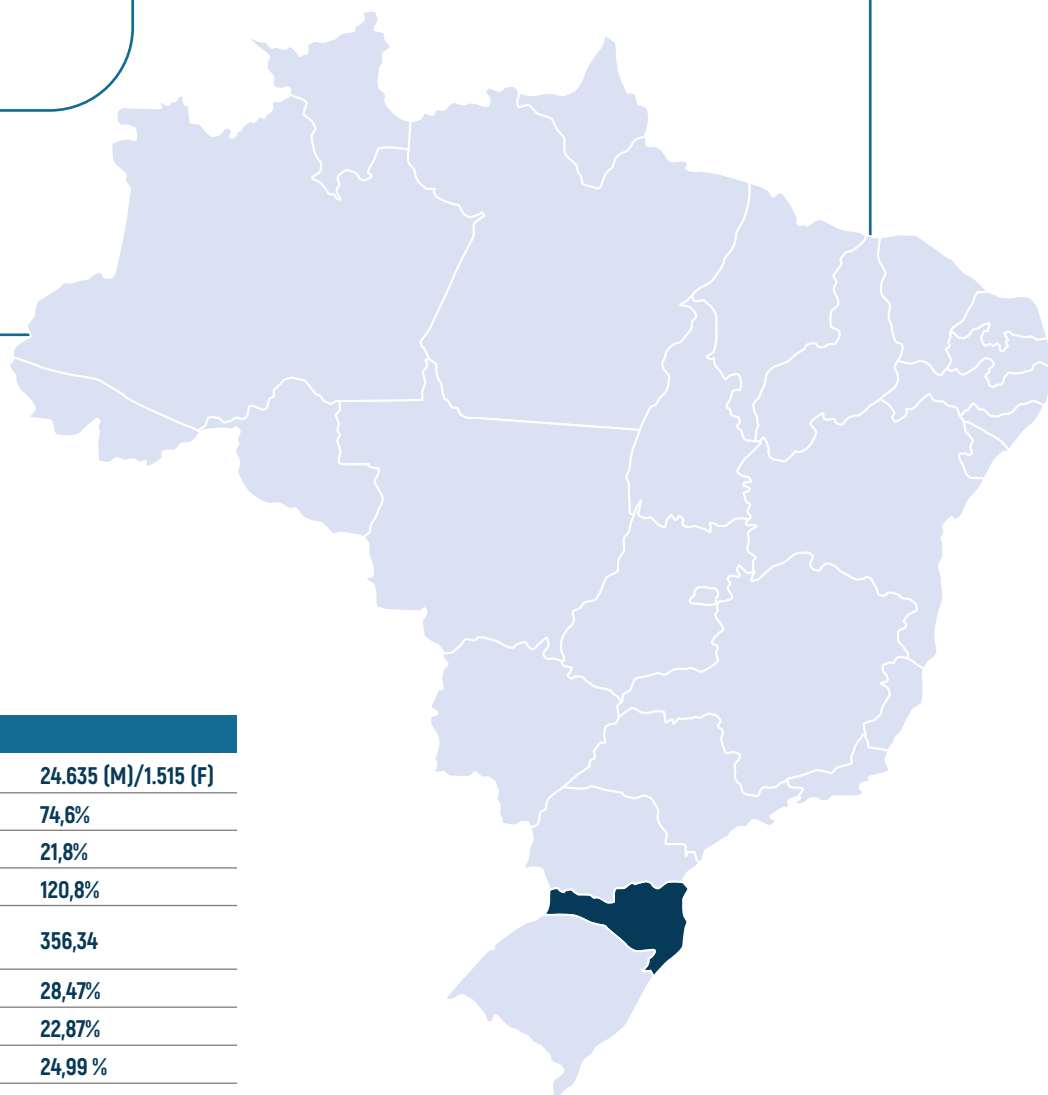
SOCIOEDUCATIVO

- **Central de vagas** instituída por meio de ato normativo estadual;
- **Audiência concentradas** regulamentadas por meio de provimento do TJRR; ações de qualificação por meio de parceria entre TJRR e o Centro Socioeducativo do Estado em andamento: revisão dos instrumentais do TJ para realização das audiências;
- **Participação no Projeto Rede Justiça Restaurativa** com encaminhamento de casos na ambiência do Sistema Socioeducativo;
- **Programa pós-medida:** articulação e sensibilização com DPE, MPE e Prefeitura de Boa Vista para instituição do programa.

TRANSVERSAIS

- **GMF** reestruturado com criação de equipe multiprofissional e inclusão de magistrado da área da Infância e Juventude; plano de trabalho elaborado.

SANTA CATARINA



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	24.635 (M)/1.515 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	74,6%
PRESOS PROVISÓRIOS	21,8%
OCUPAÇÃO	120,8%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	356,34
TRABALHO	28,47%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	22,87%
REMIÇÃO LEITURA	24,99 %
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	15,3
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	3897/10
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	1984/8

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	27.986
APEC	Não
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	784
SISTAC	Sim
CIAP	Não - 11 CPMAs
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 em negociação (Joinville)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	-
RAESP	Não
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	76.869
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	176
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	433
OCUPAÇÃO	0,72
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	41,78
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	7.222
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	73/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	373/0

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Não
CENTRAL DE VAGAS	Sim
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Não

PROPORCIONALIDADE PENAL

Audiência de Custódia

- Hospedadas no site do TJSC **publicações da Coleção Fortalecimento das Audiências de Custódia**, com divulgação para magistrados e CPMAs;
- **Preenchimento do SISTAC** qualificado por meio de incidências com GMF, resultando em acompanhamento mensal do preenchimento e produção de relatório periódico e criação, em todas as comarcas do estado, de senhas e logins.

CIDADANIA

- **Escritório Social:** iniciado processo para implantação em Joinville;
- **Articulações iniciadas com MPT** para regularização de cotas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional nos moldes da Resolução CNJ 307/2019 e Decreto Federal 9.450/2018.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade com lançamento previsto para junho de 2023;
- **Entrega de 164 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SAP;
- **Fluxos de emissão de documentos** para pessoas pré-egressas e egressas estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

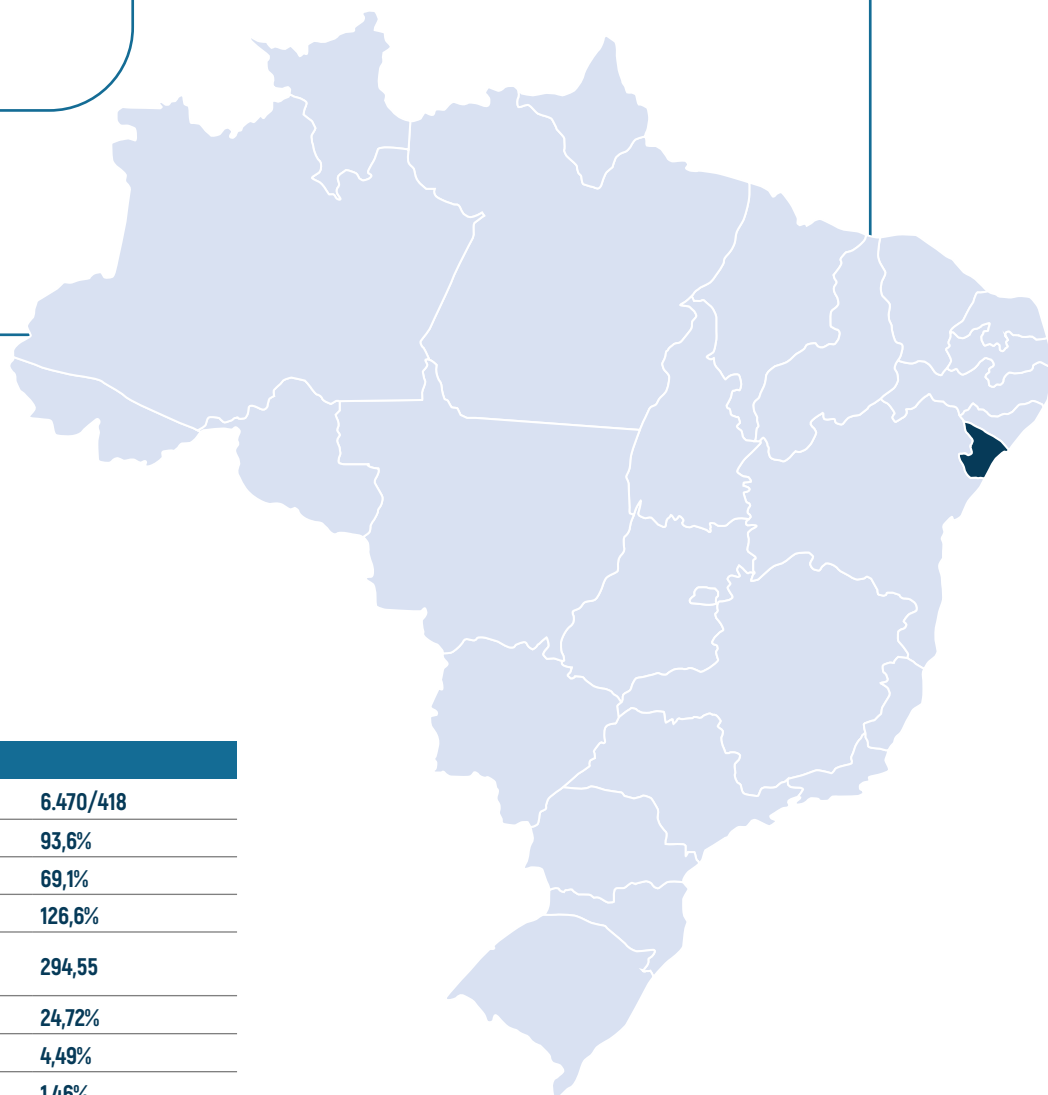
SOCIOEDUCATIVO

- **Audiências concentradas** — projeto para implantação em elaboração;
- **Central de vagas:** implantado GT para revisão da normativa; articulação realizada para troca de experiências com outras unidades da federação; realizado projeto piloto de monitoração dados para analisar política, por iniciativa do CNJ.

TRANSVERSAIS

- Divulgação da **Resolução CNJ n. 348/2020 referente à população LGBTQIA+ privada de liberdade** e Manual correspondente, publicado no site do TJSC.

SERGIPE



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	6.470/418
CRESCIMENTO 2011/2021	93,6%
PRESOS PROVISÓRIOS	69,1%
OCUPAÇÃO	126,6%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	294,55
TRABALHO	24,72%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	4,49%
REMIÇÃO LEITURA	1,46%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	5,85
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	427/2
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	254/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	15.644
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	92
SISTAC	Sim
CIAP	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Aracaju)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	475
RAESP	Em negociação
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	23.080
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	275
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	368

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	119
OCUPAÇÃO	0,60
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	29,60
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	559
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	110/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	116/2

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Em negociação
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Em negociação
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Instalado posto da Central de Monitoramento Eletrônico de Presos (CEMEP)** no fórum onde são realizadas as Audiências de Custódia;
- **Publicada Portaria Conjunta (TJSE e SEJUC) que regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas** no âmbito da justiça criminal do estado, conforme Resolução CNJ 412/21;
- **Publicada Portaria Conjunta (TJSE e SEJUC)** que disciplina procedimentos e atividades da CIAP;
- **Fluxos de trabalho alinhados entre as Varas Criminais** de Nossa Senhora do Socorro, o município e a CIAP;
- **Elaborado projeto para ampliação do atendimento da CIAP** a homens autores de violência doméstica de outras comarcas do interior, por meio de cooperação entre SEJUC e SEIAS, com apoio do GMF e Coordenadoria da Mulher do TJSE - em tramitação para assinatura do TCT;
- **Comitê Gestor de Alternativas Penais** — articulações junto a TJ, MP, DPE, OAB/SE, SEJUC, Prefeituras de Nossa Senhora do Socorro e Aracaju para implantação — em andamento;

Audiência de Custódia

- **Apresentado à Coordenação da CIAP projeto para obtenção de insumos emergenciais no âmbito do serviço APEC**, no intuito de que o órgão submeta ao edital de prestações pecuniárias da vara de Nossa Senhora do Socorro (em andamento);
- **Realizado “Ciclo de webinários: Audiências de Custódia”** em parceria com a EJUPE, para disseminação do conteúdo dos manuais e apresentação dos avanços na qualificação das audiências de custódia no estado;
- **Publicada Portaria Nº 78/2020**, que dispõe sobre a realização das Audiências de Custódia para todo estado e que disciplina a presença da equipe psicossocial nas audiências e a **condução da audiência por um juiz fixo, durante os dias úteis**;

- **Publicada Portaria Normativa Nº 06/2021**, que dispõe sobre a realização de audiências de custódia no estado, atendendo à decisão liminar na RCL 29.3030 do STF, que trata da obrigatoriedade da audiência de custódia para as prisões por mandado judicial;
- **Retomada das audiências de custódia presenciais** cumprindo as medidas de biossegurança de acordo com a Portaria Conjunta nº 62/2020 GP1;
- **Interiorização** em andamento em Nossa Senhora do Socorro, Lagarto e Estância - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas.

CIDADANIA

- **Escritório Social** implementado em Aracaju e apoio para ampliação via convênio com DEPEN;
- Instituído, por meio de portaria normativa, **GT Interinstitucional sobre Atendimento e Atenção Integral ao Paciente Judiciário e à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei**, abrangendo audiências de custódia e processos de desinstitucionalização;
- **Atualizados fluxos da Unidade de Custódia Psiquiátrica — UCP** com foco na desinstitucionalização e na integração com a Rede de Atenção Psicossocial, com adoção de recomendação ministerial voltada à qualificação do acompanhamento das pessoas em medida de segurança e implementação de projetos terapêuticos singulares;
- **Implementado**, por meio de lei estadual, Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura;
- **Tortura**: em andamento adoção de protocolo interinstitucional e assinatura de termo de cooperação entre o sistema de justiça, Poder Executivo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura para acompanhamento dos casos de alegação de tortura e maus tratos no contexto das audiências de custódia e no sistema prisional;

- **RAESP:** em andamento mobilização de organizações e coletivos locais para institucionalização;
- Em andamento articulação entre MPT, SEJUC, GMF e MP/SE **com foco em ações de qualificação profissional e empregabilidade de pessoas presas e egressas;**
- Publicado provimento pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Sergipe **para regulamentação da remição por leitura conforme a Resolução CNJ 391/2021.**

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 45 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SEJUC
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil
- **Iniciada identificação civil na porta de entrada**
- **Aguardando início da identificação civil nas unidades prisionais**
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU, com termo de convênio entre SEJUC e ARPEN.

SOCIOEDUCATIVO

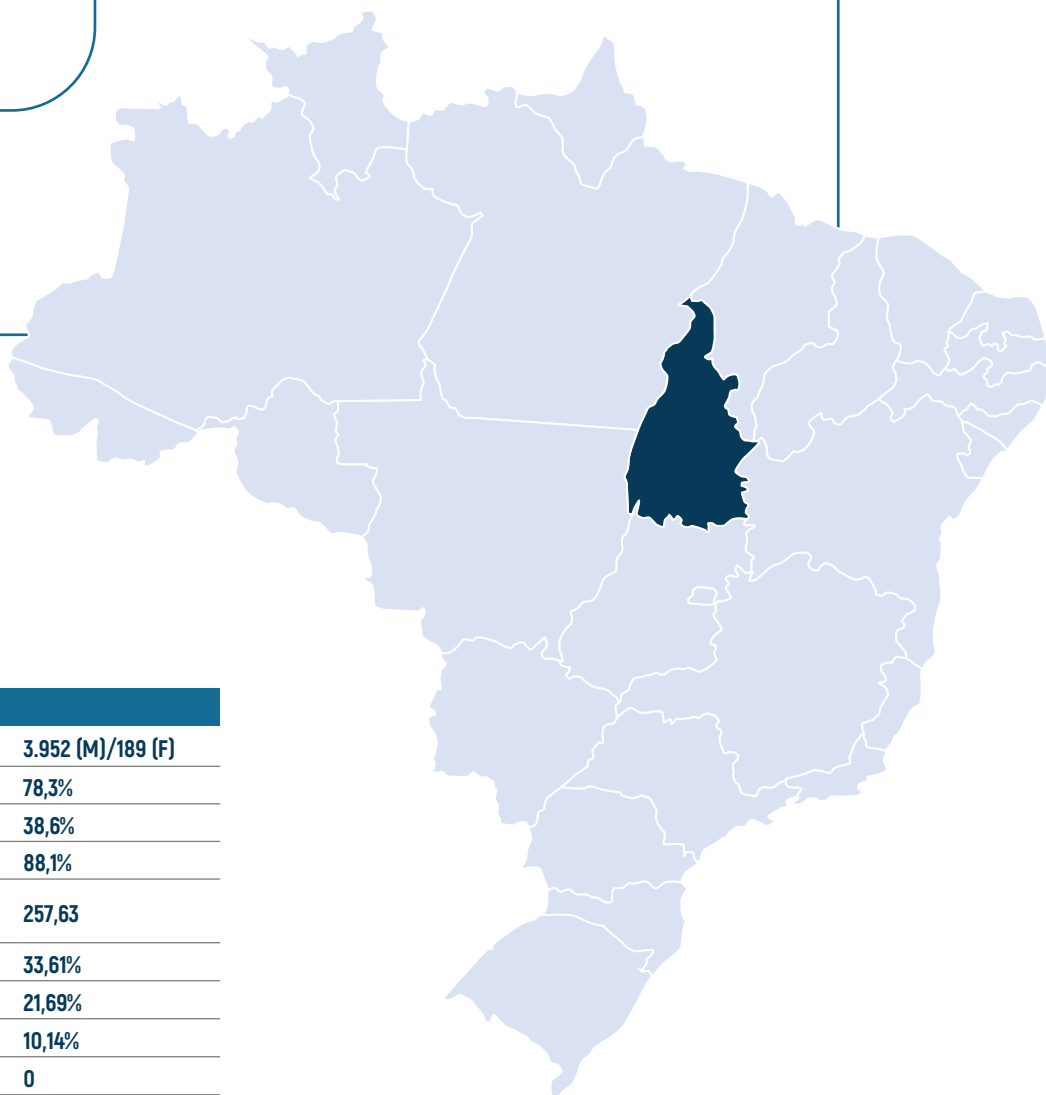
- **NAI:** minuta do TC para implantação do NAI apresentada ao TJSE, MP, DPE, Poder Executivo estadual e município de Aracaju - assinatura em andamento; em discussão plano para implementação do fluxo de atendimento integrado em Aracaju e fluxo de atendimento inicial para o interior;
- Iniciadas discussões, via Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE, sobre proposta de protocolo interinstitucional para o ciclo socioeducativo, **contemplando atendimento inicial, regulação de vagas, audiências concentradas e acompanhamento pós-medida;**

- **Criado o Fórum Estadual Permanente do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de Sergipe – FEPSINASE/SE,** por meio de resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TRANSVERSAIS

- **GMF** — atualizada portaria em conformidade com Resolução CNJ 368/2021, com a inclusão de Juiz da Vara de Execuções Penais e Juiz da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas;
- Implantado projeto piloto com foco em **prevenção, diagnóstico e assistência em HIV, ISTs e outros agravos junto aos serviços penais,** com a pactuação de fluxos de encaminhamento para a rede de saúde e realização de ciclo de capacitações em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES/SE) para as equipes multidisciplinares dos serviços APEC, CIAP, CEMEP e Escritório Social;
- Promovida articulação entre **serviços penais e serviços de atenção à população em situação de rua do município de Aracaju** com foco no estabelecimento de fluxos de encaminhamento e referenciamento de casos.

TOCANTINS



SISTEMA PENAL

DADOS GERAIS

POPULAÇÃO PRISIONAL	3.952 (M)/189 (F)
CRESCIMENTO 2011/2021	78,3%
PRESOS PROVISÓRIOS	38,6%
OCUPAÇÃO	88,1%
TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES	257,63
TRABALHO	33,61%
EDUCAÇÃO ESCOLAR	21,69%
REMIÇÃO LEITURA	10,14%
REMIÇÃO ESPORTE	0
ÓBITOS POR 10 MIL PPLs	4,84
COVID PESSOAS PRESAS (CASOS/ÓBITOS)	1.174/16
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	381/4

INFORMAÇÕES RELEVANTES

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADAS	3.058
APEC	Sim
ENCAMINHAMENTOS SOCIAIS REALIZADOS	81
SISTAC	Sim
CIAP	5
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS	Não
ESCRITÓRIO SOCIAL (UN.)	1 (Palmas) / 2 em negociação (Araguaína e Gurupi)
ESCRITÓRIO SOCIAL (PESSOAS ATENDIDAS)	713
RAESP	Sim
SEEU: QUANTIDADE DE PROCESSOS	16.643
DOCUMENTOS EMITIDOS/ATUALIZADOS	14
IDENTIFICAÇÕES/NOVOS CADASTROS	-

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

DADOS GERAIS

ADOLESCENTES EM MEIO FECHADO	72
OCUPAÇÃO	0,4
TAXA DE INTERNAÇÃO POR 100 MIL HABITANTES	25,3
ADOLESCENTES EM MEIO ABERTO	646
COVID ADOLESCENTES (CASOS/ÓBITOS)	29/0
COVID SERVIDORES (CASOS/ÓBITOS)	133/1

INFORMAÇÕES RELEVANTES

NAI	Em negociação
CENTRAL DE VAGAS	Não
AUDIÊNCIA CONCENTRADA	Sim
PROGRAMA PÓS-MEDIDA	Em negociação

PROPORCIONALIDADE PENAL

- **Monitoração eletrônica:** em andamento adequação do ato normativo local a partir da Resolução CNJ nº 412/21;
- **Alternativas penais:** publicado TCT entre a Secretaria da Cidadania e Justiça e o TJTO para implantação da CEPEMA de Tocantinópolis, aguardando data;
- Apoio técnico para realização do “**Webinário de Alternativas Penais:** Uma abordagem político-criminal no contexto do não encarceramento”, parceria da SECIJU com a ESMAT e GMF/TJTO;

Audiência de Custódia

- **APEC: implantação no Fórum de Palmas** (em andamento) e apresentada proposta ao GMF de ato normativo para institucionalização no estado;
- **Realizada formação em audiência de custódia** promovida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, voltada a magistrados e servidores;
- **Instituído atendimento prévio na audiência de custódia** da comarca de Porto Nacional, em parceria com a Central de Penas e Medidas Alternativas;
- **Realizada articulação entre o GMF e o IML** para a disponibilização de laudos tanto para capital quanto para o interior;
- **Interiorização** em andamento em Porto Nacional, Araguaína e Gurupi - plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas;
- **Qualificação do preenchimento do SISTAC** junto às comarcas;
- **Criada seção sobre Audiência de Custódia no site do TJTO** com informações e regimentos relacionados ao instituto, inclusive sobre o SISTAC.

CIDADANIA

- **Reestruturação da RAESP/TO**, com eleição de nova coordenação;

- **Apresentada proposta de criação de Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura**, por meio apoio ao GMF para articulação com RAESP/TO e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - em andamento;
- Realizado “**I Seminário Estadual sobre Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Penal**”, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, com apoio a Secretaria de Cidadania e Justiça e GMF;
- **Conselho da Comunidade de Palmas** em estruturação, a partir de diálogo com o GMF;
- **Iniciadas articulações entre GMF-TO e MPT-TO** para possível acordo de cooperação relativo a ações de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- **Lançada Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação** para Pessoas Privadas de Liberdade;
- **Entrega de 145 kits biométricos** no estado, distribuídos para o TJ, SJF e SECIJU;
- **Formações presenciais de equipes do Judiciário e do Executivo** para operação de fluxos de identificação civil;
- **Aguardando o início da identificação civil** na porta de entrada e nas unidades prisionais;
- **Fluxos de emissão de documentos para pessoas pré-egressas e egressas** estabelecidos a partir de listas emitidas pelo SEEU.

SOCIOEDUCATIVO

- **NAI:** assinado TCT entre Sistema de Justiça e Poder Executivo municipal e estadual para implantação - obras concluídas, aguardando data para inauguração;
- **Estruturação do Programa de Atendimento aos Adolescentes Egressos e Famílias do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins**, com apoio técnico à SECIJU via Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente – em andamento;

- **Audiências concentradas:** implementadas por meio de Provimento nº 5/2022, da Corregedoria do TJTO.

TRANSVERSAIS

- **GMF:** assinatura de TCT para disponibilização de 10 servidores da SECIJU para atuação e fortalecimento do GMF;
- **Implantado** do Centro Especializado de Atenção às Vitimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) no Fórum da Comarca de Palmas.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

A partir da gestão do ministro Luiz Fux, o DMF/CNJ empreendeu esforços para reforçar as iniciativas e a interlocução na esfera federal do Judiciário brasileiro com o apoio do programa Fazendo Justiça. Desde então, é realizado o processo de customização das atividades de acordo com as necessidades dos Tribunais Regionais Federais, considerando seus contextos e especificidades no âmbito do sistema prisional — portanto, não há incidência de atividades no campo socioeducativo.

No final de 2020, a equipe do Fazendo Justiça iniciou um ciclo de apresentações de propostas de trabalho conjunto aos TRFs com o intuito de intensificar ainda mais o protagonismo do Judiciário visando a modernização e aperfeiçoamento de práticas no campo.

Entre dezembro de 2020 e março de 2021, reuniões entre desembargadores, juízes federais, representantes do CNJ e especialistas do programa foram realizadas para a pactuação dos respectivos planos executivos, implementados a partir de canais permanentes de diálogo.

Atividades em andamento

No campo da tecnologia, uma ação iniciada ainda no primeiro ciclo do programa em 2019 — **a nacionalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)** — ampliou sua presença em quatro TRFs (1ª, 2ª, 3ª e 5ª Região) no atual ciclo, passando de 13,2 mil processos tramitando no SEEU em setembro de 2020 para 19,2 mil em junho de 2022. Ainda estão em andamento os diálogos para implantação no TRF 4ª Região.

A **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade** vem se expandindo nacionalmente no atual ciclo, e também tem importante articulação com as cortes federais. Desde 2020, já foram encaminhados 657 kits de identificação biométrica para seções judiciárias federais em todo o país. O início das atividades ocorre conforme a Ação Nacional é lançada nas unidades da federação de forma alinhada às cortes estaduais e outros parceiros — até o momento passou por 13, e os lançamentos seguem até 2023.

No campo das **capacitações**, houve engajamento de magistrados (as) e/ou servidores (as) das cortes regionais federais em diversas formações promovidas pelo programa, incluindo no campo da monitoração eletrônica e no contexto da ação nacional de identificação e documentação civil de pessoas presas, contabilizadas no início desta publicação com as demais formações e eventos do programa.

A seguir, são descritas iniciativas adicionais no âmbito dos TRFs, por meio da liderança dos seus respectivos GMFs.

TRF1

- Articulação em andamento com a Juíza Federal Corregedora da Penitenciária Federal de Porto Velho para capacitar membros do Conselho da Comunidade de Porto Velho (RO), aguardando aprovação de resolução no CNJ

TRF2

- Apoio a projetos de alternativas penais e abrigamento de nacionais e estrangeiros em conflito com a lei por meio de articulação entre o TRF2 e a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro
- Articulação em andamento entre o TRF2, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e o TJRJ para implantação de Escritório Social na cidade do Rio de Janeiro

TRF3

- Ações para capacitar membros do Conselho da Comunidade de Campo Grande (MS) em andamento, aguardando aprovação de resolução do CNJ
- Justiça Restaurativa: estruturação de órgão de macrogestão em andamento, com designação e formação de servidores (Projeto Rede Justiça Restaurativa)
- Apoio a implantação de serviço de alternativas penais no âmbito da Justiça Federal de Campo Grande
- Articulação com TRF3 para apoio ao Escritório Social de Campo Grande em andamento, em parceria com a coordenação estadual do MS
- Primeiro atendimento à pessoa custodiada no âmbito da Justiça Federal do país, em São Paulo. A partir de uma parceria com a Universidade de Guarulhos, o Fórum Federal de Guarulhos passou a contar com o atendimento, oferecido por alunos do curso de psicologia (pré e pós). Participação em formação nacional sobre APECs

TRF5

- Articulação em andamento entre o GMF do TRF5 e o GMF do TJPE para criação do grupo interinstitucional para o desenvolvimento de estratégias e projetos conjuntos, com previsão de assinatura de ACT;
 - Instituído Grupo Intersetorial, com a participação do TRF5, para implantação do plano estadual da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, liderado pelo GMF e MPT
-

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juizes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Fernando Pessoa da Silveira Mello

Equipe

Adriana Kelly Ferreira De Sousa; Alessandra Amâncio Barreto; Alexandre Padula Jannuzzi; Ana Clara Rodrigues da Silva; Ane Ferrari Ramos Cajado; Camila Curado Pietrobelli; Camilo Pinho da Silva; Caroline Xavier Tassara; Carolini Carvalho Oliveira; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Flávia Cristina Piovesan; Giovane Maciel da Costa; Helen dos Santos Reis; Isabel Penido de Campos Machado; Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães; Isadora Brandão Araújo da Silva; Isadora Garcia Cardeal; Jessica Sales Lemes; Joaquim Carvalho Filho; Joseane Soares da Costa Oliveira; Karla Cariz Barreira Teodosio; Karla Marcovecchio Pati; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Mariana Py Muniz; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhaes; Renata Chiarinelli Laurino; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Mayara Sena; Michelle Souza; Paula Bahia Gontijo; Thais de Castro de Barros; Thessa Carvalho

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Alisson Alves Martins (DMF); Alexandre Lovatini Filho; Amanda Pacheco Santos; Ana Virgínia Cardoso; Anália Fernandes de Barros (DMF); André Zanetic; Breno Diogo de Carvalho Camargos; Bruna Milanez Nascimento; Daniela Correa Assunção; Debora Neto Zampier; Edson Orivaldo Lessa Júnior; Erineia Vieira Silva; Fernanda Coelho Ramos; Francisco Jorge H. Pereira de Oliveira; Gustavo Carvalho Bernardes; Inessa Diniz Luerce; Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães; Isis Capistrano; Jamil Oliveira de Souza Silva; José Lucas Rodrigues Azevedo; Karla Bento Luz; Leonam Francisco Toloto Bernardo; Lidiani Fadel Bueno; Liliane Silva; Luciana da Silva Melo; Marcela Elena Silva de Moraes; Mariana Cristina Zampieri; Mayara Miranda; Mário Henrique Ditticio; Natália Caruso Theodoro Ribeiro; Nataly Pereira Costa; Natasha Holanda Cruz; Paulo Henrique Barros de Almeida; Pedro Zavitoski Malavolta; Polliana Andrade e Alencar; Renata de Assumpção Araújo; Semilla Dalla Lasta de Oliveira; Sérgio Coletto; Thandara de Camargo Santos; Valter dos Santos Soares (DMF); Vivian Delácio Coelho; Winnie Alencar Farias; Yasmin Batista Peres

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Janaina Homerin; Izabella Lacerda Pimenta; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julia Faustina Abad; Priscila Coelho; Zuleica de Araújo; Julianne Melo dos Santos

Eixo 2

Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Dillyane de Sousa Ribeiro; Iasmim Baima Reis; Mayara Silva de Souza; Sara de Souza Campos

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Ítalo Barbosa Lima Siqueira; Juliana Garcia Peres Murad; Natália Ribeiro; Sandra Regina Cabral de Andrade; Olívia Maria de Almeida

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Alexandra Costa; Ângela Christina Oliveira Paixão; Rose Marie Santana; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Flávia Franco Silveira; Andréa Letícia Carvalho Guimarães; Ângela Cristina Rodrigues; Gildo Joaquim de Alves de A Rêgo; Gustavo Ferraz Sales Carneiro; Ligiane Fernanda Gabriel; Lunna Luz Costa; Martina Bitencourt; Marcelo de Oliveira Saraiva; Marcelo Pinheiro Chaves; Roberto Marinho Amado; Thais Barbosa Passos; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Anderson Paradelas R. Figueiredo; Alef Batista Ferreira; Alexandre Oliveira Silva; Alisson Lopes de Sousa Freitas; Ana Rita Reis e Rocha; André Moreira; Angélica Leite de Oliveira Santos; Antônio Rodrigues Pinto Jr.; Áulus Diniz; Benício Ribeiro da Paixão Júnior; Bruno Marcos da Silva Miranda; Carlos Augusto Gurgel de Sousa; Clara Brigitte Rodrigues Monteiro; Cledson Alves Junior; Cleide Cristiane da Silva; Cristiano Nascimento Pena; Denys de Sousa Gonçalves; Edilene Ferreira Beltrão; Elaine Venâncio Santos; Elenilson Chiarapa; Felipe Carolino Machado; Filipe Amado; Fernanda de Souza Carvalho Oliveira; Heiner de Almeida Ramos; Humberto Adão de Castro Júnior; Jean Carillo Jardim Costa; Jeferson da Silva Rodrigues; Jéssika Braga Petrílio Lima; João Batista Martins; Jorge Lopes da Silva; Josiane do Carmo Silva; Jucinei Pereira dos Santos; Leandro Souza Celes; Leonardo dos Reis Aragão; Lian Carvalho Siqueira; Lidiani Fadel Bueno; Luciana Gonçalves Chaves Barros; Marcel Phillipe Fonseca; Marcelo Ramillo; Maria Tereza Alves; Martina Hummes Bitencourt; Matias Severino Ribeiro Neto; Neidijane Loiola; Paulo Henrique Barros de Almeida; Rafael Ramos; Régis Paiva; Renata Martinez; Reryka Rubia Silva; Rodrigo Louback Adame; Roger Araújo Gonçalves Ferreira; Rogerio Martins de Santana; Vanessa Branco; Wellington Fragoso de Lira; Yuri Bispo

Coordenações Estaduais

Adriana Raquel (GO); Ana Pereira (AL); Arine Caçador Martins (RO); Camila Belinaso (RS); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Bezerra Rodrigues (RN); Danielle Rebouças (MT); Fernanda Nazaré Almeida (PA); Flávia Ziliotto (PR); Gabriela Machado (SC); Higor Cataldo (AP); Isabela Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Jaira Magalhães (RR); Juliana Marques Resende (MS); Luanna Marley (AM); Lucas Pereira de Miranda (MG); Lucilene Mol (ES); Mariana Cavalcante Moura (PI); Mariana Leiras (RJ); Mayesse Silva Parizi (BA); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Pâmela Dias Villela Alves (AC); Regina Lopes (TO); Thabada Almeida (PB)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Equipe

Nara de Araújo; Marina Lacerda; Vinícius Couto; Ana Luiza Bandeira; Acássio Pereira de Souza; Alana Miranda de Góis; Alessandra Coelho Cerqueira Correia; Ana Paula Nunes; Flora Lima; Daniela Dora Eilberg; Livia Zanatta; Luiza Meira Bastos; Maressa Aires de Proença; Camilla Zanatta; Gabriel Roberto Dauer; Nathália Mendes de Souza; Rafael Duarte; Gabriella Carvalho; Viviane Pereira Valadares Felix; Tuane Barbosa

Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Gloria Maria Vieira Ventapane (AC); André Rocha Sampaio (AL); Jamille Bispo Rocha (AM); Jamile Carvalho (BA); Ailton Vieira da Cunha (CE); João Vitor Abreu (ES); Victor Neiva (GO); Luann Silveira Santos (MA); Carolina Pitanga (MT); Samara Monteiro dos Santos (MS); Giselle Fernandes Corrêa (MG); Thays Marcelle Raposo Pascoal (PA); Antonio Carlos de Lima (PB); Laís Gorski (PR); Rafael Silva West (PE); Regina Cláudia Barroso Cavalcante (PI); Luciana Simas (RJ); João Paulo Diogo (RN); Marcus Giovani Ribeiro Moreira (RO); Alan Miguel Alves (RR); Maressa Proença (SC); Lucineia Rocha (SE); e Denise de Sousa Costa (TO)



FAZENDO **JUSTIÇA**



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

